



FOTOS: ARQUIVO CORREIO

Indústria química reduz passo, mas segue operando

Indústria da construção é que mais vai sofrer com os impactos da pandemia

Uma das principais atividades econômicas da Bahia, a indústria química e petroquímica reduziu o seu ritmo de atividade, mas não parou. Segundo o superintendente do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), Mauro Pereira, apenas a unidade da antiga Acrinor, pertencente à Unigel, parou. Ele explica que o cenário de retração econômica não está impactando a atividade. O problema é mesmo o coronavírus.

“No primeiro momento, a grande ameaça foi o coronavírus, tivemos que parar para dar condições de segurança. Quem pode foi para o trabalho remoto e a questão do operacional foi trabalhada com os sindicatos, para diminuir exposição”, explica. Ao contrário do que se pode pensar, tem indústrias operando no limite – principalmente aquelas que fornecem produtos para o setor de saúde. Segundo ele, a maioria das empresas mexeu nas estruturas de turno, para operar com o máximo de segurança.

RETOMADA

Em relação à retomada econômica da indústria química e petroquímica, Mauro Pereira destaca que não deve haver uma grande dificuldade neste sentido, uma vez que as unidades de produção diminuíram o ritmo, mas não pararam. “Retomada na área química e petroquímica será muito rápida, porque houve apenas redução. Agora, se parar de vez aí dá problema. Leva um tempo retomar com segurança”, fala.

Ele diz que os sinais de retomada econômica na China podem indicar um processo semelhante aqui, uma vez que a economia brasileira é bastante dependente da asiática atualmente.

Se a indústria petroquímica segue em atividade, Mauro Pereira conta que a outra atividade âncora no centro industrial de Camaçari está parada. “O setor automobilístico parou no mundo inteiro. A América Latina foi o último local onde isso aconteceu e aqui fomos um dos últimos locais da América Latina”, conta. A Ford e suas sistemistas, além das fabricantes de pneus Continental e Brigestone, estão com suas operações paralisadas, sem previsão de retorno, diz. “Neste caso, a retomada vai depender de fatores econômicos (do Brasil)”, acredita.

PIB baiano pode ter maior queda da série histórica

Donaldson Gomes

REPORTAGEM

donaldson.gomes@reddebahia.com.br

No pior cenário Bahia perderá 135 mil postos de trabalho em 2020

A Bahia deverá perder R\$ 1,5 bilhão nos meses de abril, maio e junho, de acordo com projeção da Secretaria da Fazenda estadual (Sefaz). Mas as perdas da administração pública, no momento em que mais se demandam os seus serviços, são apenas parte do desafio econômico provocado pela pandemia do coronavírus. No pior cenário possível, podem ser perdidos quase 135 mil postos de trabalho e o Produto Interno Bruto (PIB) estadual pode sofrer uma retração de até 6,4% este ano.

Caso a situação se confirme, 2020 poderá ficar registrado como o pior ano para a economia baiana desde 2003, quando se iniciou a série histórica atual do PIB. O cenário é um dos dois apresentados pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), em um relatório técnico com estimativas sobre o impacto econômico da Covid-19 na Bahia. Em todos os casos, a economia baiana encerrará este ano com retração. Mas a depender das medidas adotadas, as perdas poderão variar entre 1% e os 6,4% já citados. Do mesmo modo, a perda de postos de trabalho podem ser de 8 mil a 135 mil.

Se o pior cenário possível se concretizar, a economia baiana poderá perder R\$ 20 bilhões este ano. No setor de comércio e serviços, que representa 70% do PIB estadual, esta perda poderá chegar à casa dos R\$ 14 bilhões.

Caso seja confirmada, a retração de 6,4%, o encolhi-



“A retomada da atividade econômica só pode acontecer com toda a segurança. Se isso acontecer cedo, teremos menos impactos econômicos. Se demorar, esses impactos serão maiores”, afirma Vladson Menezes, diretor da Fieb

mento da economia vai superar o período negativo enfrentado durante a crise econômica mundial de 2008 e a crise política e fiscal de 2016, quando a economia baiana encolheu 6,2% em apenas um ano.

CONSTRUÇÃO

Desta vez, a atividade econômica que deverá enfrentar as maiores dificuldades deverá ser a construção civil. Pelas projeções da Fieb, o setor poderá retrair 3%, na melhor das hipóteses, e 8%, no cenário mais extremo.

O problema da construção é que a crise no setor deve ser mais longa que em outros, explica Vladson Menezes, diretor-executivo da Fieb. “É uma atividade que demora mais para acelerar, porque depende muito da oferta de crédito e porque as pessoas precisam ter um mínimo de segurança financeira para tomarem a decisão de comprar um imóvel”, explicou.

Ele acredita que uma retração menor vai passar pela concretização de projetos de infraestrutura capazes de atrair investidores privados. “O governo não vai ter como bancar esses projetos, então eles precisariam ser tocados pela iniciativa privada”, acredita Menezes.

O diretor executivo diz que um fator importante para definir o impacto que a crise do coronavírus dependerá do tempo de duração e das medidas adotadas para mitigar a situação. “A retomada da atividade econômica só pode acontecer com toda a segurança. Se isso acontecer cedo, teremos menos impactos econômicos. Se demorar, esses impactos serão maiores”, destaca.

O diretor da Fieb acredita que as medidas adotadas pelos governos para reduzir os impactos foram apropriadas, entretanto, diz que algumas delas poderiam ser tomadas com maior rapidez e ampli-

tude. O acesso ao crédito por um exemplo de ação que deveria ter mais agilidade.

As medidas que preveem a redução da jornada de trabalho com redução salarial, além da suspensão dos contratos de trabalho, estão entre as que ele acredita que poderiam ter uma maior amplitude. Além da questão do prazo, que poderia ser maior, ele defende que a participação do governo federal também poderia. “Existem empresas que não faturam nada, ou que estão faturando muito pouco. Penso que faltou uma participação maior do governo na reposição das perdas salariais”.

VIDAS

O empresário Carlos Andrade, presidente da Federação do Comércio, Serviços e Turismo (Fecomércio-Ba), diz que apenas entre o final deste mês e meados do próximo será possível ter uma ideia mais clara sobre os impactos do coronavírus.

Segundo ele, no momento atual, todas as energias devem ser voltadas para a preservação da vida e que a retomada, quando acontecer, deverá ser dar de maneira planejada e responsável. “Me perguntaram se eu prefiro ver os comerciantes falecidos ou falidos no final disso tudo, mas esta é uma escolha que eu me recuso a fazer. Quero ver todo mundo vivo, com seus negócios vivos também”.

Ele também defende uma melhor atuação do setor financeiro. Diz que a burocracia atrapalha os recursos de chegarem a quem precisa.

Carlos Andrade diz considerar positivas as medidas governamentais de manutenção de empregos. “De todo o modo, demitir hoje para ter que contratar e treinar mão de obra novamente é inviável. Claro que tem casos que não tem jeito. Temos empresas que estão há 30 dias fechadas”, relata.



“Me perguntaram se eu prefiro ver os comerciantes falecidos ou falidos, mas esta é uma escolha que eu me recuso a fazer. Quero ver todo mundo vivo, com seus negócios vivos também”, afirma Carlos Andrade, presidente da Fecomércio

1,5B

de reais é o que a Bahia deve perder nos meses de abril, maio e junho por causa do coronavírus, segundo estimativa da Sefaz

6,4%

é a queda estimada no PIB baiano pelo pior cenário projetado

8%

poderá ser a queda na Construção civil, atividade econômica mais afetada pela atual crise

17

anos tem a série histórica de análise do PIB baiano. Até então, o recuo mais acentuado foi de 6,2% vista em 2016

Veículo: Política Livre	
Data: 16/04/2020	Caderno: Economia



16 de abril de 2020 | 08:53

Governo costura socorro de R\$ 48 bi a empresas aéreas e de energia e a varejistas

ECONOMIA

O governo costura com bancos privados, fundos de investimento e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) um plano de socorro de ao menos R\$ 48 bilhões a grandes empresas atingidas pela crise do coronavírus. Devem ser contempladas companhias aéreas, empresas de energia e grandes varejistas.

Pelo plano em discussão, serão oferecidos a empresas que têm ações negociadas na Bolsa instrumentos de dívidas conversíveis em ações. Ou seja, os bancos poderiam ficar com uma fatia da companhia caso ela não tenha condições de pagar o empréstimo ao fim do prazo acordado.

As negociações para o pacote foram antecipadas pelo jornal Valor Econômico. Somente na cadeia de energia (geradoras, transmissoras e distribuidoras), o montante necessário já é de R\$ 40 bilhões, segundo representantes de cada segmento.

Quando as primeiras conversas com o BNDES começaram, há cerca de três semanas, essa necessidade era de R\$ 17 bilhões.

O valor mais do que dobrou não somente com a queda no consumo, principalmente de indústrias, mas também com o aumento da inadimplência.

Já quatro companhias aéreas (Gol, Latam, Azul e Passaredo) negociam algo em torno de R\$ 8 bilhões. Estimativas de bancos apontam que essas empresas podem estar queimando até R\$ 100 milhões em caixa por dia.

LEOPOLDO SILVA/AGÊNCIA SENADO



Texto foi aprovado em sessão remota do Senado, em primeiro turno, por 58 votos a 21

Senado aprova texto-base do 'orçamento de guerra'

PANDEMIA A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do "Orçamento de Guerra" passou pelo primeiro teste no Senado. O texto-base da medida foi aprovado em primeiro turno por 58 votos contra 21. Uma segunda votação será necessária e deverá ocorrer amanhã.

Se for aprovado, deve voltar à Câmara porque o conteúdo foi alterado.

A proposta cria uma espécie de orçamento paralelo para segregar as despesas emergenciais que serão feitas para o enfrentamento do novo coronavírus. A mudança vai vigorar durante o estado de calamidade pública, ou seja, até 31 de dezembro deste ano.

Durante o período, o governo poderá descumprir a chamada regra de ouro, que proíbe

o Executivo de se endividar para pagar as despesas correntes - como são chamados os gastos da administração pública para manter seus serviços funcionando. Além disso, terá autorização expressa para contratar pessoas, realizar compras e fechar contratos de obras e serviços de maneira simplificada.

O Senado limitou o poder de fogo dado ao Banco Central para comprar dívidas de empresas durante a crise. Além disso, os senadores resolveram deixar as decisões do "orçamento de guerra" só com o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Pela PEC, o Banco Central poderá comprar e vender títulos do Tesouro Nacional em mercados secundários. Como o Estadão/Broadcast revelou, os negócios podem trazer problemas de caixa para o Tesouro no futuro.

Além disso, a PEC permite a autoridade monetária negociar títulos privados no mercado secundário e comprar dívidas de empresas, prática comum em outros países. O aval foi apelidado de "bazuca".

CURTAS**Sem contingenciamento em 2021**

O sistema de metas fiscais flexíveis proposto no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 não permitirá o contingencia-

mento (bloqueio de verbas) no Orçamento do próximo ano, informou o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Ele reiterou

que apenas o teto federal de gastos será a grande trava de equilíbrio fiscal para o próximo ano. Em 2019, o governo contingenciou R\$ 30 bilhões porque a arrecadação estava menor que o previsto no 1º semestre.

Governo eleva previsão de déficit

A retração da economia provocada pela pandemia de coronavírus elevou a previsão de rombo nas contas públicas para o próximo ano. Se-

gundo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, encaminhado ontem ao Congresso Nacional, o Governo Central - Te-

souro Federal, Banco Central e Previdência Social - deverá registrar déficit primário de R\$ 149,6 bilhões no próximo ano, o dobro do déficit de R\$ 68,5 bilhões para 2021 que consta da LDO de 2020.

O isolamento vai ser melhor para a economia

A economia brasileira está paralisada e muitos políticos e empresários acreditam que o isolamento social precisa ser suspenso para que ela possa se recuperar. Infelizmente é o contrário: é o isolamento social que vai permitir que a economia se recupere de forma rápida e sustentada.

Estudos sobre a gripe espanhola mostram que nos EUA os locais que optaram pela adoção duradoura do isolamento social tiveram uma recuperação econômica mais rápida e consistente após o seu término.

A explicação é simples: caso não houvesse o isolamento social, o ápice da pandemia ocorreria muito mais rapidamente, pois muito mais pessoas seriam infectadas e a imunização se generalizaria, mas isso resultaria em milhares de mortos, pois haveria o colapso do sistema de saúde. "Infeliz-

mente algumas mortes teriam, paciência, acontece, e vamos tocar o barco", diria o presidente Jair Bolsonaro. Mas o barco da economia não iria funcionar, pois ao se deparar com os mortos nas ruas, como se vê hoje no Equador, os agentes econômicos, eles próprios, fugiriam para suas casas e a economia seria totalmente desestruturada pelo medo da contaminação generalizada. Seriam dois ou três meses de pavor, e é ilusão pensar que a economia não iria sofrer, afinal, não pode haver vida econômica se as famílias e os indivíduos têm medo de sair às ruas.

Quem iria aos shoppings sabendo que ali poderia ser contaminado? Quem continuaria fazendo turismo sabendo que a Covid-19 pode estar ao seu lado? Sim, apenas 20% dos contaminados pegam a forma grave da doença, mas quem iria se

arriscar?

Na verdade, o isolamento social é a melhor solução para a saúde e para a economia, como atesta o estudo de pesquisadores do Federal Reserve*. Segundo o estudo, após a gripe espanhola, as cidades norte-americanas que registraram uma retomada econômica mais forte no ano seguinte foram aquelas

É o isolamento social que vai permitir que a economia se recupere de forma rápida e sustentada

que adotaram intervenções não farmacêuticas – como medidas de isolamento social, uso de máscaras e redução da mobilidade social – pelo menos 10 dias antes do aumento massivo de casos. Historicamente, vencida ou estabilizada a pandemia, a economia cresce de forma acelerada para atender à demanda reprimida por dois ou três meses de isolamento total. No Brasil, se o surto pandêmico terminar em junho ou meados de julho, a economia vai se recuperar no segundo semestre e o PIB vai crescer mais de 4% em 2021. Aliás, o conservador FMI já prevê incremento de 3% no PIB em 2021.

Mas há um problema: como os agentes econômicos vão sobreviver durante três meses seguidos com dívidas e compromissos com bancos e fornecedores e sem faturar? E como a população

pobre vai sobreviver sem emprego e sem salário? É aí que entra o governo e, por isso, a necessidade de fornecer renda diretamente às famílias e aos indivíduos e crédito barato e com carência estendida aos pequenos e médios empresários.

E, a bem da verdade, o governo federal vem tomando as medidas adequadas, permitindo a redução de salários e da jornada do trabalhador, desde que mantido o emprego, e viabilizando a renda mínima. E, ao tempo que faz isso – e talvez precise fazer mais –, é necessário que os governos comecem a preparar, após a estabilização da curva de contágio, o retorno às atividades, liberando de forma gradual os diversos setores.

* PANDEMICS DEPRESS THE ECONOMY, PUBLIC HEALTH INTERVENTIONS DO NOT: EVIDENCE FROM THE 1918 FLU

Pandemia: a curva em V

O governo ainda não fez o suficiente para preservar as empresas. As microempresas, com faturamento abaixo de R\$ 360 mil sequer foram contempladas. As linhas de crédito subsidiadas ainda não fluem como deveriam. É isso que é fundamental para a retomada da economia, bem como o adiamento no pagamento de impostos.

A pandemia vai gerar na economia uma curva em formato em V, ou seja, nos próximos meses chega-se ao fundo do poço, mas, superada ou estabilizada a pandemia, o crescimento é acelerado, embora diferenciado, a depender de cada setor. É o que já está se verificando na China. Mas, para isso acontecer, as empresas precisam sobreviver.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 16/04/2020	Página:

Correio*

AULAS CONTINUAM SUSPENSAS ATÉ MAIO

CAPITAL E INTERIOR O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), anunciou ontem que vai prorrogar o decreto que prevê a suspensão das aulas da rede municipal e particular até o dia 4 de maio. A publicação será feita na edição do Diário Oficial do Município hoje - mesmo dia que venceria o decreto anterior. As aulas estão suspensas na capital

baiana desde o dia 18 de março como uma das medidas de combate ao avanço do novo coronavírus. O governador Rui Costa (PT) usou sua conta no Twitter ontem para anunciar que também determinou a prorrogação até 3 de maio da suspensão das aulas e eventos em todo o estado. Alunos têm de cadastrar o CPF para receber o vale-alimentação.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 16/04/2020	Página:

Correio*

24h

ECONOMIA

8

Auxílio: Justiça suspende exigência por CPF regular

R\$ 600 O Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) suspendeu, ontem, a exigência para que o Cadastro de Pessoa Física (CPF) esteja regularizado antes do beneficiado receber o auxílio emergencial do governo federal de R\$ 600. A regularização do documento junto à Receita Federal era uma das exigências antes do pagamento do benefício. A decisão foi assinada pelo juiz federal Ilan Presser. As informações são do site G1.

De acordo com o G1, a decisão do magistrado foi tomada depois dele analisar ação do governo do Pará. Procurada, a Advocacia Ge-

ral da União (AGU) informou que ainda não foi notificada da decisão.

"Defiro o pedido para determinar a suspensão imediata, em todo o território nacional, da exigência da regularização de CPF junto à Receita Federal, para fins de recebimento do auxílio emergencial", escreveu o juiz Ilan Presser na decisão.

"Comunique-se, via e-mail, ao sr. presidente da Caixa Econômica Federal e ao sr. secretário da Receita Federal, para fins de ciência e cumprimento desta decisão, adotando-se as medidas necessárias para essa finalidade, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa pecuniária, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por dia de atraso", acrescentou.

O pedido do governo do Pará foi motivado pelas dificuldades das pessoas de regularizarem e por conta das longas filas que a situação provocou em todo o país, contrariando

as regras de distanciamento social para conter a pandemia de coronavírus.

Na decisão, o juiz do TRF-1 afirmou ainda que a formação de filas provoca aglomerações e este tipo de situação representa "manifestação contrariedade" às medidas recomendadas pelo Ministério da Saúde brasileiro e pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

"As aglomerações, com sérios e graves riscos à saúde pública, continuam a se realizar em todo o território nacional, o que tem o condão de provocar o crescimento exponencial e acelerado da curva epidêmica, para atender à finalidade exigida pelo decreto regulamentar: de que sejam regularizadas as indigitadas pendências alusivas aos CPFs dos beneficiários junto à Receita Federal", escreveu o magistrado.

Decisão foi motivada por pedido do governo do Pará por conta da aglomeração de pessoas para resolver as pendências com o CPF junto à Receita Federal

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 16/04/2020	Página:



Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.079 para o ano que vem

ORÇAMENTO O governo federal propôs um salário mínimo de R\$ 1.079 para 2021, segundo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem, divulgado ontem pela área econômica. O valor é R\$ 34 maior que o salário mínimo atual, de R\$ 1.045. O reajuste, se aprovado pelo Congresso, começará a valer em janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro.

O valor do salário mínimo proposto pelo governo para o ano que vem tem correção somente pela inflação, ou seja, pela estimativa do governo para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC).

O projeto não prevê reajustes para servidores públicos no próximo ano. O texto prevê somente a transformação de cargos e de funções, sem alterações na remuneração.

"A única coisa que a LDO traz é a possibilidade de transformação de cargos e funções. Ou seja, trocar algum cargo por outro de mesmo valor, ou dois de um valor menor por um valor maior. Não estão previstas por enquanto nenhum aumento", afirmou, ontem, o secretário de Orçamento Federal, George Soares.

Neste ano, o governo autorizou reajustes somente para os militares, em razão do processo de reestruturação das carreiras.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O Rio Grande do Sul deve perder este mês de abril RS 850 milhões de arrecadação. Pela proposta do governo, ele receberia de compensação de ICMS RS 300 milhões e pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) ele recebe RS 30 milhões. O caso gaúcho põe em xeque a proposta do Ministério da Economia. É um estado que tem feito ajuste fiscal e aprovou mais reformas do que o governo federal. No FPE, ele recebe apenas 1,6% do rateio, por ser um dos estados mais ricos, na divisão pela população ele fica com um valor pequeno porque tem apenas 5% da população.

"O valor é extremamente insuficiente, não vai chegar nem a um terço da perda que a gente terá. Mas independentemente do valor, eu acho que o rateio pela população não faz sentido", diz o secretário de Fazenda, Marco Aurélio Cardoso.

O debate agora será travado no Senado entre a proposta da Câmara, de compensação da perda de ICMS por seis meses, e a ideia do Ministério da Economia, de dar RS 40 bilhões (RS 19 bilhões para os estados e RS 21 bilhões para os municípios) ao longo de três meses. A Câmara aprovou a distribuição pelo cri-

tério de arrecadação, o governo quer que a divisão seja pelo tamanho da população.

O secretário Bruno Funchal, do Ministério da Economia, diz que o maior problema do projeto da Câmara é o artigo segundo, que estabelece esse "seguro total". Ou seja, o Tesouro cobriria tudo o que o estado e a cidade perdessem nesses dois impostos, ICMS e ISS.

"Ele abre um espaço grande de incerteza e de incentivo à má gestão tributária quando faz um seguro total", diz Funchal.

O secretário gaúcho discorda e acha que não se respeitou a lógica.

"Cada imposto de origem tem a sua lógica de distribuição. O Fundo de Participação dos Esta-

dos não foi feito pela população, mas pelo rateio que tem como objetivo a redistribuição de renda. Pegam-se os impostos de renda e da indústria, pagos no Sul e no Sudeste, para transferir para os estados de menor renda e população. Ele vai 80% para o Norte e o Nordeste. Não me parece fazer sentido recompor assim o FPE, e na hora do ICMS usar-se o critério de população", diz Marco Aurélio.

O Rio Grande do Sul tem sido apontado pelos economistas fiscalistas como um exemplo de ajuste. Fez uma reforma da previdência com mais potência fiscal que a federal, fez a reforma administrativa, enquanto o governo federal sequer apresentou a sua. E estava se preparando para o re-

gime de recuperação fiscal quando veio a pandemia. A Secretaria de Fazenda montou um sistema de monitoramento diário de imposto por imposto. E tem tornado público por boletins semanais. Registra quedas expressivas, de 25% a 30% na indústria e no varejo. Combustível está caindo o preço e a demanda. Só cresceram vendas de farmácias e supermercados, 10%. IPVA caiu 18%, Imposto de Transmissão, 69%, mas esses são menos importantes. O ICMS é que é fundamental.

Bruno Funchal foi secretário de Fazenda do Espírito Santo, sucedendo Ana Paula Vescovi, um estado que é o único nota A em qualidade do crédito. Hoje está no Ministério da Economia. Ele defende a proposta do go-

verno como sendo a que evitaria o risco de uma farra fiscal:

"A regra de transferência com o critério per capita está associada à maior chance de contágio e de problemas de saúde e econômicos, mas esse não é o ponto principal. O principal é que ao se dar o seguro há risco de deferimento (adiamento da cobrança) de imposto para maximizar a transferência".

Marco Aurélio argumenta que isso não é possível:

"A preocupação é legítima, mas já está no projeto. O PL aprovado na Câmara proíbe diferimentos a não ser nos casos sugeridos pelo próprio governo, como o Simples Nacional e para produtos ligados à área da saúde. O ICMS é o imposto mais regulado do Brasil, porque tudo passa pelo Confaz e tem que ter unanimidade. Se eu quiser dar um incentivo tenho que ter a aprovação da Bahia. E o ministro da Economia é o presidente do Confaz. O ICMS é 68,8% da receita corrente líquida do Rio Grande do Sul. Não tem sentido brincar com um imposto que representa essa arrecadação".

A discussão técnica é esta. Mas o que realmente envenenou o debate foi a briga política. E ela ainda não cessou.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 16/04/2020	Página:



MP DA RENDA EMERGENCIAL PRESERVA MAIS DE 1,7 MILHÃO DE EMPREGOS

BALANÇO O total de empregos preservados pelos acordos do Programa de Renda Emergencial, criado pela Medida Provisória 936, era de 1.707.226 até às 15h de ontem, segundo a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Data-prev). O balanço foi divulgado pelo Ministério da Economia. Segundo nota da pasta, “o programa prevê a concessão de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda aos trabalhadores que tiverem jornada reduzida”.

DÓLAR SOBE PARA R\$ 5,24 E FECHA NO MAIOR VALOR EM 9 DIAS; BOLSA CAIU APÓS 2 ALTAS

MERCADO FINACNEIRO Em meio às incertezas sobre a evolução da pandemia de Covid-19, o dólar comercial subiu pelo terceiro dia seguido e fechou no maior valor em nove dias. A moeda encerrou ontem vendida a R\$ 5,242, com alta de R\$ 0,052 (+1%). As tensões no mercado de câmbio refletiram-se na bolsa de valores. Depois de dois dias de alta, o índice Ibovespa, da B3 (bolsa de valores brasileira), fechou o dia em 78.831 pontos, com queda de 1,36%.

STF mantém poder dos estados e municípios sobre quarentena

REVÉS DO PLANALTO Em derrota para o presidente Jair Bolsonaro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que estados e municípios podem executar as medidas que avaliarem necessárias para conter o avanço do novo coronavírus, como determinar isolamento social e definir as atividades locais essenciais durante a pandemia. O julgamento foi o primeiro da história do plenário da Corte feito por meio de videoconferência.

Na ação, o PDT questionou a Medida Provisória (MP) que deu a Bolsonaro o poder de aplicar ou não as restrições. A sessão foi marcada por críticas de ministros ao presidente e à falta de cooperação entre autoridades no enfrentamento à crise.

A maioria dos magistrados acompanhou o relator do caso, ministro Marco Aurélio Mello, no sentido de manter a validade da MP, mas aplicar o entendimento de que prefeitos e governadores também podem executar as ações contra a doença.

Por maioria, também entenderam que os chefes dos

●● ○
presidente tem poderes para exonerar seu ministro, mas não para adotar política pública genocida
Gilmar Mendes

Ministro do Supremo, em manifestação durante sessão por videoconferência

Executivos locais podem definir quais são as atividades essenciais que, no âmbito local, não devem ficar paralisadas durante a pandemia. O julgamento feito de forma virtual foi uma medida adotada pela Corte para prevenir a transmissão do coronavírus, reduzindo o número de servidores e ministros na sede do tribunal em Brasília.

Apenas o presidente do STF, Dias Toffoli, e o ministro Gilmar Mendes, estiveram presencialmente no

plenário. Os demais participaram de casa. À distância, Marco Aurélio abriu mão da gravata, do terno e da toga.

O ministro Gilmar Mendes atacou o desarranjo dos entes federativos no enfrentamento e cobrou cooperação das autoridades na crise. O ministro ainda disse que o presidente não pode adotar “política pública genocida”.

“O presidente da República dispõe de poderes para exonerar seu ministro da Saúde, mas não dispõe de poder para eventualmente exercer uma política pública de caráter genocida. Se algum decreto viesse por acaso a flexibilizar, de modo a colocar em risco a saúde pública das pessoas, certamente isso precisaria ser contestado”, declarou.

Já o ministro Alexandre de Moraes definiu como “lamentável” a divergência entre as diferentes esferas de governo e até dentro do próprio governo federal. “Temos que afastar esses personalismos de diversos entes federativos, prejudiciais à condução das políticas públicas de saúde”, disse ele.

Mais*

PACOTE INCLUI AINDA O FUNCIONAMENTO EM REGIME DE TURNÃO E RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS



ACM Neto quer que outros municípios sigam o exemplo para que todos possam cobrar mais recursos do governo federal

SALÁRIOS E BÔNUS COM MENOS 30%

Remuneração do prefeito e do vice e gratificação por cargo são cortadas para investir no combate à Covid

Eduardo Dias*

REPORTAGEM
@redetbahia/Nonononono

O prefeito ACM Neto anunciou ontem (15) que vai reduzir em 30% os salários dele, do vice-prefeito Bruno Reis, e no valor do pagamento das gratificações a cargos comissionados da prefeitura. A justificativa é a de preservar recursos para as ações de enfrentamento ao coronavírus.

"Nós esperamos que essas

medidas sejam suficientes e que novas determinações de cortes e contenção de despesas não tenham que ser adotadas. A única coisa que não vou permitir é que falte dinheiro para cuidar da vida das pessoas", argumentou o prefeito. "Quero que com o exemplo de Salvador, nós possamos mostrar para outras prefeituras que devem fazer a mesma coisa, o seu dever de casa, porque assim teremos mais autoridade para demandar do governo federal que aprove o quanto antes as

medidas de apoio financeiro aos municípios e estados. Precisamos desses recursos para que não haja uma situação de insolvência", complementou.

O anúncio dos cortes ocorreu durante a inauguração da Unidade de Acolhimento Emergencial para População em Situação de Rua, na Liberdade. Além dos cortes, outras ações de redução de gastos foram divulgadas, bem como a garantia de que não haverá demissões na prefeitura, que funcionará em

Quero que com o exemplo de Salvador, nós possamos mostrar para outras prefeituras que devem fazer a mesma coisa, o seu dever de casa
ACM Neto
prefeito de Salvador

CORTE NA CARNE

● **Corte de 30% nos salários do prefeito, vice-prefeito e no pagamento das gratificações dos cargos comissionados, incluindo os das funções essenciais do enfrentamento ao novo coronavírus**

● **Empregos estão preservados, pois não ocorrerá demissões no quadro da administração municipal**

● **Órgãos e secretarias funcionarão em regime de turnão, das 8h às 14h**

● **As exceções ao funcionamento em horário extraordinário são: a SMS, Sempre, Sema, Seinfra, Semop, Codesal, GCM, Limpurb, Transalvador, Sucop, Semob, Sedur, Casa Civil e Senge, que continuarão operando em horário normal**

● **Determinação é assegurar desconto de até 50% nos contratos de locação de imóveis da prefeitura, incluindo valores superiores a R\$ 10 mil, por prazo de 6 meses**

● **Obtenção de desconto de até 6 meses em 30% de todos os demais serviços prestados à prefeitura através de contratos sistêmicos**

um turnão (das 8 às 14h). Órgãos e secretarias ligadas ao combate ao vírus funcionarão em horário regular. São eles: Gabinete do Prefeito, secretarias municipais da Saúde (SMS), Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), Manutenção (Sema), Mobilidade (Semob), Ordem Pública (Semop), Fazenda (Sefaz) e Gestão (Semge), além da Casa Civil, setor de Fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), Defesa Civil de Salvador (Codesal), Guarda Civil Municipal (GCM), Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb) e superintendências de Trânsito de Salvador (Transalvador) e de Conservação e Obras Públicas (Sucop).

Também foram estabelecidas metas de economia com renegociação de aluguel e de serviços prestados ao Município (veja ao lado).

Na mesma ocasião, o prefeito afirmou que não é possível deixar de cobrar os impostos municipais, como IPTU e ISS. De acordo com o gestor, a única suspensão de cobrança foi para atividades que estão obedecendo os decretos municipais, o que já gera uma perda para os cofres públicos. "Eu agora não posso abrir mão de nenhum centavo de arrecadação. Senão a prefeitura não vai ter dinheiro para pagar tudo o que tem que pagar e já estamos tendo uma queda grande (de arrecadação) em função da paralisação das atividades econômicas", disse. O prefeito disse que a situação pode mudar caso o governo federal dê uma ajuda "substantiva" a estados e municípios.

COM SUPERVISÃO DO EDITOR FLÁVIO OLIVEIRA

Unidade pode acolher até 80 pessoas

A população em situação de rua de Salvador tem à disposição mais uma Unidade de Acolhimento Emergencial ofertada pela prefeitura durante o período da pandemia do novo coronavírus.

Desta vez, o bairro escolhido para a instalação do equipamento foi a Liberdade. A capacidade do espaço é de 80 pessoas. A iniciativa é mais uma do conjunto de estratégias já adotadas pela administração municí-

pal para apoiar às pessoas mais vulneráveis à Covid-19.

A inauguração ocorreu ontem, e, além de prefeito, contou como as presenças do vice-prefeito Bruno Reis e da secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza, Ana Paula Matos.

A nova unidade da Liberdade acolherá, inicialmente, 44 homens e 36 mulheres. Em relação à população feminina, o número de abri-

gados em toda rede aberta pela prefeitura pode dobrar, caso ela tenha filhos.

"Vamos ter inicialmente as 80 vagas, que podem ser ampliadas a depender se as mulheres acolhidas tiverem filhos. Nosso objetivo é que, quando acabar essa crise, eles possam receber o auxílio aluguel, alugar a própria casa e conseguir um emprego, como temos feito com outros acolhidos", afirmou Ana Paula Matos.

Iniciativa faz parte das estratégias adotadas pela prefeitura para apoiar os mais vulneráveis à Covid



Espaço pode abrigar 44 homens e 36 mulheres

Indústria baiana no rastro da pandemia

Priscila Natividade

REPORTAGEM

priscila.oliveira@redebahia.com.br

Redução de salários já atinge trabalhadores que atuam no Polo de Camaçari

As principais empresas do Polo Industrial de Camaçari começaram as adesões a Medida Provisória 936, que prevê a redução de salários proporcional à diminuição da carga horária e libera também a suspensão temporária de contratos. Segundo o presidente do Sindicato dos Borracheiros do Estado da Bahia (Sindborracha), Josué Pereira, a Continental fechou ontem um acordo coletivo que reduziu em 50% a carga horária da produção e 25% as horas de trabalho do administrativo.

No entanto, a unidade da empresa, localizada em Camaçari, garantiu a categoria que a perda financeira não poderia passar de 20%.

Estamos falando de uma medida que vai atingir 26 mil trabalhadores que atuam no setor. Nenhum acordo será fechado com descontos de 70%

Júlio Bonfim

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, ao comentar corte de salários e de jornada de trabalho no setor

"Nós tivemos uma reunião com a empresa e logo depois levamos a proposta para os trabalhadores da fábrica, que aceitaram o acordo na condição que a perda de salário não ultrapassasse 20%, mesmo com a carga horária reduzida. A Continental se encontra em férias coletivas, porém, a redução já passa a valer logo após o retorno dos trabalhadores", afirmou Pereira.

Em nota ao CORREIO, apesar de não especificar os detalhes do acordo, a Continental confirmou a adesão. "Aprovamos por unanimidade em Assembleia com o sindicato a adoção da medida provisória (MP) 936. A partir de maio, por no máximo 90 dias, haverá redução de jornada e salário para as unidades de passeio e carga", escreveu a empresa.

Está é só uma das fábricas instaladas no Polo e região metropolitana de Salvador que estão buscando os acordos. Ainda segundo o presidente do Sindborrachas, a Bridgestone também já sinalizou a abertura de uma negociação para a próxima segunda-feira. "A Bridgestone está em férias coletivas até o dia 26, mas sinalizou ao sindicato que vai entrar em contato para discutir a iniciativa que a empresa irá tomar".

O setor metalúrgico é mais um que começa a buscar amparo na MP. De acordo com o presidente Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, Júlio Bonfim, uma reunião está marcada para hoje com a Ford.

"Acabamos de fechar um acordo com a Cian e estamos adotando a mesma proposta de negociação para todas as empresas: Quanto menor o salário, menor o desconto".

A proposta que será levada para a Ford é de 0% de redução para trabalhadores com salários de até R\$ 3,09 mil. E outras faixas salariais com descontos proporcionais de, no máximo 25%, neste último caso para salários acima de R\$ 8 mil. "Estamos falando de uma medida que vai atingir 26 mil trabalhadores que atuam no setor. Nenhum acordo será fechado com descontos de 70%", completou.

MAIS EMPRESAS

Outras empresas que atuam na Bahia estão na lista de adesão a medida provisória como a Gol, Azul Linhas Áreas, Latam e a operadora Tim. Esta última optou pela suspensão de contratos dos representantes comerciais. Dados preliminares do Ministério da Economia apontam que, até o início desta semana, o número de empregos preservados por meio de acordos coletivos e individuais contemplados pela Medida Provisória 936/2020 superou a 1 milhão.

Para o presidente da Associação Baiana de Advogados Trabalhistas (ABAT), Ivan Isaac, novas decisões relacionadas à MP devem vir junto após o julgamento do Supremo na disputa entre a validade dos acordos individuais ou su-

premia das negociações coletivas. "Entidades de classe questionaram no Supremo Tribunal Federal a medida provisória, obtendo uma liminar do Ministro Lewandowski. A ação está aguardando o julgamento pelo STF", pontua.

Enquanto não sai a decisão, a técnica Giovana Paulino recebeu na última semana o comunicado da fábrica onde trabalha, no município de Simões Filho, avisando sobre a redução de 70% do salário. "Primeiro nos colaram em férias de 15 dias. Depois só recebi a ligação da minha gerente comunicando a redução do salário, ficaria em casa por mais um mês e que só receberia 30% do valor. Depois desse período pode haver corte de carga horária. É bem preocupante", lamentou.

DENÚNCIAS

O Ministério Público do Trabalho na Bahia registrou número recorde de denúncias desde o início das medidas de restrição provocadas pela pandemia. Do dia 17 de março até o início do mês, o crescimento chegou a 65%. A maioria das denúncias aponta a ausência de medidas de redução do número de pessoas nos ambientes de trabalho, a falta de piase e de álcool em gel e oferta de espaços de trabalho sem ventilação. Como o atendimento presencial ao MPT está suspenso, o trabalhador que quiser fazer uma denúncia pode ir ao site prt5.mpt.mp.br.

DIVULGAÇÃO



TIRA-DÚVIDAS SOBRE A MP 936

O que diz a MP?

A medida prevê salários e carga horária de trabalho proporcionalmente reduzidas e acesso a um adicional pago pelo governo. A MP também permite a suspensão de contratos por tempo determinado. Porém, a advogada e conselheira estadual da Ordem dos Advogados na Bahia (OAB-BA), Joana Rodrigues, pontua que nem toda a perda salarial será reparada, visto que a base do cálculo definida pela MP leva em consideração os

valores do seguro desemprego. "O valor do seguro desemprego tem um limite. O valor mais alto a ser pago a título de seguro desemprego é R\$ 1,8 mil. Quanto maior o valor do salário, certamente haverá um impacto maior na renda do trabalhador", diz.

Vale o acordo coletivo ou individual?

A advogada destaca que primeiro é necessário que haja a comunicação do empregador ao empregado com antecedência de no

mínimo dois dias. Porém, há uma discussão grande no mundo jurídico com relação a este ponto, visto que a Constituição coloca que redução de salário só pode ser feita mediante negociação coletiva. "Com a liminar publicada pelo Supremo Tribunal Federal, o acordo individual para valer tem os efeitos imediatos para fins de pagamento do benefício do governo, porém ele está condicionado a comunicação ao sindicato", pontua a profissional.

Até quando pode chegar a redução da carga horária e dos salários?

Em caso de suspensão completa do contrato de trabalho, a MP coloca como prazo máximo 60 dias. Nesta opção, a jornada fica bloqueada, a empresa não paga salários e não pode cobrar qualquer tipo de prestação de serviço do funcionário. Em caso de limitação de jornada, são três faixas de redução: 25%, 50% ou 70%. O limite de tempo é de 90 dias.

A MP garante a permanência no emprego?

Teoricamente, sim. Ao longo de todo o tempo em que estiver vigente o acordo, o trabalhador não pode ser dispensado. E fica estável por igual período ao fim do acordo. Porém, a conselheira da OAB-BA levanta que no mesmo texto da MP, a medida prevê a possibilidade de dispensa. "A possibilidade vem com uma ressalva de uma espécie de indenização que o empregador tem que pagar".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 16/04/2020	Página: 02

Tribuna

Raio Laser

Cortes

Numa demonstração de que estão dispostos a cortar na própria pele no sentido de ajudar no enfrentamento da pandemia do coronavírus, o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), e o de Feira de Santana, Colbert

Martins Filho (MDB), resolveram cortar cerca de 30% de seus salários, além dos do vice e dos secretários municipais, liderando outros cortes que afetarão os do funcionalismo em suas respectivas cidades, a exemplo da diminuição no valor das gratificações e outra vantagem por pelo menos três meses, prazo estimado para a passagem da crise. As medidas vêm depois de um endurecimento adotado por Neto em Salvador, onde ele estabeleceu limite para frequência a supermercados.



Colbert Martins

Cheque especial

Em ação no Supremo Tribunal Federal, o Podemos obteve a suspensão da cobrança da tarifa do cheque especial. A medida, adotada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), entrou em vigor em janeiro para novos contratos e passaria a valer a partir de junho para quem já era cliente bancário. Em dezembro do ano passado, a presidente do partido, deputada Renata Abreu, e a bancada do Podemos na Câmara haviam ingressado com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), apontando que as novas regras colidiam com os artigos 5º (direito fundamental) e 170 (princípio da ordem econômica) da Constituição Federal, além da cobrança de tarifa sem utilização do cheque especial constituir prática abusiva, conforme artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor.

Direitos

O deputado federal Valmir Assunção (PT) votou contra a medida provisória (MP 905/19) aprovada na Câmara, na madrugada de ontem, que retira direitos trabalhistas como terço de férias, décimo terceiro e ainda cria impostos sobre quem está desempregado. “Essa Casa atacou diretamente os direitos de quem trabalha no Brasil, isso é um retrocesso”, disse.

Indicação

Em sessão marcada por votações de projetos de vereadores ontem, a vereadora Lorena Brandão (PSC) aprovou três importantes projetos de sua autoria para o combate aos efeitos do coronavírus em Salvador. Também indicado por Lorena, a inclusão de taxistas, auxiliares e motoristas por aplicativo, que têm de 40 a 60 anos, no programa Salvador por Todos também foi aprovada, logo após o prefeito ACM Neto (DEM) acatar a sugestão da vereadora feita a ele na última semana.

Tribuna

RAUL MONTEIRO

É Paulo Guedes que precisa sair, não Mandetta

Para um mestre do diversionismo, nada melhor do que uma boa polêmica em torno da demissão ou manutenção do ministro da Saúde em plena pandemia do coronavírus para que, de repente, o país esqueça das medidas que o governo deveria estar tomando para manter a atividade econômica em níveis minimamente razoáveis em tempos bicudos de quarentena. A bem da verdade, o governo enviou ao Congresso uma proposta de ajuda a trabalhadores informais, originalmente de R\$ 200, felizmente transformada depois, no Congresso, no chamado coronavoucher de R\$ 600, a ser pago por dois meses, para um time gigantesco da força de trabalho nacional.

Também, depois de muita pressão, encaminhou um projeto de socorro emergencial a Estados e municípios que, alterado na Câmara por absoluta falta de articulação e coordenação políticas do governo, resultou num arranjo que, justificadamente, desesperou a equipe econômica, principalmente por não estabelecer

contrapartidas aos entes federativos que receberão sua espécie de seguro para a queda da arrecadação tributária, fonte de sustentação financeira de Estados e municípios que deverá afundar com o paradeiro da economia em decorrência das medidas de restrição social.

No entanto, uma sobrevoada sobre o que deveriam ser as iniciativas do governo para minorar o sofrimento de quem depende do que ganha no dia para comer e atenuar a iminência de uma quebra geral cuja recuperação será tão tortuosa quanto difícil confirma a tese de que as duas únicas ideias que o presidente da República consegue articular para ofertar à sociedade neste momento é de que leve vida normal, como se o vírus não existisse e nem fosse mortal para muito mais gente do que as localizadas nos chamados grupos de risco, como as estatísticas mostram, e não esqueça da cloroquina, que ele transformou numa espécie de panacéia.

Mas se Bolsonaro nunca negou sua mais completa ignorância sobre Economia, embora não se supusesse que a lacuna fosse tão



radicalmente qualificada, seu ministro da área tinha a obrigação de estar pensando não só em mecanismos para enfrentar a crise por meio de uma necessária e perigosa, ainda que com todas as salvaguardas, expansão do Estado neste momento, bem como em meios para fazê-lo reconstruir mais adiante, quando essa crise finalmente se dissipar. Difícil, no entanto, acreditar na capacidade de Guedes para tanto num país em que até o orçamento de guerra para enfrentar a crise foi proposto pelo Legislativo.

Na verdade, o ministro está muito aquém dos desafios que o momento histórico impõe ao Brasil no plano econômico. Uma inadequação que fica ainda mais evidente quando economistas muito mais tarimbados que ele na seara pública, e nem por isso menos liberais, se referem a iniciativas como o New Deal, nos Estados Unidos, ou mesmo ao Plano Marshal, de reconstrução da Europa no pós-guerra, para enfatizar o esforço que tanto o Brasil quanto outros países terão que fazer para aguentar o tranco da pandemia, o que, no caso brasileiro, demandaria muitas cabeças pensando ao mesmo tempo, lideradas por alguém que, evidentemente, o ministro já provou não ser ele.

* Raul Monteiro é editor da coluna Raio Laser e do site Política Livre e escreve neste espaço às segundas e quintas-feiras.

Tribuna

Câmara Municipal aprova ampliação do auxílio de R\$ 270

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Os vereadores de Salvador votaram e aprovaram ontem, por unanimidade, em caráter de urgência urgentíssima, a ampliação para outras categorias do benefício de R\$ 270 do programa Salvador por Todos. Também foram mantidos dois vetos que sobrestavam a pauta e aprovadas várias indicações, moções e resoluções, além de requerimentos. A votação ocorreu por meio do Sistema de Deliberação Remota (SDR), que está sendo utilizado na Câmara Federal e no Senado. A sessão

semipresencial no Plenário Cosme de Farias, por meio de videoconferência, foi ao encontro dos procedimentos adotados pela área da saúde para evitar a propagação do novo coronavírus.

O Projeto de Lei nº 69/20 (Mensagem nº 08/20) aprovado pela Câmara ampliou o benefício do auxílio Salvador por Todos aos taxistas, motoristas de aplicativos e auxiliares de taxistas, com idade a partir de 40 anos, inclusive, até 60 anos. O benefício será pago em parcela única de R\$ 270, observada a vulnerabilidade social e a capacidade financeira do município.

O PLE - 69/20 também

dispõe sobre a distribuição de cestas básicas para pessoas em situação de extrema pobreza com renda per capita de até R\$89 que não possuam filhos matriculados em escolas municipais, não beneficiários do Bolsa Família ou beneficiários que recebam até R\$ 100, bem como aos idosos inscritos no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 522, desde que não se declarem como trabalhadores autônomos ou informais e que residam sozinhos e aos mototaxistas com idade entre 18 a 60 anos cadastrados até o dia 7 de abril do corrente ano, bem como aos guias e monitores de turismo inscritos na mes-

Foto: Reginaldo Ipê



A CÂMARA de Salvador aprovou a ampliação para outras categorias do benefício de R\$ 270 do programa Salvador por Todos

feito ACM Neto em não ampliar na mensagem o benefício de R\$270 para outras categorias.

A Câmara também aprovou por unanimidade o Projeto de Lei nº 64/20 de autoria do presidente Geraldo Júnior, que reserva 20% das bombas de combustíveis, dos postos de Salvador, para atendimento aos grupos de risco ao contágio da Covid-19, bem como obriga o cumprimento da Lei nº 10.048/2000, que determina o atendimento prioritário às pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.

ma data no Cadastur.

Durante a sessão, dezenas de vereadores pediram para o benefício de R\$270 contemplar outras categorias, como músicos, barqueiros, capoeiristas e até pessoas em situação de rua. Quatro emendas foram apresentadas, beneficiando ou-

tras categorias, porém foram rejeitadas nas Comissões de Justiça e Orçamento. Os vereadores da oposição Sidinho (Podemos), Marcos Mendes (PSOL), Marta Rodrigues (PT), Sílvio Humberto (PSB) e Aladilce Souza (PCdoB), criticaram a postura adotada pelo pre-

Tribuna

ACM Neto anuncia corte de 30% no próprio salário durante pandemia

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), anunciou, ontem, que fará um corte de 30% no próprio salário e do vice-prefeito Bruno Reis (DEM) durante o surto de coronavírus que atinge o Brasil e outras partes do mundo. Segundo o gestor soteropolitano, também haverá a redução de 30% do pagamento das gratificações de cargos comissionados e renegociação de contratos. O democrata afirmou que a estimativa é economizar R\$ 50 milhões, que serão usados para o enfrentamento da doença.

"Quero anunciar redução de 30% no meu salário e do vice-prefeito Bruno Reis. Temos que dar o exemplo nesse momento. Parte de nós a decisão de fazer sacrifícios, assumir ainda mais a responsabilidade por esse momento. Não me sentiria à vontade dando início a uma série de cortes e economias de recursos sem incluir meu próprio salário e o do vice-prefeito", afirmou ACM Neto, em entrevista coletiva. O prefeito fez questão de ressaltar que houve uma queda de arrecadação de impostos com a pandemia.

"Ainda é cedo para se ter



O PREFEITO de Salvador, ACM Neto, anunciou, ontem, que fará um corte de 30% no próprio salário e do vice-prefeito Bruno Reis

uma ideia completa de quanto vai ser essa queda, porém, nos primeiros números de arrecadação do ISS, que é o principal tributo do município, e está ligado diretamente à atividade econômica e prestação de serviço, temos indicativo de queda de cerca de 30%. O número pode ser ainda maior, caso a crise se prolongue", declarou. "Não gastamos um centavo a mais do que a gente arrecada. Fizemos superávit nos sete primeiros anos da gestão. Somos uma das prefeituras do Brasil que en-

trou em melhor condição nessa crise do coronavírus, com recursos em caixa. No então, o rombo na atividade econômica é muito grande, o que consequentemente reflete na arrecadação", emendou.

Neto disse ainda que será adotado o "turnão" na prefeitura, isto é, um regime extraordinário de trabalho para órgãos que não estão envolvidos no combate ao coronavírus. Estes órgãos passarão a funcionar apenas por 6 horas entre 8h e 14h. Estão fora deste regime: o

Gabinete do Prefeito, secretarias municipais da Saúde (SMS), Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra) e outros.

O prefeito afirmou também que a administração vai negociar descontos de até 50% com cada proprietário de imóvel que a prefeitura aluga. "Esperamos que essas medidas sejam suficientes e que novas determinações de cortes e contenção de despesas não tenham que ser adotadas. A única coisa que não vou permitir é que falte dinheiro para cuidar da vida das pessoas, para reforçar nosso sistema de saúde e pagamento de uma série de benefícios que estamos concedendo aos mais pobres nesse período de pandemia", disse ACM Neto, ressaltando que o município promoveu contingenciamento de R\$ 230 milhões do orçamento.

DECRETOS

O gestor soteropolitano também anunciou a prorrogação dos decretos que suspendem as aulas na rede pública e particular de ensino, assim como do funcionamento das academias de ginástica e equipamentos culturais. A restrição, cuja data de validade era hoje, será estendida para 4 de maio.

Renegociação

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) está renegociando todos os contratos vigentes com empresas terceirizadas, como parte das medidas que tem adotado durante a pandemia do novo coronavírus, visando cumprir as determinações emergenciais de contingenciamento de despesas com custeio e investimentos. A negociação já firmada com as três maiores empresas de terceirização de mão de obra contratadas pelo TCE/BA, fizeram com que as mesmas renunciassem ao reajuste contratual anual pelo índice correspondente, viabilizando a redução dos valores de desembolso pelo Tribunal, além de ajustes para adoção de outras medidas protetivas, caso necessário.

Contra...

Apenas o deputado federal Cláudio Cajado (PP) votou contra, na bancada governista baiana no Congresso, o projeto emergencial de socorro aos estados e municípios na crise causada pelo coronavírus, aprovado ontem. A matéria era considerada fundamental tanto pelo governador Rui Costa (PT), a quem Cajado se aliou nas eleições passadas depois de romper com ACM Neto (DEM), quanto pelo prefeito de Salvador.



Cláudio Cajado

...e contra

Da bancada de oposição a Rui no Congresso, apenas a deputada federal Dayane Pimentel votou contra a proposta de ajuda a estados e municípios, que é criticada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) por não prever contrapartida de governos e municípios. O texto-base foi aprovado por 431 votos a 70. O plenário da Câmara analisou e rejeitou os destaques - pedidos de alteração do texto. Guedes pretende impedir que seja aprovado pelo Senado.

Orçamento de guerra

O Senado alterou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do "Orçamento de Guerra" para garantir que empresas socorridas pelo governo federal tenham a obrigação de manter empregos. O texto-base da medida foi aprovado em primeiro turno e passará por uma segunda votação amanhã. Pelo texto do Senado, o recebimento de benefícios da União com o objetivo de combater os impactos da pandemia do novo coronavírus está condicionado ao compromisso de manutenção de empregos. A cláusula, porém, é genérica, pois estabelece que os critérios serão definidos "na forma dos respectivos regulamentos".

Tribuna

Elinaldo prorroga isolamento por mais 15 dias em Camaçari

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Prefeitura de Camaçari decidiu prorrogar, por mais 15 dias, as medidas temporárias de prevenção e controle para enfrentamento da Covid-19, no âmbito do município. O Decreto de n.º 7.334 foi assinado pelo prefeito Elinaldo Araújo e publicado no Diário Oficial do Município (DOM). Em nota, a gestão municipal informou que a decisão se dá "diante da necessidade de manter os cuidados recomendados para o combate à disseminação do novo coronavírus" e "tendo em vista que as medidas de isolamento têm desacelerado o ritmo do con-

tágio". O documento ratifica todas as medidas apresentadas pelo Decreto de n.º 7.317, que foi publicado no dia 30 de março, e, em tempo, o revoga, passando a ser o único que reúne todas as determinações atualizadas e começaram a vigorar de ontem até o dia 29 de abril. Estão mantidas, por exemplo, as orientações referentes ao distanciamento social para a população, aos períodos de isolamento domiciliar para os que realizaram viagens internacionais, às restrições no comércio e suas exceções devidamente instruídas, entre outros itens.

O Decreto nº 7.334 também reafirma a funcionalidade do telefone 156 para esclarecimentos à população

em relação à Covid-19 e comunicação de casos confirmados por laboratórios públicos ou privados ao governo municipal, bem como informa a prorrogação da suspensão das atividades educacionais e da circulação do transporte universitário por mais 15 dias. As orientações contemplam, ainda, o funcionamento dos serviços que não foram e não serão interrompidos, seja pela administração pública ou por estabelecimentos privados, apontando os cuidados e métodos a serem adotados.

"A Prefeitura de Camaçari reafirma o compromisso com o enfrentamento ao novo coronavírus no município e em manter as medidas e o estado de alerta

necessários para proteger a população. Em tempo, pede que os cidadãos redobrem o cuidado com a higiene das mãos e não saiam de casa, exceto quando for extremamente indispensável", diz a nota. Conforme o último Boletim Epidemiológico divulgado na segunda-feira, Camaçari chegou ao 12º caso de coronavírus. Do total de pessoas que testaram positivo, cinco estão curadas e sete se encontram em isolamento, sendo quatro domiciliar e três hospitalar. Até o momento, 100 casos foram descartados e 26 são suspeitos, todos em isolamento, dos quais 24 domiciliar e dois hospitalar. Todos os casos estão com quadro clínico estável.

Tribuna

Coluna



ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



NO CHÃO

● O fechamento dos aeroportos de Foz do Iguaçu (PR), Porto Seguro (BA) e de Fernando de Noronha (PE), desde meados de março, vai impactar fortemente na economia da população a partir desta semana. Os setores de turismo, eventos e hotelaria são os alicerces do comércio local e empregabilidade. As companhias aéreas que operam nos três destinos – entre os principais turísticos do País – só prometem voos para fim de junho, no melhor dos cenários. Foz e Porto recebiam até 10 voos diários – parte deles internacionais. Como a **Coluna** publicou, levantamento da ABEAR indica que caíram 95% os voos internacionais para o Brasil, e 75% os da malha aérea nacional.

Petróleo

● A paralisação de todas as plataformas de petróleo da Petrobras em alto mar vai afetar diretamente 360 operários, mas o número – calcula a FUP – chegará a 10 mil funcionários.

Vem chegando

● O presidente Jair Bolsonaro e seus principais ministros começam a preparar o Brasil para a reabertura na primeira semana de maio. Estão debruçados sobre – e começam a divulgar – dados oficiais do combate ao covid-19 que lhes blindam esse discurso.

Até ele

● Até o ministro da Saúde, Luiz Mandetta, citou ontem que a curva começou a achatarse, por força popular, claro. A conferir os próximos capítulos.

Tribuna

3 milhões de máscaras vão ser distribuídas pelo governo do estado

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A ideia do governo da Bahia é que as ruas e cidades sigam a criatividade e a alegria do povo da terra e fiquem coloridas como no carnaval com máscaras de proteção contra o coronavírus. Para isso um edital foi lançado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e as empresas habilitadas já estão trabalhando intensamente e prometem confeccionar 3 milhões do produto para a população. Mas apesar da distribuição gratuita é importante lembrar que o produto pode ser confeccionado em casa até por quem não sabe costurar.

O resultado do edital do Governo do Estado para habilitar fabricantes de máscaras artesanais de proteção facial foi conhecido na última terça (14). No total, 603

empreendimentos foram cadastrados, em todos os 27 Territórios de Identidade da Bahia, sendo 220 associações, 33 cooperativas, 308 microempresas e 42 empresas. A lista dos empreendimentos habilitados está disponível nos sites da CAR www.car.ba.gov.br e da SDR www.sdr.ba.gov.br.

A habilitação dos fabricantes das máscaras foi realizada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que promoveu o edital em parceria com as secretarias do Planejamento (Sepplan) e de Desenvolvimento Econômico (SDE).

O potencial de produção instalado é de 9 milhões



PROTEÇÃO

O governo do estado lançou edital para habilitar fabricantes de máscaras artesanais

de máscaras artesanais em 30 dias, já que nesses empreendimentos foram identificadas 6.338 máquinas de costura apropriadas a este tipo simplificado de confecção, com 9.969 costureiras e costureiros em condições de trabalharem na fabricação desse equipamento de proteção individual (EPI).

“Com o edital, criamos uma rede de instituições, empresas e microempresas que estão habilitadas a confeccionar máscaras em todos os territórios baianos. Portanto, queremos reforçar a importância do uso de máscaras para aquelas pessoas que precisam sair de casa”, afirma o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Já o superintendente de

Atração e Desenvolvimento de Negócios da SDE, Paulo Guimarães garante, “isto permitirá que um grande número de profissionais do setor de confecções voltem a trabalhar durante a quarentena, prestando um serviço essencial na luta contra a Covid-19”.

A CAR está preparando um catálogo eletrônico com o nome do empreendimento, sua localização, contato comercial e potencial produtivo das máscaras, cujo objetivo central é disponibilizar para as Prefeituras Municipais, Consórcios Públicos e organizadores e promotores locais e regionais de campanhas de uso das máscaras, como meio efetivo de contenção da Covid-19, como tem orientado os diversos órgãos de controle da

pandemia, “o objetivo do edital foi identificar essa rede de ofertantes, e, com o catálogo, aproximar de forma dinâmica, como o momento emergencial requer, os potenciais fornecedores dos contratantes”, destaca o diretor-presidente da CAR, Wilson Dias.

As instituições habilitadas poderão ser contratadas por diversos órgãos e secretarias do Governo, tanto para confeccionar as máscaras, com insumos providos pelo próprio Estado (tecidos, TNT, elástico e linha), obtidos de doações de empresas, clubes e outras instituições privadas, adquiridas no atacado, ou não, com todo material de responsabilidade das próprias instituições habilitadas.

Veículo: Política Livre	
Data: 15/04/2020	Caderno: Economia



15 de abril de 2020 | 21:05

Conquista: deputados Arthur Maia e Elmar Nascimento criticam “confisco de recurso” pelo Governo do Estado

INTERIOR

Os deputados federais Arthur Maia e Elmar Nascimento, ambos do Democratas, saíram em defesa do prefeito de Vitória da Conquista Herzem Gusmão (MDB), que entrou em rota de colisão com o Governo do Estado por recursos destinado pelo governo federal ao município para o combate ao Coronavírus. Em entrevista à Rádio Clube de Conquista na tarde desta quarta-feira (15), o deputado Arthur comparou a ação do governador Rui Costa a um “ato de terrorismo”. “O Governo da Bahia não pode passar a mão nos recursos de Conquista. A minha solidariedade a cidade de Vitória da Conquista”, destacou Maia.

Já o deputado Elmar criticou o baixo investimento em ações de combate a Covid-19 no interior do Estado, apontando que, segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (Cnes-Datasus), somente 14% dos leitos de UTI destinados a pacientes com Covid-19 estão fora da capital. “O governador Rui Costa (PT) abandonou o interior: dos 923 leitos de UTIs específicos para pacientes com Covid-19 na Bahia, 792 estão em Salvador. Sobram muito poucos leitos para um estado de dimensões continentais e com casos confirmados espalhados por 71 municípios. Lembrando que muitos desses leitos na capital foram criados pela prefeitura”, disse Elmar.

O prefeito de Vitória da Conquista Herzem Gusmão entrou com duas ações, uma junto à 1ª Vara da Fazenda Pública de Vitória da Conquista e outra junto à Justiça Federal, questionando a decisão do Governo do Estado em não enviar os recursos para ações de combate e prevenção do novo Coronavírus. “Pedimos a anulação da reunião da CIB, a qual não fomos convidados a participar, e o bloqueio dos recursos enviados pelo Governo Federal que deveriam ser destinados à compra de insumos para Vitória da Conquista”, declarou Herzem.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 16/04/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 16 de Abril de 2020 - 06:40

Governo estima rombo de R\$ 515 bilhões caso PIB caia 5%, como prevê o FMI

por Thiago Resende e Bernardo Caram | Folhapress



O Ministério da Economia estima que as contas do governo federal podem registrar um rombo de R\$ 515,5 bilhões neste ano caso o PIB (Produto Interno Bruto) recue 5%, patamar próximo da previsão do FMI (Fundo Monetário Internacional) para o comportamento da economia brasileira (5,3%). Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (15).

Nesta terça (14), o secretário nacional do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse que o rombo deve ficar perto de R\$ 600 bilhões. Mas o cálculo dele considera medidas ainda em análise pelo Congresso, como o plano de socorro aos estados na crise do coronavírus, que já foi aprovado pela Câmara e ainda depende do aval do Senado.

As projeções divulgadas nesta quarta pelo ministério apresentam ainda o cenário em caso de queda de 2% do PIB (patamar esperado pelo mercado). Nesse caso, o resultado negativo seria de R\$ 486,4 bilhões, com base nas medidas de combate à Covid-19 já anunciadas.

O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, reconheceu que essas estimativas devem mudar ao longo do ano de acordo com o anúncio de novas medidas e com projetos a serem analisados pelo Congresso. Segundo ele, as diferentes projeções foram apresentadas por uma questão de transparência.

Apesar de ter traçado diferentes cenários para as contas públicas em 2020, o governo mantém a projeção do PIB próxima de 0% neste ano e, com isso, espera que o déficit nas contas seja de R\$ 467,1 bilhões para o governo central, que engloba os resultados do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central.

O governo espera um déficit de R\$ 3,8 bilhões para as estatais federais e de R\$ 30,8 bilhões para os governos regionais (estados e municípios). Com isso, a perspectiva atual do Ministério da Economia é de R\$ 501,7 bilhões de rombo nas contas de 2020.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/04/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 15 de Abril de 2020 - 21:00

Governo eleva para R\$ 149,6 bi previsão de déficit para 2021

A retração da economia provocada pela pandemia de coronavírus elevou a previsão de rombo nas contas públicas para o próximo ano. Segundo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, encaminhado hoje (15) ao Congresso Nacional, o Governo Central – Tesouro Federal, Banco Central e Previdência Social – deverá registrar déficit primário de R\$ 149,6 bilhões no próximo ano.

O valor representa o dobro do déficit de R\$ 68,5 para 2021 que consta da LDO de 2020. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública, segundo a Agência Brasil.

O projeto prevê déficit primário de R\$ 127,5 bilhões em 2022 e de R\$ 83,3 bilhões em 2023. Antes da pandemia de Covid-19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e diversos secretários da pasta, previam ser possível zerar o déficit em 2022, último ano da atual gestão. Desde 2014, o Governo Central tem registrado rombos anuais nas contas públicas.

O déficit para os próximos anos pode piorar porque se baseia em projeções iniciais que não consideram o impacto do coronavírus. O projeto enviado ao Congresso considera previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB - soma dos bens e dos serviços produzidos no país) de 3,3% em 2021, 2,4% em 2022 e 2,3% em 2023. O próprio secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, admitiu que o governo enviará novos números ao Congresso assim que houver alguma definição das projeções para a economia no próximo ano e que elas serão revistas caso a política de isolamento se prolongue.

Mesmo com os resultados negativos, o secretário afirmou que a crise é temporária. “Essa piora nas conta fiscais é momentânea. Nossa missão é a busca de um melhor resultado nominal na melhor velocidade possível, no menor tempo possível. Mas agora a gente tem uma pausa para resolver um problema transitório. Mas tão logo possível voltaremos para a agenda de reformas, de privatizações e de concessões”, declarou Rodrigues.

Na comparação com o PIB, o projeto da LDO estima déficit primário de 1,88% do PIB em 2021, 1,45% em 2022 e 0,88% em 2023. Mesmo com o governo tendo dobrado a previsão de déficit, as estimativas continuam mais otimistas que as da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão consultivo do Senado, que divulgou ontem (14) as novas projeções para as contas públicas considerando o impacto da pandemia de coronavírus.

No cenário base, simulação intermediária entre o cenário mais otimista e o mais pessimista, a instituição projeta déficit de 7% em 2020, 2,8% em 2021 e 2,1% em 2022. Segundo a IFI, somente depois de 2030 o país voltará a ter superávit primário.

Em relação à dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador usado para comparações internacionais, o projeto da LDO estima que ela chegará a 84,34% do PIB em 2021, 85,52% em 2022 e 86,38% em 2023. O relatório da IFI prevê que a DBGG aumentará para 84,9% do PIB em 2020, 87,3% em 2021 e 88,7% em 2022, chegando a 100,2% do PIB em 2030.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 15/04/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 15 de Abril de 2020 - 20:20

Governo prevê salário mínimo de R\$ 1.079 em 2021

por **Bernardo Caram** | Folhapress

Em projeto orçamentário enviado ao Congresso nesta quarta-feira (15), o governo Jair Bolsonaro prevê que o salário mínimo passará de R\$ 1.045 para R\$ 1.079 em 2021. O valor estimado não promove ganho real aos trabalhadores.

A proposta que traça as diretrizes para o Orçamento de 2021 estima que o piso de salários no Brasil terá uma correção de 3,25%, referente à previsão de variação da inflação no período.

No ano passado, o governo decidiu acabar com a política de reajuste real do salário mínimo. Agora, o valor se limita a seguir a determinação da Constituição, que fala em preservação do poder aquisitivo do trabalhador.

O ganho real do salário mínimo foi implementado informalmente em 1994, por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), logo após a adoção do Plano Real. As gestões petistas oficializaram a medida.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estabeleceu a fórmula de reajuste pela inflação medida pelo INPC mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Dilma Rousseff (PT) transformou a regra em lei. Michel Temer (MDB), que governou durante a recessão, não mudou a legislação.

O fim dos ganhos acima da inflação foi colocado em prática pelo governo Jair Bolsonaro no ano passado e está em linha com uma das bandeiras do ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende uma ampla desvinculação do Orçamento.

Com a medida concretizada, o governo ganha uma folga nas contas públicas, porque o aumento do salário mínimo reajusta automaticamente benefícios previdenciários e assistenciais.

Para cada R\$ 1 de aumento no valor do mínimo, o governo amplia em cerca de R\$ 355 milhões as despesas anuais.

'Só vai pagar imposto a grande empresa que quiser', diz ex-chefe da Receita

Iágaro Jung Martins, que deixou o cargo após troca feita por Paulo Guedes, criticou Jair Bolsonaro por ter sancionado a lei que favorece o contribuinte no Carf, em caso de empate

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

15 de abril de 2020 | 22h02

BRASÍLIA - A decisão do presidente **Jair Bolsonaro** de sancionar mudança nas regras do julgamento do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** provocou indignação entre os auditores da **Receita Federal** que trabalham na área de fiscalização de grandes companhias. O órgão é responsável pelo julgamento de recursos de empresas multadas pela Receita.

LEIA TAMBÉM > [Lei elimina voto de desempate e favorece contribuinte em julgamentos no Carf](#)

“Nas grandes empresas, vai pagar impostos hoje quem quiser. O **Imposto de Renda** vai virar uma festa”, afirma o ex-secretário **Iágaro Jung Martins**, que

deixou o cargo depois da troca de comando na Receita feita pelo ministro da **Economia, Paulo Guedes.**



ex-secretário da Receita Federal, Iágaro Jung Martins. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Antes da sanção da lei, quando um julgamento no Carf terminava empatado, os presidentes das câmaras e das turmas tinham o chamado voto de qualidade, isto é, o voto de desempate dos julgamentos. **Com a nova lei, em caso de empate, o resultado beneficiará o contribuinte.**

A avaliação de advogados tributaristas é que a mudança na lei beneficiará o contribuinte já que as presidências das câmaras e turmas são ocupadas por

representante da **Fazenda**. O fim do voto de desempate foi incluído pela **Câmara dos Deputados** e a alteração foi mantida na votação no **Senado Federal**.

De acordo com o ex-chefe da Receita, **80% dos autos de infração dos grandes contribuintes, nos últimos cinco anos, vão cair com o fim do chamado voto de qualidade**. Uma conta, segundo ele, que **pode chegar a R\$ 600 bilhões**. No Carf, afirma, os representantes dos contribuintes são indicados pelas grandes confederações patronais.

Para Martins, a decisão é “cereja de um bolo fétido” que começou a ser construído quando foram sendo introduzidos mecanismos de limitação à atuação da Receita no **Brasil**. “Nos coloca na contramão dos países, que deveriam nos inspirar”, escreveu ele, ressaltando que só na operação **Lava Jato** a Receita autuou **R\$ 15 bilhões até dezembro de 2017**.

Já para o advogado tributarista **Luiz Gustavo Bichara**, sócio da **Bichara Advogados**, a mudança é acertada. Segundo ele, mais da metade das multas aplicadas pela Receita são refeitas pelo Carf. “A Receita Federal erra muito”, disse. Na sua avaliação, o maior problema do voto de qualidade era que o contribuinte que perdia e levava o caso para a Justiça era obrigado a garantir a “suposta dívida” e precisava contratar um seguro garantia ou fiança bancária para fazer o depósito judicial. “Isso custa muito caro”, destacou. Na sua avaliação, a decisão é histórica.

Para Bichara, os auditores estão “desesperados” porque ganham bônus com base nos lançamentos das multas.

“Esse já era um clamor antigo dos contribuintes. Se existe uma dúvida razoável sobre a incidência do tributo, caracterizada pelo empate num julgamento altamente técnico, que é a característica principal do Carf, nada mais correto que se concluir que o tributo não é devido”, destacou **Vinicius Juca**, sócio da área de **Tributário de TozziniFreire**.

Senado se articula para dar palavra final sobre socorro a Estados e municípios

Por meio de 'projeto próprio', a Casa quer unir suas ideias com a proposta que foi aprovada na Câmara sobre o tema, mas que tem a oposição do governo federal

Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O **Senado** resolveu priorizar um projeto próprio **para discutir o socorro financeiro a Estados e municípios** durante a crise do **novo coronavírus**. Com isso, vai "segurar" a proposta aprovada na **Câmara** sobre o tema para, na prática, dar a palavra final sobre a medida.

Nesta quarta-feira, 15, a **Mesa Diretora do Senado** aprovou um pedido para juntar o projeto da Câmara a um do Senado, apresentado por **Antonio Anastasia (PSD-MG)**. Essa proposta do senador mineiro é mais genérica ao exigir ação coordenada de **União**, Estados e municípios durante a pandemia. Como o Senado será a Casa iniciadora, dará a palavra final sobre possíveis alterações.

No último dia 13, a **Câmara aprovou um projeto que estabelece auxílio financeiro a Estados e municípios durante seis meses** pela perda das receitas com arrecadação de impostos por causa da pandemia. No total, o

impacto do projeto aprovado pelos deputados é de R\$ 93 bilhões caso a arrecadação caia 30%, segundo cálculos da equipe econômica. O cálculo também inclui suspensão de pagamentos de empréstimos a bancos oficiais.

O governo é contra proposta e quer exigir uma contrapartida dos governos locais em troca do socorro. Em outra linha de estratégia, **a equipe econômica anunciou uma proposta alternativa de ajuda a governos estaduais e locais de mais R\$ 77 bilhões**, além das medidas já anunciadas. **A decisão do Senado de priorizar uma proposta própria agora tranquiliza o governo.**

O que o Senado fará agora é reação a um movimento da Câmara de engavetar propostas dos senadores. Além disso, mais um capítulo da disputa por protagonismo entre as duas Casas. Em dezembro, a **Câmara deixou na gaveta o novo marco legal do saneamento básico aprovado no Senado e aprovou o texto em cima de um projeto do governo**, que agora está nas mãos dos senadores mas que, se for alterado, terá a palavra final dos deputados.

"A Câmara levou dez meses para debater um tema federativo da maior importância, e agora estamos sendo convocados para carimbar. A decisão (da Mesa Diretora) dará ao Senado não um tempo indefinido, mas o tempo necessário para exercitarmos a responsabilidade de sermos a Casa da Federação", disse o senador **Esperidião Amin (PP-SC)** em sessão nesta quarta.

Governo estima que Brasil fechará uma década com contas no vermelho

Desde 2014 as finanças do governo estão no vermelho e devem seguir assim pelo menos até 2023, segundo novas projeções divulgadas nesta quarta-feira pelo Ministério da Economia

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

15 de abril de 2020 | 15h26

BRASÍLIA - O governo estima que o Brasil fechará uma década fechando com rombo nas contas. Desde 2014 as finanças do governo estão no vermelho e devem seguir assim pelo menos até 2023, segundo novas projeções divulgadas nesta quarta-feira, 15, pelo **Ministério da Economia**. O governo indicou metas negativas para 2021 (R\$ 149,6 bilhões), 2022 (R\$ 127,5 bilhões) e 2023 (R\$ 83,3 bilhões). São resultados piores que o previsto inicialmente e que podem ser revistos para rombos ainda maiores, uma vez que foram calculados com base em dados mais otimistas para este ano.

“Estamos estimando para o oitavo ano de déficit primário em 2021. É algo inédito. Não tem similar na série histórica do **Brasil** e nem mesmo comparativamente no mundo. Pelo menos naqueles países há possibilidade de comparação direta”, alertou o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, **Waldery Rodrigues**.

Sede do Ministério da Economia, em Brasília. Foto: José Cruz/ Agência Brasil

Segundo ele, o governo herdou posições fiscais muito frágeis, fez o dever de casa em 2019, mas ainda está muito longe de todo o esforço fiscal necessário para economia. “Mesmo com o forte avanço do ajuste em 2019, na realidade em 2021, 2022 e 2023, teremos déficit.”

O déficit primário indica quanto o governo deve gastar acima da arrecadação do ano, sem contar os gastos com a dívida pública. Para pagar essas despesas acima da renda, a União precisa emitir mais dívida.

Para poder realizar gastos extraordinários neste ano para o combate à pandemia da covid-19, o governo encaminhou ao Congresso Nacional e conseguiu aprovar, com rapidez, o estado de calamidade pública. Com esse dispositivo em vigor, pôde abandonar a meta de déficit primário de R\$ 124,1 bilhões em 2020.

Se a economia ficar estagnada este ano, o rombo será de R\$ 467,1 bilhões neste ano, segundo projeções do ministério. Caso a retração seja da ordem de 5%, **como**

prevê o Banco Mundial, as contas públicas fecharão no vermelho em R\$ 515,5 bilhões.

Waldery disse hoje que o governo fará todo o possível para mudar esse cenário, depois de passada a **crise da covid-19**. “Mas há, sim, uma probabilidade de termos uma sequência de 10 anos de déficit primário”, reconheceu.

Diante desse cenário, Waldery e Mansueto alertaram para a importância de agilizar a agenda de reformas e de concessões e privatizações para mudar o quadro em 2021. Isso porque as receitas dessas operações são fundamentais para reforçar o caixa no pós-crise.

O Ministério da Economia indicou uma meta de déficit primário de R\$ 149,6 bilhões para as contas do **Tesouro Nacional**, **INSS** e **Banco Central** em 2021, mas, dadas as incertezas na arrecadação diante da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, o governo deixou a porta aberta para que essa meta seja flexível e possa ser alterada na própria formulação do Orçamento ou até mesmo durante a execução das despesas no ano que vem.

A principal âncora fiscal será o teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação.

Na apresentação dos números, o governo ressalta que uma das premissas é “manter austeridade fiscal” para o período de 2021 a 2023. Nesta quarta, **o**

Tesouro reconheceu pela primeira vez o risco de não conseguir se financiar no mercado, o que detonou um cuidado do governo em ressaltar o compromisso com o ajuste.

A equipe econômica reconheceu, porém, que há muitas incertezas em relação às receitas para o ano que vem. As projeções incluídas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2021 levaram em conta o histórico de arrecadação, “que em 2020 está em declínio mas ainda sem reflexos significativos (da covid-19) para a estimativa no PLDO 2021”.

Pelo desenho, a meta será a receita projetada menos o teto de gastos. A meta poderá ser atualizada no projeto de Lei Orçamentária Anual, na própria LOA ou nos relatórios bimestrais ou extemporâneos de reavaliação de receitas e despesas. Um mecanismo diferente do atual, que depende de aval do Congresso Nacional para cada necessidade de alteração na meta fiscal.

“A política fiscal se apoia no teto dos gastos que atua pelo lado da despesa, dada a incerteza para previsão da receita para 2021, mitigando os riscos de shutdown (apagão) e garantindo o compromisso com a solvência das contas públicas”, diz o ministério.

Contas do setor público

O Ministério da Economia indicou que as contas do setor público consolidado devem ter um déficit de R\$ 153,38 bilhões. A conta inclui o resultado do governo central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central), Estados e municípios e estatais federais.

Para 2022, o rombo esperado é de R\$ 126,44 bilhões. No ano seguinte, espera-se um déficit de R\$ 82,12 bilhões.

As estatais federais devem ter déficit nos três anos projetados na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021: R\$ 3,97 bilhões em 2021, R\$ 4,23 bilhões em 2022 e R\$ 4,52 bilhões em 2023.

Estados e municípios, por sua vez, têm um indicativo de meta de superávit nos três anos: R\$ 0,2 bilhão em 2021, R\$ 5,3 bilhões em 2022 e R\$ 5,7 bilhões em 2023.

A meta para governos regionais, porém, é apenas um indicativo. Ou seja, se houver frustração, a União não será obrigada a compensar.

No governo central, as metas estipuladas também são todas negativas. O rombo de R\$ 149,61 bilhões esperado para 2021 equivale a 1,84% do PIB. Já o déficit de R\$

127,50 bilhões em 2022 corresponde a 1,47% do PIB. Em 2023, o resultado negativo de R\$ 83,31 bilhões será o mesmo que 0,90% do PIB.

INSS

O governo prevê déficit de R\$ 252 bilhões nas contas do INSS em 2021. O rombo deve crescer a R\$ 269,7 bilhões em 2022, chegando a R\$ 277,5 bilhões no ano seguinte.

Apesar do aumento em valores nominais, a proporção em relação ao PIB fica estável e até cai: 3,09% do PIB em 2021, 3,10% do PIB em 2022 e R\$ 2,99% do PIB em 2023.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Socorro perdulário

Projeto de ajuda a estados e municípios ainda não tem salvaguardas para o uso correto dos recursos

Pressões do governo federal e alertas de especialistas não impediram a Câmara dos Deputados de aprovar um pacote de socorro financeiro aos estados e municípios que, se atende a uma necessidade real em meio à crise sanitária e econômica, deixa de lado precauções básicas para o bom uso do dinheiro.

O texto, negociado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RR), prevê que a União compense integralmente por seis meses, a partir de abril, a queda de arrecadação do ICMS e do ISS ante o mesmo período de 2019.

Ainda que tenham sido eliminados outros dispositivos irresponsáveis, como a possibilidade de endividamento sem contrapartidas de ajuste posterior, há falhas no projeto — a começar pela incerteza quanto ao tamanho da ajuda.

O custo estimado é de R\$ 93 bilhões, mas esse cálculo se baseia na mera suposição de que a receita cairá 30%. A cifra, portanto, poderá ser menor ou maior.

Além da impossibilidade de quantificar o montante, a garantia irrestrita incentiva um comportamento leniente de governadores e prefeitos quanto à gestão do caixa. O projeto mantém brechas para alívios tributários que podem elevar significativamente a conta do Tesouro Nacional.

Tampouco há vedações sufici-

entes para evitar que os recursos acabem caindo no sorvedouro do custeio da máquina administrativa e das demandas corporativistas.

Não são poucas as ofensivas por reajustes salariais pelo país — como na recente e sorrateira tentativa de beneficiar o Tribunal de Contas paulista, abortada na última hora.

Melhor seria aprovar uma ajuda de valor fixo e por prazo menor, com a possibilidade de rever as condições depois. Não se sabe, afinal, qual será a duração e a intensidade da recessão econômica que ora parece inevitável.

Um projeto alternativo foi apresentado pelo governo, com auxílio proposto de R\$ 22 bilhões. O valor decerto parece insuficiente e deveria ser debatido, mas o texto tem o mérito de estabelecer restrições quanto ao emprego da verba.

Infelizmente, o ambiente de conflagração entre o governo Jair Bolsonaro e o Legislativo paralisa negociações e favorece o andamento de pautas-bombas. O Senado deveria resistir a essa tentação e buscar a correção do projeto.

A emergência do coronavírus justifica a suspensão temporária dos limites ao gasto público, mas tal condição excepcional não revoga as leis do Orçamento. A conta do enfrentamento da crise virá, cedo ou tarde, e é necessário que se pense desde já como minimizá-la.

O mau e velho Trump

Após ensaio de sensatez, republicano barra verbas para a OMS por razão vil e em plena pandemia

“Crime contra a humanidade” e “ato execrável” foram algumas das expressões utilizadas por especialistas em saúde para adjectivar a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de suspender o repasse de fundos à Organização Mundial da Saúde (OMS).

Líderes políticos e empresariais, além do secretário-geral das Nações Unidas, usaram palavras menos fortes, mas não tergiversaram ao condenar a decisão do mandatário norte-americano.

Com uma transferência anual em torno dos US\$ 400 milhões, os EUA são a nação que mais dá dinheiro à organização. A OMS se mostra a única entidade com estrutura para promover em escala global a troca de informações sobre a Covid-19 e coordenar os esforços de autoridades sanitárias de todo o mundo.

Especialmente para países pobres da África e da América Latina, é ela que na prática acaba delineando as políticas para o enfrentamento da epidemia. Se seu poder de reação cair por falta de financiamento, deve haver custo em vidas.

Se já configura absurdo, por si só, privar a organização de verbas no auge da provável pior pandemia desde a da gripe espanhola, entre 1918 e 1920, a medida desafia os limites da torpeza quando se consideram as motivações de Trump. Por um momento, pareceu que o

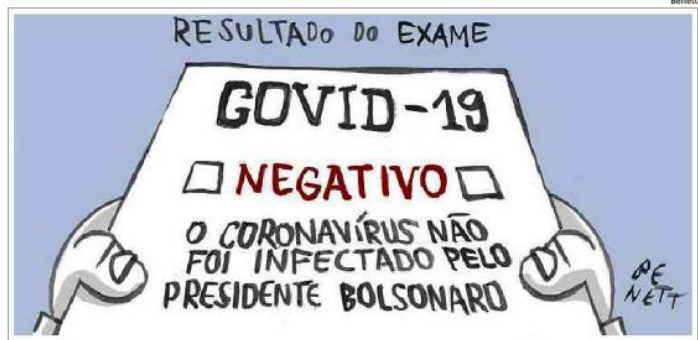
republicano, que até há pouco integrava o bloco dos governantes negociacionistas, havia feito as pazes com a realidade. Ele passou a ouvir seus conselheiros médicos e deixou de atuar contra as medidas de isolamento social.

Também começou a ordenar ações fortes para a aquisição de equipamento médico — talvez fortes demais, uma vez que os EUA passaram a ser acusados por aliados europeus de “pirataria moderna”, ao sequestrar cargas destinadas a outros países.

Bastou, porém, que a imprensa apontasse os muitos erros cometidos por Trump — notadamente a recusa em agir antes do espalhamento do vírus — para desencadear uma reação defensiva.

O americano decidiu fazer da OMS um bode expiatório, atribuindo-lhe alguns de seus próprios erros. Acusou-a, por exemplo, de demorar a reconhecer a magnitude da crise. Também deu vazão a suas obsessões clássicas, afirmando que a instituição “globalista” estava a serviço de interesses da China, entre outros disparates.

Não se pretende que a gestão da OMS nesta crise tenha sido perfeita. As críticas justas, entretanto, devem levar em conta o nível de informação de que se dispunha no momento da decisão. Nesse quesito, Trump se sai bem pior.



Um mundo de perguntas

Roberto Dias

SÃO PAULO Viveremos em distanciamento social por mais dois anos, como estima estudo publicado na revista Science? Sendo assim, o impacto do coronavírus será ainda maior do que imaginado? O que isso significa? As pessoas cuidarão melhor de sua saúde? Vão se abraçar e se beijar como antes?

Alguém voltará a ir ao cinema? O teatro sobreviverá? E os shows de música: todo mundo se sentirá confortável em se apertar diante dos palcos? Os esportes em estádios vão perder espaço para os e-sports?

As pessoas passarão mais tempo em casa? Se sim, vão procurar imóveis maiores? Cozinharão mais e pedirão mais comida pronta? Os restaurantes vão ficar mais vazios? Os shoppings algum dia receberão de novo todos aqueles visitantes? Ou o comércio online tomará de vez a preferência dos compradores?

E, se o acima acontecer: o trânsito nas metrópoles vai diminuir?

As empresas de tecnologia ficarão ainda mais poderosas? O trabalho e o ensino a distância decerto ga-

nharão espaço; mas quão diferentes eles serão? E, muito importante para quem tem filhos pequenos: as crianças vão entender que precisam escutar os professores na tela?

Falando em comunicação: a troca de mensagens por escrito evoluirá a ponto de transmitir com menos imprecisão a infundidade de nuances e emoções de uma conversa ao vivo?

As pessoas terão mais empatia? Mais preocupação com desigualdade social? Serão mais caridosas?

O investimento em ciência vai aumentar? As palavras de especialistas ganharão peso?

Haverá menos cooperação internacional? O pêndulo global vai se deslocar ainda mais para o Oriente?

Uma visão sobre o papel do Estado na economia mudará? O mercado de ações continuará a ganhar investidores após o tombo? Quais empresas e empregos jamais voltarão a existir?

Que novas oportunidades de negócio esse novo mundo apresentará? Estaremos aqui para ver essas respostas?

roberto.dias@grupofolha.com.br

Aviso prévio

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Nos salões de mármore do Planalto, a algumas dezenas de passos do gabinete presidencial e com transmissão ao vivo pela TV oficial do governo, Luiz Henrique Mandetta submeteu Jair Bolsonaro a uma humilhação pública. Até o último minuto, o ministro demissionário decidiu pintar o chefe como inimigo do esforço de combate ao coronavírus.

Naquela que pode ter sido sua última entrevista no cargo, Mandetta reconheceu haver “um descompasso” entre sua equipe e o presidente. Mediu o peso da palavra, mas deixou claro o contraste. “Nossa bússola é a ciência”, disse, mostrando que espera do outro lado: “Ou você se baseia na ciência, ou fica no ‘eu acho’”.

O ministro ironizou os planos de substituir medidas de distanciamento por um isolamento vertical (“não sei de onde vêm essas angulações”), negou recomendação ao uso indiscriminado de cloroquina e criticou veladamente os palpites que cercam o governo. “Não somos astrólogos, não fazemos previsões. Pegamos as informações”, declarou.

A missão de Mandetta foi expor os riscos do comportamento do presidente. “Baseado em ciência, tenho esse caminho pra oferecer”, resumiu. Bolsonaro quer trocá-lo por alguém alinhado a suas convicções — ou seja, um subordinado que não denuncie sua tentativa maluca de minimizar o perigo do vírus. O chefe precisará arcar com os custos dessa decisão.

*

Quando o Rio Grande do Sul registrou a primeira morte por gripe suína, em 2009, o secretário de Saúde gaúcho disse que ninguém deveria se preocupar. “O risco é inferior ao da gripe comum”, contemporizou, em entrevista ao jornal Zero Hora. “O fato de ter morrido uma pessoa no estado é uma circunstância lotérica”.

Ele desdenhou da pandemia e errou feio. Naquele ano, o país teve 2.060 mortes provocadas pelo H1N1. Só 142 entraram na conta de outras variações de influenza. O secretário era o doutor Osmar Gasparini Terra — oráculo de Bolsonaro em seu trabalho de sabotagem ao próprio país.

A burrice saiu do armário

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Depois de resolvermos a crise de saúde que vivemos, o país precisa correr atrás de um remédio para erradicar um outro problema gravíssimo: o da burrice. Ao chamar Jair Bolsonaro de burro, meu colega Hélio Schwartzman disse com todas as letras algo que tive pudores em outras ocasiões. Convide minhas críticas em ignorante, obtuso, ignóbil. Mas o presidente é isso mesmo, burro.

Seria trágico o bastante que um sujeito tão limitado tivesse chegado à Presidência, não fosse o agravante de ser assessorado por gente do mesmo naipe. Quem acompanha as declarações de alguns de seus ministros, como Weintraub e Ernesto Araújo, do Mister Fim do Isolamento, Osmar Terra, do filho aspirante a embaixador e de mais uma dúzia de parlamentares do PSL, não tem a menor dúvida. São todos burros.

E há outro fato que a eleição de Bolsonaro pode confirmar: nossa educação é mesmo uma desgraça, como já suspeitávamos. Mas o em-

poderamento dos burros em cargos públicos, nos meios de comunicação alternativos e nas redes sociais permitiu que a burrice saísse do armário e revelasse que parte dos brasileiros só precisa ficar de quatro para começar a pastar.

O que explica uma moça afirmar que água tônica tem quinino, “princípio da cloroquina”, sugerindo que serve de tratamento para a Covid-19? Burrice. E um comunicador comparar mortes pelo vírus com a quantidade de vítimas por engasgamento? Burrice. E a teoria de que o coronavírus teria sido criado para vender remédio? Burrice. E mais esta: um deputado questionar a eficiência do isolamento por que maridos e mulheres se abraçam e beijam seus filhos? Burrice.

No meio disso tudo, uma constatação surpreendente e preocupante. O Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, no quesito burrice vive em condições de igualdade. Tem gente burra em todas as classes sociais.

Pior será depois

Maria Herminia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

O coronavírus não escolhe suas vítimas: ataca sem distinção todos quantos acha no caminho. Mas a chance de topor com ele depende apenas em parte do acaso. Fatores sociais fora do controle individual influenciam no risco de se contrair a doença e no alcance dos seus efeitos.

Em edição recente, a revista americana The Atlantic discute como desníveis sociais de classe, raça ou local de moradia, anteriores à pandemia, alteram radicalmente a probabilidade de cada qual ser atingido por ela, sobreviver-lhe e seguir adiante. Nisso, o que vale para os Estados Unidos vale ainda mais para o Brasil.

Aqui, agudas diferenças de riqueza e renda formam o alicerce sobre o qual se assentam outras formas de desigualdade — todas se realimentando. Na crise atual, manifestam-se sobretudo nos meios de se proteger da moléstia; nas chances de contrair-la e ela sucumbir; e no grau em que ditarão as condições de vida no futuro.

À medida que a epidemia chega às vizinhanças mais carentes, a suspensão das atividades econômicas, o isolamento social e as medidas de higiene — corretamente prescritos pelos governos — deixam de ser possíveis. Os pobres não podem abrir mão do trabalho informal que lhes garante o sustento, não têm como se isolar em habitações onde muitos se apertam em pouco espaço e, com frequência, não dispõem de água e esgoto que lhes permitam seguir às recomendações sanitárias.

Ainda que exista o SUS, o acesso a suas unidades e a qualidade do atendimento variam conforme o lugar e na razão inversa da pobreza de sua clientela. Além disso, como evidenciam as professoras Luiza Nassif Pires, Laura Carvalho e Laura de Lima Xavier no estudo recém-publicado “Covid-19 e desigualdade”, a incidência de uma ou mais enfermidades crônicas, que aumentam o risco de morte por coronavírus, é mais disseminada entre os idosos pobres. A presença de duas ou três delas é o triplo entre os que só têm o ensino fundamental do que entre aqueles que cursaram o ensino médio.

Finalmente, ainda durante a epidemia, o fosso da desigualdade se aprofunda, não só entre quem tem trabalho e quem não tem mas também entre os mais jovens, afetando, provavelmente em boa medida, o seu futuro. Do total dos alunos do ensino básico, os 70% matriculados nas redes públicas estão sem aulas. Enquanto isso, no restrito grupo de escolas de elite da rede privada, crianças e jovens recebem aulas a distância, graças ao acesso privilegiado à internet e a programas de comunicação a remota.

Não tem erro: quando a epidemia passar, o Brasil estará mais triste, mais pobre e certamente mais desigual.

mhermtavares@gmail.com

poder coronavírus



O presidente do Supremo, Dias Toffoli, preside a sessão sozinho no plenário do tribunal Rosinei Coutinho/Divulgação STF

Estados e municípios podem definir isolamento, decide STF

Com decisão unânime e recados a Bolsonaro, magistrados cobraram cooperação

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade nesta quarta-feira (15) que estados e municípios têm autonomia para determinar o isolamento social em meio à pandemia do coronavírus.

Todos os nove ministros que votaram defenderam que prefeitos e governadores têm competência concorrente em matéria de saúde pública e, portanto, podem regulamentar a quarentena. A maioria permitiu ainda que os entes da federação decidam quais são os serviços essenciais que podem funcionar durante a crise.

Na primeira sessão do plenário da corte por videoconferência, os magistrados mandaram diversos recados ao Palácio do Planalto e cobraram cooperação entre todos os entes da federação no combate à crise.

O ministro Gilmar Mendes chegou a afirmar que o presidente Jair Bolsonaro pode até demitir o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, mas "não dispõe do poder para eventualmente exercer uma política pública de caráter genocida".

Na sessão, os ministros analisaram a questão que questiona a medida provisória na qual o governo estabeleceu que decisões sobre o isolamento e a circulação de pessoas e mercadorias devem observar critérios do Executivo federal e serem submetidas à avaliação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância em Saúde).

A maioria da corte referendou decisão monocrática do dia 24 em que o ministro Marco Aurélio manteve a validade da MP, mas deixou claro que a Constituição prevê autonomia aos entes da federação para adotar providências de proteção à saúde da população.

O ministro Alexandre de Moraes foi o primeiro a acompanhar Marco Aurélio. Ele aproveitou para criticar a atuação do governo federal.

"A verdade é que, se há excessos das regulamentações estaduais e municipais, isso ocorreu porque não há até agora uma regulamentação geral da União sobre a questão do isolamento, sobre o necessário tratamento técnico científico dessa pandemia gravíssima que vem aumentando o número de mortos a cada dia", ressaltou.

Moraes também deu exemplo do que cabe a cada ente da federação. "Entendo a preocupação do governo porque a competência comum administrativa não permite a um



Ref na MC na ADI 6341 Autor: PDT



Ref na MC na ADI 6341 Autor: PDT



Rosa Weber, Edson Fachin e Marco Aurélio Mello, como os demais ministros, participaram em home office STF no YouTube

prefeito ou governador interditar um aeroporto internacional. Isso não é competência municipal, é nacional. Da mesma forma que não compete ao presidente da República verificar se um município deve interditar bares e restaurantes em virtude da proliferação do vírus", disse.

O ministro Luiz Edson Fachin, na mesma linha, disse que a MP não é inconstitucional, mas cabe ao STF deixar clara a competência de estados e municípios.

Já o ministro Ricardo Lewandowski cobrou "prudência, ponderação e responsabilidade" para combater a crise. E disse que os entes da federação devem trabalhar de maneira coordenada, porque os parlamentares não têm como prevenir todas as consequências que o novo coronavírus pode causar na sociedade para regulamentá-las.

"O federalismo cooperativo exige diálogo, exige liderança política. A cooperação entre os entes federados não

pode ser imposta por lei, mesmo porque a realidade é tão multifacetada e a evolução da pandemia é tão imprevisível e tão repleta de surpresas que o legislador não poderia prever de antemão, por maior que fosse sua boa vontade, todas as possibilidades que administradores públicos possam vir a enfrentar", observou.

Gilmar Mendes, por sua vez, afirmou que o ideal seria o governo federal criar um comitê com estados e municípios para gerenciar a crise.

"O presidente não pode atropelar competências federativas assim como os estados e municípios não podem atropelar as competências da União. É preciso que sejamos construtivos", disse.

Na abertura da sessão, o presidente da corte, Dias Toffoli, fez um discurso em defesa do isolamento social e da ciência. O magistrado fez um agradecimento aos profissionais de saúde e destacou a importância das pesquisas científicas neste momento.

"Os cientistas estão trabalhando com dedicação, originalidade e amor à razão e à ciência, para nos auxiliarem com os estudos necessários para que possamos compreender melhor este momento e as soluções possíveis para a pandemia."

Toffoli também ressaltou que o STF tem desempenhado um papel para garantir a harmonia entre os Poderes e entre os entes da federação. "A corte tem atuado como moderadora dos conflitos federativos e garantidora da harmonia entre os Poderes, em prol da coordenação e da coesão das ações no enfrentamento à doença", afirmou o presidente.

Toffoli voltou a defender que o STF é a corte constitucional que mais julga no mundo. Ele destacou que em diversos países os ministros da cúpula do Judiciário não chegam a julgar mais que cem processos por ano. Enquanto isso, no Brasil, já foram tomadas 702 decisões apenas relacionadas ao novo coronavírus.

Antes dos votos, o procurador-geral da República, Augusto Aras, elogiou a liminar de Marco Aurélio e também afirmou que as três esferas da federação têm competência para legislar sobre saúde pública.

Mais cedo, Aras havia enviado aos ministros um parecer na mesma linha na ação em que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pede que o Supremo obrigue Bolsonaro a seguir as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde).

No texto, o procurador-geral defende que compete ao governo federal editar normas gerais, mas que o presidente da República não pode afastar atos administrativos de governadores e prefeitos que estejam de acordo com a lei.

Aras elogiou ainda o fato de a decisão não ter acolhido o pedido da entidade para obrigar o chefe do Executivo a tomar medidas administrativas e econômicas específicas em relação ao enfrentamento da doença.

"Aqui, contudo, pretende-se a substituição do juízo discricionário próprio ao Executivo na definição do momento oportuno para um maior ou menor grau de isolamento social, considerada a ponderação entre o limite do sistema de saúde de um lado e o limite do sistema econômico de outro, em um jogo de equilíbrio apto a compor um ponto ótimo de concretização dos direitos fundamentais da população brasileira."

Como o STF reagiu a Bolsonaro e quais são os limites do presidente para controlar estados

AÇÕES DO SUPREMO

Lei de Acesso à Informação

Alexandre de Moraes suspende, em 26 de março, trecho de medida provisória que retirava a obrigatoriedade de órgãos públicos cumprirem um prazo para responder pedidos via LAI (Lei de Acesso à Informação). Moraes afirmou que a MP pretendia "transformar as exceções — sigilo de informações — em regra, afastando a plena incidência dos princípios da publicidade e da transparência".

Prorrogação de MPs

Moraes nega, em 27 de março, pedido do Planalto para ampliar a vigência de medidas provisórias na pandemia. O governo pediu para o STF determinar a suspensão por 30 dias das MPs, mas o ministro afirmou que não há previsão na Constituição.

Proibição de campanha

O ministro Luís Roberto Barroso veta, em 31 de março, a circulação da campanha "O Brasil não pode parar", do governo federal, que estimulava a volta à normalidade. Segundo Barroso, iniciativas contra o isolamento colocariam a vida da população em risco. O ministro proibiu ainda qualquer propaganda que minimizasse a gravidade da crise.

Notícia-crime

Marco Aurélio pede, em 31 de março, manifestação da Procuradoria-Geral da República em notícia-crime apresentada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). De acordo com o parlamentar, Bolsonaro infringiu trecho do Código Penal que proíbe a violação de ordem do poder público que tenha como objetivo impedir a propagação de doença contagiosa.

#PagaLogo

Gilmar Mendes vai às redes sociais, também em 31 de março, para criticar a afirmação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que seria necessário aprovar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para pagar os R\$ 600 reais a trabalhadores informais. O ministro compartilhou a #PagaLogo para pressionar o governo e disse que a Constituição não pode ser considerada um obstáculo para superação da crise. O site e o aplicativo para pedidos de auxílio foram lançados no dia 7 de abril.

Autonomia de estados

Em 8 de abril, Alexandre de Moraes decide que estados e municípios têm autonomia para impor o isolamento social. Na ação, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) pediu para a corte obrigar o presidente a seguir as recomendações da OMS. Para o magistrado, o governo federal não poderia "afastar unilateralmente" decisões de governantes locais sobre a restrição de circulação, cuja eficácia, afirmou o ministro, foi comprovada por diversos estudos científicos.

Isolamento social

Os ministros decidiram, no dia 15 de abril, que estados e municípios têm autonomia para impor o isolamento social em meio à pandemia, seguindo decisão de Marco Aurélio do dia 24 de março. Na sessão, a corte analisava ação que questionava uma MP do governo. A medida estabelecia que decisões sobre restrição à circulação deveriam observar critérios do Executivo federal.

PODER DA UNIÃO E DE GOVERNOS LOCAIS

O presidente pode mandar reabrir o comércio, revogando proibição de governadores e prefeitos?

Não, de acordo com o professor de direito público da FGV-SP Carlos Ari Sundfeld. "O Brasil é uma Federação, e atos municipais e estaduais não podem ser revistos pelo presidente". Ainda segundo Sundfeld, "tudo que o presidente pode fazer é acionar a Justiça contra o ato".

O presidente pode determinar o fim da quarentena?

Não, de acordo com Cecilia Mello, advogada e juíza aposentada do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Segundo ela, a portaria 356 de 2020 diz que a quarentena "será determinada mediante ato administrativo formal (...) e deverá ser editada por Secretário de Saúde do Estado, do Município (...)".

O presidente pode determinar o fim de restrições de circulação em rodovias interestaduais e intermunicipais?

De acordo com o professor de direito público da FGV-Rio Wallace Corbo, a circulação dentro dos limites do município e dos estados não pode sofrer interferência por parte do governo federal. A atuação da União cabe em restrições de circulação interestadual e internacional. O mesmo vale para as proibições de transportes coletivos locais, intermunicipais e interestaduais.

O presidente pode determinar o fim de restrições ao uso de transportes aéreos?

Sim, pois tanto o transporte aéreo quanto os aeroportos são serviços de competência do governo federal. De acordo com o professor Sundfeld, "governos estaduais não podem mandar parar o transporte aéreo. Esse ato não vale nada. Nesse caso, a União pode pedir que aeroportos e companhias aéreas ignorem o ato da autoridade local".

No atual regime de legalidade pública, quais são os poderes excepcionais atribuídos ao presidente?

Segundo Luciano de Souza, sócio de Relações Governamentais do escritório Cescon Barriau, "a calamidade pública reconhecida pelo Congresso foi baseada na Lei de Responsabilidade Fiscal, que não tem o conteúdo de atribuir poderes excepcionais ao presidente, como ocorre no caso de decretação de estado de defesa ou estado de sítio".

De que forma o presidente poderia revogar decisões dos governadores?

A única forma de o presidente intervir nos atos de um estado é por meio de intervenção federal, de acordo com o professor de direito da FGV-Rio Daniel Vargas. Constam na Constituição como hipóteses para isso os casos de guerra, invasão estrangeira e grave comprometimento da ordem pública. Essa última, ainda segundo Vargas, seria a que mais se aproxima da disputa atual entre Bolsonaro e governadores. Uma vez decretada a intervenção, caberia ao Congresso analisar a decisão no período de até 24 horas.

mercado **coronavírus**

Projeto obriga União a bancar renúncia fiscal de governadores e de prefeitos

Socorro aprovado na Câmara prevê compensação a estados e municípios por perda de receita

Thiago Resende e Danielle Brant

BRASÍLIA O plano de socorro aos estados na crise do coronavírus aprovado pela Câmara permite que governadores e prefeitos adiem o pagamento de impostos ou até mesmo isentem as empresas. A conta fica com o governo federal.

Aprovado na segunda (13), o projeto dos deputados prevê que a União irá compensar estados e municípios pela perda de arrecadação de ICMS (estadual) e ISS (municipal).

O cálculo é com base no que foi recolhido em 2019, quando a atividade econômica não havia sido afetada pelas medidas restritivas diante da Covid-19.

Governadores e prefeitos afirmam que precisam de repasse de dinheiro para a manutenção da máquina pública, como pagamento de salários na crise, e ações de combate ao coronavírus.

Diversos estados já registram uma queda de 30% na receita — taxa usada pela Câmara para estimar o custo do pacote aos cofres públicos neste ano (R\$ 89,6 bilhões).

Porém, técnicos do Ministério da Economia temem que o recuo na arrecadação estadual e municipal seja maior por causa da paralisação da atividade em alguns setores e por causa do estímulo a concessão de benefícios tributários que seriam cobertos pelo governo federal neste ano.

Geralmente, governadores e prefeitos podem alterar esses tributos por decreto. Dessa forma, a decisão depende apenas do chefe do Executivo.

Para o time do ministro Paulo Guedes (Economia), isso abre caminho para que o rombo a ser compensado pelo Tesouro seja ainda maior.

A cada 10% de desfalca nas contas regionais, a União tem de pagar R\$ 28 bilhões aos entes, calcula o ministério. O custo total da proposta ficaria em R\$ 149 bilhões em caso de perdas de 50% na arrecadação. Se o patamar for de 70%, o impacto seria de R\$ 205 bilhões, segundo anunciado nesta quarta-feira (15).

O governo evita fazer uma estimativa de despesa com o projeto aprovado pela Câmara porque a compensação não é fixa e, na avaliação de técnicos, os governos regionais vão tender a ceder a pressões de empresários por isenções fiscais.

O pacote aprovado pelos deputados permite adiar o prazo de pagamento de ICMS e ISS a micro e pequenas empresas, além de renúncia tributária para enfrentar a Covid-19 e a preservação de empregos — item considerado muito amplo pela equipe econômica.

“Essas exceções deveriam sair do texto, porque abrem margem para os governos tomarem medidas com impacto na receita e apresentarem a fatura à União”, disse Felipe Salto, diretor executivo da IFLI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado.

Esse trecho do projeto é também criticado por secretários da Fazenda estaduais, que, apesar de apoiarem a proposta da Câmara, preveem pressão generalizada de empresários por isenção de imposto pa-

ra manutenção de empregos.

Outra queixa do time de Guedes é que a proposta retira exigências da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) durante a pandemia. Assim, há uma margem maior para que governadores e prefeitos possam adotar medidas de adiamento ou isenção de impostos.

O governo tenta no Senado, que agora avalia o socorro aos estados, desidrar a proposta da Câmara. Guedes quer um pacote que soma R\$ 77,4 bilhões, sendo R\$ 40 bilhões de repasses diretos aos estados e municípios. O resto seria suspensão de dívidas com a União e bancos públicos.

Senado anexa proposta da Câmara e ganha protagonismo

BRASÍLIA A Mesa Diretora do Senado decidiu nesta quarta (15) anexar o projeto de ajuda aos estados, aprovado na Câmara, a uma proposta protocolada na Casa, mas que estava com tramitação parada.

O projeto de autoria do senador Antônio Anastasia (PSD-MG) determina como obrigatória a ajuda da União a estados e municípios em caso de calamidade, mas áreas de saúde e assistência social.

Com isso, o projeto da Câmara, encabeçado pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com os governadores e criticado pelo ministro Paulo Guedes (Economia), perde a agilidade no Senado. A decisão da Mesa trans-

fere o protagonismo sobre o socorro a estados e municípios aos Estados. As medidas terão de ser reconstruídas por Anastasia.

O texto aprovado pela Câmara não foi recebido de forma satisfatória pelo Senado. Os congressistas reclamaram que Maia construiu o texto sem que o Senado fosse ouvido.

Na terça (14), depois de ter se reunido para um café da manhã com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), passou a negociar com o governo o encaminhamento de um PLC (projeto de lei complementar) que teria como objetivo derubar a proposta encabeçada por Maia e já aprovado pelos deputados. **Tara Lemos**

Toda ajuda federal deve ser dada, mas com recibo

OPINIÃO

Nelson Barbosa

Professor da FGV e da UNB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research.

A maioria dos economistas concorda em que, assim como ocorre com famílias e empresas, o governo federal deve transferir recursos para prefeitos e governadores para pagar suas despesas na crise.

No caso de estados e municípios, a ajuda é ainda mais urgente, pois prefeitos e governadores são encarregados de

serviços públicos essenciais, cuja demanda tende a aumentar no combate à pandemia.

Agora, o dissenso. O socorro poder ser via transferência (doação) ou financiamento (dívida). A ajuda também pode ter valor fixo ou proporcional a um indicador, como folha de pagamento, arrecadação de tributos ou população.

Seja qual for a alternativa, a ajuda da União implica emissão de dívida federal. Do ponto de vista financeiro, é como se Bolsonaro tivesse recursos emprestados em nome de prefeitos e governadores.

Porém, como estados e municípios ficarão com os recursos, e a União, com a dívida, a ajuda às vezes é caracterizada como “almoço grátis”, uma doação federal para contribuintes municipais e estaduais. Essa concepção está errada.

Cidadãos estaduais e municipais também são brasileiros e, portanto, arcarão com as consequências de qualquer dívida federal emitida para ajudar prefeitos e governadores, mas não de modo igual.

Por exemplo, suponha que a União emita \$ 100 para compensar a perda de ICMS dos estados. Assumindo que a perda relativa seja a mesma para todos os estados, o contribuinte paulista “ganhará” \$ 29 da União, pois São Paulo concentra 29% da arrecadação de ICMS.

Porém, como o contribuinte paulista também é brasileiro, ele arcará com parte dos \$ 100 “doados” pela União ao Brasil. Quanto? Há várias formas de estimar isso. Usarei a população por ser mais simples.

São Paulo concentra 22% dos brasileiros. Logo, se a dívida emitida for distribuída de modo per capita, os brasileiros do estado arcarão com \$ 22 da ajuda federal para compensar ICMS. O ganho líquido é, portanto, de \$ 7 para os paulistas.

Transferências para compensar perdas de ICMS e ISS tendem a beneficiar mais a população de estados e municípios “ricos”, isto é, estados que conseguem arrecadar mais tributos localmente.

No sentido contrário, transferências via fundo de participação dos estados e municípios (FPE e FPM) tendem a beneficiar mais a população de estados mais “pobres”, que recebem uma parcela de recursos proporcionalmente maior do que sua população justificaria.

Diferenças regionais na alocação de recursos federais são normais em um país continental e desigual como o Brasil. Áreas mais ricas normalmente financiam áreas mais pobres, recebendo em troca acesso preferencial ao mercado das áreas mais pobres, além do valor intangível de fazer parte do Brasil.

Inversamente no sentido errado são difíceis de justificar. Por isso, a melhor forma de ajuda federal às regiões mais ricas do país é financiamento, em vez de transferência.

Empréstimos temporários para quem tiver dificuldade de pagar a seus servidores, sendo esses empréstimos posteriormente pagos pelos cidadãos estaduais e municipais das áreas que tomaram os recursos, quando o pior passar.

Estados e municípios mais ricos precisam de ajuda urgente, mas há mais de uma maneira de fazer isso. O modo de enfrentar o problema hoje é importante, pois ele pode facilitar ou dificultar a saída da crise amanhã.

E, como apontou FMI (eu também tenho um lado neoliberal), toda ajuda federal deve ser dada, mas com recibo, pois a conta será de todos os brasileiros depois da crise.



BRASILEIROS FAZEM FILA PARA SACAR AUXÍLIO EMERGENCIAL

Pessoas aguardam recebimento de auxílio em agência da Caixa em Fortaleza (foto); o benefício pago a trabalhadores informais pode chegar ao valor de R\$ 1.800 para parte das famílias; esse valor máximo será pago nos casos em que, em um mesmo núcleo familiar, existe uma mãe responsável pelo sustento dos filhos e pelo menos mais um membro apto a receber o auxílio; nessas situações, a mãe pode receber três parcelas de R\$ 1.200; o outro beneficiário tem direito a mais três depósitos mensais de R\$ 600 pagos pelo governo. A soma das cotas resulta no teto de R\$ 1.800 por parcela. **Mateus Dantas/Zimel**
Press/Agência O Globo

Governo flexibiliza meta fiscal de 2021 e prevê contas no vermelho por 10 anos

Bernardo Caram

BRASÍLIA Diante das incertezas sobre o futuro da economia, o governo Jair Bolsonaro decidiu pedir ao Congresso autorização para flexibilizar a meta fiscal de 2021. Essa obrigação poderá ser ajustada ao longo do tempo se as projeções de arrecadação sofrerem mudanças.

Em estimativa apresentada nesta quarta-feira (15), o Ministério da Economia prevê um rombo de R\$ 149,6 bilhões nas contas federais no ano que vem, mais que o dobro do previsto atualmente. O tamanho do déficit previsto foi antecipado pela Folha.

O governo estima uma década de contas no vermelho. Antes da pandemia, o ministro Paulo Guedes (Economia)

chegou a afirmar que o rombo nas contas seria sanado ainda em 2019, o que não se confirmou nas projeções oficiais — depois recuou.

Os dados fazem parte do projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021, que será enviado para análise do Congresso.

O texto traz a orientação para a elaboração do Orçamento do governo federal em 2021.

Em uma inovação incluída no projeto, a meta fiscal não terá valor fixo e partirá das estimativas definidas na regra do teto de gastos, que limitou as despesas públicas à variação da inflação. Esse valor será descontado das receitas projetadas pelo governo.

Na prática, se a projeção de receitas cair, a meta será afrouxada, com permissão

para um rombo maior. Se for observado movimento contrário, a meta acompanhará a alta de receitas e previrá um déficit menor.

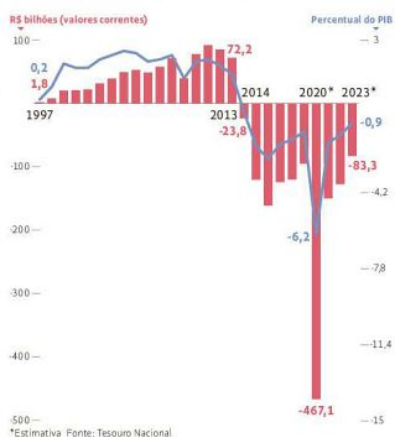
Pela proposta, as mudanças poderão ser feitas ao longo do tempo. Será possível alterar essa obrigação inclusive durante o exercício de 2021.

Se o Congresso autorizar a nova regra, não haverá mais necessidade de cortar gastos de ministérios em caso de perda de arrecadação. Hoje, em situações de frustração de receitas, o governo é obrigado a fazer um contingenciamento para evitar o descumprimento da meta. Com a mudança, se for registrada essa perda, a meta será alterada.

Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, com a tendência de

Governo prevê dez anos seguidos de rombo fiscal

Resultado primário do governo central



piora nas projeções para o PIB, é provável que esse rombo de R\$ 150 bilhões seja ampliado.

Mesmo mantendo o discurso de que os gastos emergenciais contra a pandemia ficaram restritos a este ano, o governo já prevê, portanto, que a disparada do rombo nas contas públicas vai extrapolar 2020 e também estourar as previsões para o ano que vem.

Por isso, será necessário mudar a previsão atual de déficit primário em 2021 dos atuais R\$ 68,5 bilhões para acima de R\$ 150 bilhões.

Apesar da flexibilização da meta, a Economia quer manter o discurso de zelo fiscal. A ideia é ressaltar que o governo seguirá na campanha por reformas estruturantes e respeitará regras fiscais.

O governo espera forte piora no endividamento público. A dívida bruta, que está hoje em 75,8% do PIB, deve alcançar 84,3% no ano que vem, 85,5% em 2022 e 86,4% em 2023, estima a pasta.

Governo costura socorro de R\$ 48 bi a empresas aéreas e de varejistas

Idéia é que BNDES e bancos privados comprem títulos dessas companhias e fiquem com ações em caso de calote

BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O governo costura com bancos privados, fundos de investimento e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) um plano de socorro de ao menos R\$ 48 bilhões a grandes empresas atingidas pela crise do coronavírus. Devem ser contempladas companhias aéreas, empresas de energia e grandes varejistas.

Pelo plano em discussão, serão oferecidos a empresas que têm ações negociadas na Bolsa instrumentos de dívidas conversíveis em ações.

“Ou seja, os bancos poderiam ficar com uma fatia da companhia caso ela não tenha condições de pagar o empréstimo ao fim do prazo acordado.

As negociações para o pacote foram antecipadas pelo jornal Valor Econômico.

Somente na cadeia de energia (geradoras, transmissoras e distribuidoras), o montante necessário já é de R\$ 40 bilhões, segundo representantes de cada segmento.

Quando as primeiras conversas com o BNDES começaram, há cerca de três semanas, essa necessidade era de R\$ 17 bilhões.

O valor mais do que dobrou no último mês e a queda no consumo, principalmente de indústrias, mas também em razão do aumento da inadimplência.

Já quatro companhias aéreas (Gol, Latam, Azul e Passaredo) negociam algo em torno de R\$ 8 bilhões. Estimativas de bancos apontam que essas empresas podem estar queimando até R\$ 100 milhões em caixa por dia.

O presidente da Azul Linhas Aéreas, John Rodgers, cobrou o governo brasileiro a concessão de benefícios a exemplo daqueles concedidos pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“Não podemos ter desvantagem mundialmente só por que estamos no Brasil”, disse ele durante conversa com investidores pela internet.

As empresas esperam que, com a entrada dos bancos privados nesse jogo —Bradesco, Itaú Unibanco e Santander—, seja possível destravar os empréstimos. Isso porque o BNDES insiste em uma política que penaliza as companhias, na visão delas.

No setor aéreo, por exemplo, os financiamentos seriam

VIA VAREJO PEDE SUSPENSÃO DE ALUGUÉIS PARA ENFRENTAR QUEDA DE 50% DA RECEITA, DIZ AGÊNCIA

A varejista de eletroeletrônicos Via Varejo está pedindo a suspensão de alugueis de mais de 1.020 lojas físicas fechadas por causa de medidas de quarentena em todo país, como uma forma de lidar com a queda de 50% de sua receita, segundo duas fontes com conhecimento do assunto disseram à Reuters. Uma das pessoas disse que a empresa já conseguiu acordo com alguns proprietários e está esperando fechar um acordo em grupo com outros lojas para não pagar alugueis de suas lojas em shopping centers. A Via Varejo (dona das Casas Bahia e do Ponto Frio) reduziria as despesas em cerca de R\$ 80 milhões se todos os proprietários aceitassem o pedido de suspensão de alugueis, o que ajudaria a companhia a enfrentar a queda de receita. A empresa não quis comentar o assunto

válidos por cinco anos, com juros de 6% ao ano, e um ano de carência. A taxa básica de juros está em 3,75% ao ano.

Se as empresas não conseguirem quitar a dívida até o término do contrato, o valor remanescente será convertido em ações e transferidas ao BNDES em pagamento.

O problema maior, no entanto, é o cálculo do valor das ações. O banco quer que o preço seja o atual.

Desde que a crise começou, há cerca de um mês, as ações das empresas brasileiras que são listadas em Bolsa (Gol e Azul) sofreram acentuada desvalorização. Os papéis das aéreas perderam praticamente 75% de seu valor.

Por isso, as empresas querem que seja usado o valor de antes da crise ou outro método de avaliação. É isso o que emperra as operações.

Nas conversas com bancos, elas afirmam que, nos EUA, onde operação similar foi realizada, o governo poderá ficar com 3% das empresas.

Aqui, esse patamar poderia ser superior a 30%, o que consideram injusto porque o valor de mercado reflete a atual paralisação do setor.

O presidente do Santander, Sérgio Rial, defende que não sejam criados mecanismos artificiais de precificação.

“Qualquer tentativa de construir um artificialismo de preços futuros pode gerar dívidas sobre como eles foram estabelecidos. O preço que existe é o de ontem, e é esse que tem que ser usado”, disse em transmissão ao vivo organizada pelo banco.

Ele ressaltou que nem todos poderão ser salvos pelos bancos e pelo poder público. “Não temos condições de ajudar todos os setores que estão precisando”, afirmou.

Já no caso das montadoras de veículos, que não têm ações negociadas na Bolsa brasileira e que são vistas como importantes para a economia por gerar empregos, o instrumento a ser usado é uma dívida comum que usaria os ativos locais como garantia.

Nas discussões, representantes do governo e dos bancos privados têm buscado uma solução combinada, que dividiria riscos entre o poder público e os bancos privados, a exemplo do programa de R\$ 40 bilhões em financi-

amento para médias empresas pagarem salários (lançado há cerca de três semanas).

Naquele programa, o poder público ficou com 85% do risco (ao aportar R\$ 34 bilhões em recursos), e os bancos privados, com 15% (ao bancarem apenas R\$ 6 bilhões).

Para grandes empresas, as condições não devem ser tão vantajosas. O spread (a margem do banco) das operações deve ser menor que o cobrado em condições normais de mercado, mas não chegará a zero, como foi oferecido às pequenas e médias empresas.

As discussões não preveem um modelo fechado. Empresas com maior capacidade de endividamento poderão optar por um volume maior de empréstimo.

Para outras, o instrumento preponderante será mesmo títulos de dívidas lastreadas em ações, como as debêntures conversíveis.

Não está descartado o uso de dinheiro do Tesouro nas operações, mas parte da equipe econômica faz ressalvas.

O entendimento é que, devido à restrição fiscal do país, é preciso voltar as atenções a setores primordiais para preservar emprego e socorrer somente quem foi atingido pela crise do coronavírus.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que o governo vai separar na avaliação das medidas o que é um problema causado pela crise atual do que já vinha sendo experimentado em cada setor.

Embora tenha iniciado em 2016 uma estratégia de reduzir sua carteira de ações (de R\$ 112 bilhões ao fim de 2019), o BNDES não terá restrições para adquirir novas participações em empresas.

O processo de engajamento do BNDESPar, braço de participações do banco, será reiniciado após o coronavírus.

Os idealizadores da proposta defendem que, caso o modelo seja bem elaborado e a economia retomar após o fim da pandemia, as ações adquiridas agora podem se tornar investimentos rentáveis, tanto para os investidores privados quanto para o Tesouro, que recebe dividendos do BNDES. **Fábio Pupo, Julio Wiziack, Nicola Pamplona, Bruna Narcizo e Isabela Bonzani**

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofoh.com.br

Ginástica

A crise atual tem tantas implicações que seria simplista descrever uma visão geral do que está acontecendo, na opinião de Sebastião Bomfim, presidente do conselho da Centauro. Mas o empresário vê algumas certezas neste momento, como a necessidade de renegociar com fornecedores. “É óbvio que o varejo está fechado e todo mundo está negociando com todo mundo”, afirma ele. A concentração de esforços no comércio eletrônico é outra convicção de Bomfim.

QUARENTENA Com as portas de todas as lojas físicas fechadas, é hora de “botar o pé no acelerador” do comércio eletrônico, de acordo com Bomfim. “O e-commerce continua se mantendo. As lojas físicas, não. Então, quem tinha antes um processo mais forte de comércio eletrônico, como nós (Inhamos, está indo melhor”, diz ele.

NA TOMADA Segundo Bomfim, a Centauro suspendeu os investimentos que não estão relacionados à digitalização neste momento.

CARRINHO O empresário, no entanto, admite que as vendas online, embora tenham crescido, não cobrem as perdas do varejo físico.

CARTEIRA Ao ser questionado sobre corte de empregos, Bomfim evita falar do assunto. “Eu estou no conselho da companhia. Não estou na operação da empresa no dia-a-dia”, afirma o empresário.

RESPIRADOR No dia 24 de março, a companhia anunciou o fechamento de todas as lojas físicas da Centauro por tempo indeterminado para a contenção do contágio do coronavírus. A rede de artigos esportivos também colocou os funcionários da área administrativa em trabalho remoto.



PROSA

“Suspendemos os investimentos da área do mundo físico e mantemos os investimentos da área digital”

Sebastião Bomfim presidente do conselho de administração da Centauro

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Março, em % ao mês



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência março*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo para empresas vencer na data 20/abril e, para pessoas físicas, venceu em 15/abril

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Alíquota, em % Deduzir, em R\$

Até 1.903,98 Isento

De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 142,80

De 2.826,66 até 3.751,05 15 354,80

De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13

Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota Mínimo Máximo em R\$

Empregado De 7,5% 97,04 713,09 a 14%

Empregador 20% 250,50 1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica vencer no dia 2/abr. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

Ministério deve anunciar pacote de crédito a microempresas em breve, afirma secretário

BRASÍLIA O governo deve anunciar em breve medidas de estímulo ao crédito a microempresas durante a pandemia do novo coronavírus, informou nesta quarta-feira (15) o secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Rodrigues disse que a equipe econômica trabalha em um pacote para ajudar donos de pequenos negócios, com faturamento bruto de até R\$ 360 mil por ano.

“Tão logo nós tenhamos o desenho final [o pacote] será anunciado. E entendo que será em breve”, afirmou.

O secretário foi questionado sobre a proposta de liberação de crédito por fintechs, como operadoras de maquininhas de cartão, que está em estudo pelo governo, como já de-

JUSTIÇA PROÍBE BANCOS DE ELEVAR JUROS

A decisão provisória da Justiça Federal no DF, da qual cabe recurso, também barra a ampliação de exigências para concessão de crédito durante a crise da Covid-19. A Febraban disse considerar que a judicialização das relações entre consumidores e bancos não é o melhor caminho.

clarou o ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Apesar do esforço do governo em retirar amarras do sistema bancário, Guedes tem a avaliação de que os recursos estão ficando repassados nas instituições financeiras, em vez de serem emprestados a empresários que passam apertado com a pandemia.

Pela ideia em estudo, as fintechs permitiriam que microempreendedores e pequenas empresas tenham acesso aos recursos de crédito.

As maquininhas são operadas por empresas como Gielo PagSeguro e Stone e permitem que empresários façam transações financeiras pela venda de produtos ou prestação de serviços.

Atualmente, é possível obter crédito pelas maquininhas de cartão, mas a ideia é que, com a crise econômica, o governo passe também a oferecer recursos públicos como garantia a essas operações.

Um primeiro passo foi dado após uma resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) que autorizou fintechs a usar recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A medida, no entanto, foi vista como insuficiente pelas empresas de maquininhas. Elas sugerem uma solução voltada ao crédito para as microempresas (até agora, as ações de crédito anunciadas pelo governo foram concentradas em empresas que faturam acima de R\$ 360 mil por ano). **Thiago Resende e Bernardo Caram**

mercado coronavírus

Durante uma pandemia, nenhum país é uma ilha

Se a economia mundial for fragmentada, a recuperação será arruinada

OPINIÃO

Martin Wolf

LONDRES | FINANCIAL TIMES Em seu mais recente Panorama Econômico Mundial, o FMI chama o que está acontecendo agora de a "Grande Paralisação". Eu prefiro o "Grande Desligamento": essa expressão capta a realidade de que a economia global entraria em colapso mesmo que os formuladores de políticas não tivessem imposto bloqueios e poderá continuar em colapso após o fim deles.

No entanto, como quer que a chamemos, uma coisa é clara: é a maior crise que o mundo enfrentou desde a Segunda Guerra Mundial e o maior desastre econômico desde a Grande Depressão da década de 1930.

O mundo chegou a este momento com divisões entre suas grandes potências e incomparabilidade de proporções aterradoras nos mais altos níveis de governo. Vamos passar por isso, mas para o quê?

Em janeiro, o FMI não tinha ideia do que estava prestes a nos atingir, em parte porque as autoridades chinesas não haviam se informado entre si, e muito menos ao resto do mundo. Agora estamos no meio de uma pandemia com vastas consequências. Mas muito permanece incerto. Uma incerteza importante é como os líderes mundiais responderão a essa ameaça global.

Segundo qualquer previsão, o FMI sugere agora que a produção global per capita se contrairá 4,2% neste ano, muito mais que o 1,6% registrado em 2009, durante a crise financeira global. Experimentar uma retração do Produto Interno Bruto real per capita neste ano 90% de todos os países, ante 62% em 2009, quando a robusta expansão da China ajudou a amortecer o golpe.

Em janeiro, o FMI previu crescimento suave neste ano. Agora, prevê queda de 12% entre o último trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020 nas economias avançadas e de 5% nos países emergentes e em desenvolvimento. Mas, de modo otimista, está previsto que o segundo trimestre será o ponto mais baixo. Posteriormente, o Fundo espera uma recuperação, apesar de previsões de que a produção nas economias avançadas fique abaixo dos níveis do quarto trimestre de 2019 até 2022.

Essa "linha de base" pressupõe a reabertura econômica no segundo semestre de 2020. Nesse caso, o FMI prevê uma contração global de 3% em 2020, seguida de uma expansão de 5,8% em 2021. Nas economias avançadas, a previsão é de contração de 6,1% neste ano, seguida por uma expansão de 4,5% em 2021. Tudo isso pode ser excessivo de otimismo. O FMI oferece três cenários alternativos preocupantes. No primeiro, os bloqueios duram 50% a mais do que na linha de base. No segundo, há uma segunda onda do vírus em 2021. No terceiro, esses elementos se combinam.

Sob bloqueios mais longos neste ano, a produção global é 3% menor em 2020 do que na linha de base. Com uma segunda onda de infecções, a produção global ficaria 5% abaixo da linha de base em 2021. Com os dois infortúnios, a produção global ficaria quase 8% abaixo da linha de base em 2021.

Sob a última possibilidade, os gastos públicos em economias avançadas seriam 10 pontos percentuais mais altos em

relação ao PIB em 2021, e a dívida pública, 20 pontos percentuais a mais em médio prazo do que na linha de base já desfavorável.

Não temos uma ideia real de qual se mostrará mais correta. Pode ser ainda pior: o vírus pode sofrer mutação; a imunidade para as pessoas que o tiveram pode não durar; e uma vacina pode não estar disponível. Um micróbio derrubou toda a nossa arrogância.

O que devemos fazer para gerenciar esse desastre? Uma resposta é não abandonar os bloqueios antes que a taxa de mortalidade seja controlada. Será impossível reabrir as economias com uma epidemia violenta aumentando o número de mortos e levando os sistemas de saúde ao colapso.

Mesmo que fôssemos autorizados a consumir ou voltar ao trabalho, muitos não o fariam. Mas é essencial preparar para esse dia, criando capacidades bastante aprimoradas para testar, rastrear, colocar em quarentena e tratar as pessoas. Nenhuma despesa deve ser poupada nisso ou em investimentos na criação, na produção e no uso de uma nova vacina.

Acima de tudo, como afirma o ensaio introdutório de um relatório do Instituto Peterson de Economia Internacional, em Washington, sobre o papel essencial do Grupo dos 20 principais países:

"Simplificando, na pandemia da Covid-19, a falta de cooperação internacional significa que mais pessoas vão morrer". Isso é verdade na política de saúde e na garantia de uma resposta econômica global eficaz. Tanto a pandemia quanto o Grande Desligamento são eventos globais. A ajuda na resposta à saúde é essencial, como destaca no relatório Maurice Obstfeld, economista-chefe do FMI. No entanto, o mesmo acontece com a ajuda econômica para os países mais pobres, via alívio da dívida, doações e empréstimos baratos.

É necessária uma enorme nova emissão dos direitos especiais de saque do FMI, com a transferência de alocações desnecessárias para os países mais pobres.

O nacionalismo econômico de soma negativa que conduziu Donald Trump ao longo de seu mandato como presidente dos EUA e até emergiu na União Europeia é um sério perigo. Precisamos que o comércio flua livremente, especialmente (mas não exclusivamente) em equipamentos e suprimentos médicos. Se a economia mundial for fragmentada, como aconteceu em resposta à Depressão, a recuperação será arruinada, se não morta.

Não sabemos o que a pandemia ainda nos trará ou como a economia reagirá. Sabemos o que devemos fazer para superar este tumulto aterradorante com o menor dano possível.

Temos que controlar a doença. Devemos investir maciçamente em sistemas para gerenciá-la após o término das quarentenas atuais. Devemos gastar o que for necessário para proteger nosso pessoal e nosso potencial econômico das consequências. Devemos ajudar bilhões de pessoas que vivem em países que não podem resistir sem ajuda.

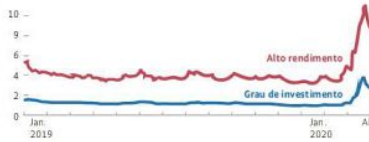
Devemos lembrar acima de tudo que em uma pandemia nenhum país é uma ilha. Não conhecemos o futuro. Mas sabemos como devemos tentar moldá-lo. Faremos isso? Essa é a pergunta. E tuu muito a nossa resposta.

Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves

Crise é o maior desastre econômico desde a Grande Depressão da década de 1930

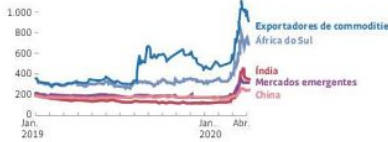
Spreads crescentes mostram fuga de ativos de risco nos países desenvolvidos

Spreads de crédito em dívida corporativa dos EUA (spreads ajustados por opção sobre os títulos do Tesouro dos EUA nos índices Bloomberg Barclays, em %)



Spreads crescentes também mostram fuga de ativos de risco nas economias emergentes

Títulos soberanos de mercados emergentes se espalham sobre o Tesouro dos EUA (PMorgan Embl, pontos base)



A profundidade e a amplitude da recessão devido ao coronavírus serão muito piores do que em 2009

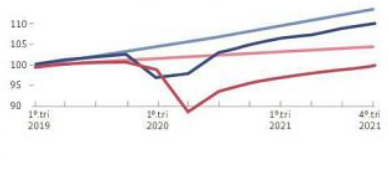
Crescimento em PIB global per capita e recessões



Linha de base mostra recessão profunda neste ano

Previsão global do PIB (primeiro trimestre de 2019 = 100), previsões do FMI em janeiro e abril de 2020

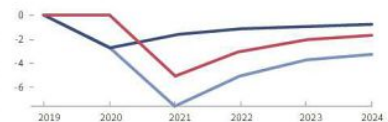
— Economias emergentes e em desenvolvimento, janeiro 2020
— Economias emergentes e em desenvolvimento, abril 2020
— Economias desenvolvidas, janeiro 2020
— Economias desenvolvidas, abril 2020



Cenários sugerem que resultados podem ser muito piores do que nos países desenvolvidos

Impacto de diferentes cenários da Covid-19, economias desenvolvidas

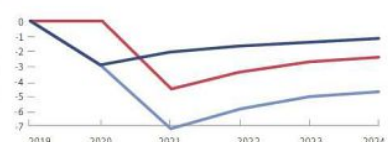
— Surto mais longo em 2020
— Novo surto em 2021
— Surto mais longo em 2020 e novo surto em 2021



Os resultados também podem ser muito piores nos países emergentes e em desenvolvimento

Cenários na luta contra as economias emergentes e em desenvolvimento da Covid-19 (desvio do PIB da linha de base, em %)

— Surto mais longo em 2020
— Novo surto em 2021
— Surto mais longo em 2020 e novo surto em 2021



Fontes: Financial Times, Refinitiv e FMI

Governo avalia liberação de FGTS para quem ganha mais de R\$ 5.000

Julio Wiziack

BRASÍLIA Integrantes da equipe econômica avaliam a possibilidade de promover uma segunda rodada de saques de contas ativas do FGTS, o bilionário fundo que opera recursos dos trabalhadores, como forma de ajudar os que têm rendimentos mensais acima de R\$ 5.000 e que sofreram perdas com a crise causada pelo coronavírus.

A ideia, segundo técnicos envolvidos nos estudos, é tentar estimular a economia com uma nova injeção de recursos que poderá variar de R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões no total entre aqueles que concentram cerca de 40% da massa salarial e metade do consumo do país.

Na quarta-feira (8), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) editou uma MP (medida provisória) incorporando o PIS Papep ao FGTS e autorizando saques de até R\$ 1.045 por cotista.

A MP permitiu colocar R\$ 36 bilhões para circular na economia no momento em que o governo liberou a redução de ao menos 25% da jornada e do salário como forma de evitar demissões.

A segunda rodada de saques poderá fazer parte de um novo pacote que a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) prepara caso a crise se aprofunde depois de junho e seja preciso reforçar as ações emergenciais em curso para evitar que o país mergulhe em uma depressão.

Nesse cenário, a economia sofre retração por mais que dois trimestres (recessão) e o cenário é marcado por uma série de efeitos danosos, como a falência generalizada de empresas e a baixa no comércio internacional.

O FMI projeta uma retração de 3% na economia global neste ano, pior resultado desde a Depressão de 1929.

No Brasil, Guedes, que no início minimizou os impactos da crise deflagrada pelo coronavírus, já passou a prever queda de 4% no PIB neste ano caso o isolamento social se prolongue além de julho.

Por isso, sua equipe trabalha em novas ações emergenciais. A segunda onda de saques seria, nesse contexto, um botão de emergência a ser acionado.

A ideia, nesse caso, seria atender aos que ganham mais de R\$ 5.200 (cinco salários mínimos), como forma de tentar aquecer o consumo das famílias.

Na avaliação dos assessores do governo, esse grupo foi o que sofreu mais perdas com a redução de jornada instituída por Bolsonaro.

De acordo com a MP quem ganha R\$ 5.000 por mês, por exemplo, teve uma redução de 25% no salário só conseguiu repor R\$ 453 do orde-

nado. Isso porque a medida definiu que a compensação será calculada sobre o teto do seguro-desemprego (R\$ 1.813). Ou seja: quem ganha mais perdeu mais.

Os cálculos de quanto a mais poderia ser sacado ainda estão sendo feitos porque dependem de projeções.

O primeiro estudo levou em conta a emissão de carteira imobiliária administrada com recursos do FGTS no ano passado e as obrigações contratuais vigentes.

Com um retorno anual de cerca de R\$ 100 bilhões (da carteira) e as disponibilidades (em torno de R\$ 120 bilhões), haveria um espaço de até R\$ 50 bilhões.

No entanto, há diversos outros fatores a serem considerados neste ano.

A carteira deverá render muito menos por causa da queda da Selic. Também não se sabe qual será a demanda por imóveis nem o aumento dos saques decorrentes de demissões.

Mesmo assim, os assessores do governo consideram ao menos cerca de R\$ 30 bilhões em saques adicionais.

O formato varia. Uma das alternativas seria a liberação de parte do saldo somente para aqueles que comprovarem perdas superiores a 40% da renda mensal.

Outra proposta seria definir valores mais elevados para quem tem salário menor, porque esse grupo possui menos reservas financeiras, ainda segundo os técnicos.

Essas empresas da construção, que acompanham o balanço do FGTS, dizem que esse movimento sinaliza uma ruptura na política do fundo e mostra que Guedes, ainda que forçado pela crise, irá cumprir uma promessa feita durante a campanha presidencial: pôr fim ao FGTS.

Eles consideram que o governo usa a crise para promover saques desenfreados. Isso levaria, por um lado, à extinção das contas, e, por outro, à redução dos recursos necessários para o financiamento da casa própria.

Hoje, a legislação vigente direciona parte dos recursos do FGTS principalmente para o financiamento da construção, obras de infraestrutura e saneamento.

Essa carteira gera um retorno que retroalimenta o fundo, além, é claro, dos depósitos realizados pelas empresas nas contas de seus funcionários.

Segundo um integrante do Conselho Curador do FGTS, órgão que decide sobre as políticas de uso dos recursos, em 2018, o fundo tinha cerca de R\$ 120 bilhões investidos em títulos públicos.

Em 2017, quando o ex-presidente Michel Temer (MDB) liberou saques de contas inativas, essa posição em títulos era de quase R\$ 140 bilhões.

Bolsonaro prevê salário mínimo de R\$ 1.079 em 2021, sem reajuste real

BRASÍLIA Em projeto orçamentário enviado ao Congresso nesta quarta-feira (15), o governo Jair Bolsonaro prevê que o salário mínimo passará de R\$ 1.045 para R\$ 1.079 em 2021. O valor estimado não promove ganho real aos trabalhadores.

A proposta que traça as diretrizes para o Orçamento de 2021 estima que o piso de salários no Brasil terá uma correção de 3,25%, referente à previsão de variação da inflação no período.

No ano passado, o governo decidiu acabar com a política de reajuste real do salário mínimo. Agora, o valor se limita a seguir a determinação

da Constituição, que fala em preservação do poder aquisitivo do trabalhador.

O ganho real foi implementado informalmente em 1994, por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), logo após a adoção do Plano Real. As gestões petistas oficializaram a medida.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estabeleceu a fórmula de reajuste pela inflação medida pelo INPC mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Dilma Rousseff (PT) transformou a regra em lei. Michel Temer (MDB), que governou durante a recessão, não mudou a legislação. BC

mercado coronavírus

No fundo do inferno, vendas sobem degraus

País também precisa de monitor da economia na UTI, para planejar guerra e reconstrução

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação do Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Imagine-se que, um dia vivos do fundo do inferno, descemos subitamente 52 degraus, para perto do buraco que parece ser o fundo do buraco do inferno. Ressalte-se: parece ser, talvez, por ora. Suponha-se então que um mês de dois subimos uns 10 degraus. Grosso modo, é que parece ter acontecido com as vendas no varejo desde que começou o fechamento da economia, o pânico, a descida do fundo das profundas.

de março (em relação a fevereiro). Em abril, a baixa está em torno de 40%. Certamente ainda estamos no inferno. Tampouco se pode dizer que a situação despice, nem de longe, nem sendo desairadamente otimista. O próprio fato de as vendas e a produção terem decido de modo desesperado ainda vai ter consequências em cascata, ora impossíveis de estimar.

ral. Neste caso, os dados são da Cielo, empresa de cartões, para o varejo. O valor das vendas com cartões equivale a cerca de 40% do "consumo das famílias". Equivale a uns 25% do PIB. Os economistas do departamento de pesquisa macroeconômica do Itaú têm números que também indicam uma subida dos degraus nas profundezas do desastre econômico. Criaram índices diários de atividade econômica a fim de verificar como cada país está se saindo da crise da epidemia. Os dados oficiais demoram a al-

gumas medidas estão até suspensas, na epidemia. "O que dizem?" "A China parece começar a sentir a pressão resultante da desaceleração global, enquanto a Europa se estabiliza em nível baixo. No Brasil, os dados apontam melhora gradual, algo que é consistente com evidências anecdóticas de empresas retomando atividades e maior fluxo de pessoas nas cidades, a despeito da tendência de alta dos casos reportados". No final do mês passado, a

atividade econômica caíra a cerca de 55% do que era no final da semana do fechamento (16 a 20 de março). Agora, está em torno de 70% do que era. Pelos dados das vendas pelo cartão, débito ou crédito, ao menos um setor está azul, na verdade com alta de vendas em relação a fevereiro, caso de mercados e hipermercados. Em vários setores, o tamanho do desastre diminuiu um pouco, com exceção, na prática, de bares, restaurantes, turismo e lojas de vestuário. O grupo variado de móveis, eletrodomésticos e lojas de departamento teve alguma despida mais notável (sempre lembrando: ainda no inferno). Os dados são imprecisos, repletos de ruído. Entretanto, por qual motivo tomar essas medidas? Para dizer que precisamos de acompanhamento extraordinário do desempenho econômico, sem o que não te-

remos como fazer o planejamento dos socorros e a verificação de sua eficácia. Precisamos de medidas novas e urgentes na economia, assim como precisamos de medidas melhores da epidemia e seus remédios: quantas UTIs estão ocupadas, quantos ventiladores respiratórios temos e vamos arrumar. Países vizinhos, aqui da América do Sul, têm um acompanhamento melhor do que o nosso. Na economia, precisamos de monitores de batimentos cardíacos, oxigenação e temperatura, aparelhos de UTI, de medidas de alta frequência. Não é brincadeira estatística. É instrumento para planejar a economia de guerra nos meses que virão (aérr?). Não vai bastar socorrer. Desde já, é preciso pensar na reconstrução, até para evitar desânimo industrial maior. viniucis.torres@gupofolha.com.br

Gasolina na refinaria caiu mais preços de 2005

Na terça (14), Petrobras anunciou nova redução, de 8%; no entanto, redução chega a 48%, mas na bomba queda é bem menor

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Os preços da gasolina e do diesel nas refinarias da Petrobras chegaram nesta quarta (15) ao menor valor desde ao menos 2005, segundo dados compilados pelo CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) e corrigidos pela inflação do período. Na terça (14), a estatal anunciou cortes de 8% no preço da gasolina e 6% no preço do diesel, acompanhando o recuo das cotações internacionais do petróleo em meio ao novo coronavírus. No primeiro caso, é o décimo corte do ano. No segundo, o nono. Desde o início de janeiro, a gasolina já caiu 48% nas refinarias da Petrobras, chegando a R\$ 0,99 por litro. O diesel tem queda acumulada de 35% e é vendido, em média, a R\$ 1,52 por litro. No início de 2005, os produtos eram vendidos pela estatal, em valores corrigidos, a R\$ 1,92 e R\$ 2,14 por litro, respectivamente.

O movimento reflete o excedente global de petróleo e combustíveis, fruto da redução da demanda e de divergência entre os exportadores sobre cortes na produção, que levou a cotação do Brent, referência internacional de preços, ao menor valor em 18 anos na terceira semana de março. Com possibilidade de acordo entre Arábia Saudita e Rússia, os dois maiores exportadores, as cotações se recuperaram nas últimas semanas. Nesta quarta (15), porém, voltaram a cair: negociado em Londres, o barril do Brent fechou o pregão a US\$ 28,07. Antes do ciclo de queda atual, o momento anterior de gasolina mais barata nas refinarias da Petrobras ocorreu em julho de 2017, quando o litro do combustível foi vendido a R\$ 1,38, em valores corrigidos pela inflação. No caso do diesel, o menor preço foi verificado em agosto de 2017: R\$ 1,69. Naquele ano, os preços o pe-

tróleo era negociado na casa dos US\$ 50 por barril, valor que levou a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) a promover cortes de produção. No ano seguinte, com a disparada das cotações internacionais, os preços nas refinarias tiveram alta histórica, cenário que levou à greve dos caminhoneiros. Em maio daquele ano, o diesel chegou a sair das refinarias da estatal a R\$ 2,55 por litro. A gasolina atingiu o pico de R\$ 2,38 em setembro. Ao contrário de outros ciclos de queda no passado, o atual não chegará a beneficiar muitos consumidores, já que grande parte da população vive em estados ou municípios com restrições à movimentação. "É um momento inédito, de preços baixos e consumo baixo", diz Adriano Pires, diretor do CBIE. No Brasil, as primeiras semanas de isolamento derrubaram as vendas de gasolina em 60%, segundo estimativas

da Petrobras. Para evitar gargalos na infraestrutura de armazenamento, a estatal reduziu a produção em suas refinarias. "O repasse ao consumidor dos cortes nos preços da gasolina e do diesel nas bombas caiu cerca de 8% em um mês. Considerando valores corrigidos pela inflação, o preço médio da gasolina nos postos brasileiros (R\$ 4,15 por litro) é o menor desde agosto de 2017. Já o diesel (R\$ 3,34) está no menor patamar desde julho do mesmo ano. O cenário lógico usinas de cana-de-açúcar a pedir socorro ao governo para enfrentar a concorrência com a gasolina. Entre as medidas em estudo, estão a isenção de PIS/Cofins sobre o etanol hidratado e a concessão de crédito para estoque do produto enquanto o consumo não volta.

Osetor quer também elevação da alíquota da Cide sobre a gasolina, hoje em R\$ 0,9 por litro. A medida já vinha sendo estudada pelo MME (Ministério de Minas e Energia) antes do início da pandemia, como alternativa para reduzir o repasse de volatilidades internacionais ao consumidor. A ideia é cobrar um tributo maior quando a gasolina está barata e reduzir a alíquota em momentos de picos de preços. Para especialistas, se a medida fosse tomada, o momento seria ideal. Defensor da proposta, Pires argumenta que o consumo atual não é tão atrelado aos preços, já que só está na rua quem precisa trabalhar. "Além disso, geraria recursos para estados, municípios e para a própria União enfrentar a crise", diz. Ele propõe que o imposto seja elevado na mesma proporção dos cortes promovidos nas refinarias. Proposta, porém, enfrenta resistência de distribuidores, pelo potencial de gerar mais

perdas nas vendas de gasolina, do Ministério da Economia e da própria Petrobras, que veem no uso da Cide um instrumento artificial para regular o mercado. O próprio presidente Jair Bolsonaro chegou a negar a possibilidade de aumento do tributo no início de março, após as primeiras declarações favoráveis do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, à proposta. A queda da gasolina nos postos reduz ainda mais a arrecadação dos estados, que já sofrem também efeitos do surto dos consumidores. O ICMS sobre os combustíveis, que é parcela relevante da receita estadual, é calculado sobre um preço de referência reajustado a cada 15 dias com bom preço de bomba. Para a segunda quinzena de abril, ainda que em ritmo lento, 21 estados reduziram o preço de referência. O MME não respondeu ao pedido de entrevista.

SPOM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITALAR... SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTES COM AMBULÂNCIA DO TIPO SUPOORTE AVANÇADO... AMBIM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE MATERIAS DE DEFESA E SEGURANCA...

BIÓDIA SAÚDE LTDA. NOTIFICAÇÃO PÚBLICA. Para fins de cumprimento do Art. 1º da Lei nº 9.998/00, e de Súmula Normativa 28/2019 da ANS...

Capgemini Brasil S.A. CNPJ/MF: 05.999.103/0001-03 - INSC: 06.300.178/015. Convênio: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária...

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT. CONVOCACAO DE ACIONISTAS ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convocados os acionistas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT...

ALIANÇA SONAE. CONVOCACAO DE ACIONISTAS ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Para fins de cumprimento do Art. 1º da Lei nº 9.998/00, e de Súmula Normativa 28/2019 da ANS...

ALIANÇA SONAE. CONVOCACAO DE ACIONISTAS ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Para fins de cumprimento do Art. 1º da Lei nº 9.998/00, e de Súmula Normativa 28/2019 da ANS...

Atraso no pacote prejudica área da saúde

Ajuda aos estados, preservada a responsabilidade fiscal, precisa ser concretizada com rapidez

O Globo · 16 abril 2020

Acontaminação política do fundamental socorro do Tesouro aos estados e municípios só pode ser superada, por óbvio, pela negociação. Um exercício sempre difícil para um governo cujo presidente despreza a política. Mas não resta outra saída.

A grande distância entre o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, sob a condução do seu presidente, Rodrigo Maia, e a posição da equipe econômica do governo precisa ser encurtada ou eliminada à base de conversas e concessões.

As cifras são díspares: R\$ 77,4 bilhões das medidas do governo; R\$ 89,6 bilhões da parte dos estados. Mas as diferenças vão além dos números.

O longo histórico de governos estaduais relapsos na gestão de suas contas, irresponsáveis no zelo pelo equilíbrio fiscal, causa justificados ruídos na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. A ideia dos governadores, acolhida na Câmara, de um programa de ajuda por seis meses — e não três, como tem sido com outras áreas — não é aceita pelo governo.

Tampouco, o conceito de “seguro”, pelo qual a cada mês seria calculado quanto faltaria para os estados e municípios terem no ICMS e ISS receita idêntica à do mesmo período do ano anterior, e seria despachada para o Tesouro a conta com a diferença.

Na visão compreensível da equipe econômica, trata-se de um “cheque em branco”, para estados e municípios manterem receitas sem qualquer esforço de ajuste, como se a crise do coronavírus só existisse para a União e a sociedade. Ressalvados os funcionários públicos, cujos empregos e salários continuam preservados, apesar de um cataclismo histórico.

A proposta correta da equipe econômica de pelo menos não haver reajuste dos servidores durante dois anos não transita com facilidade no Congresso, onde corporações sindicais, principalmente do funcionalismo, têm longa tradição de influência.

A contaminação política se dá de maneira clara nesta questão do “seguro”, porque o mecanismo é adequado aos estados e municípios das regiões mais ricas (Sudeste, Sul). Nelas estão possíveis concorrentes de Bolsonaro em 2022, e estados e municípios que dependem das arrecadações de ICMS e ISS. Enquanto nas regiões mais pobres (Norte, Nordeste), prefeitos e governadores vivem basicamente dos Fundos de Participação (FPE, FPM), já contemplados no primeiro pacote de ajuda à Federação.

Se a burocracia estatal atravanca a distribuição das três parcelas de R\$ 600 aos trabalhadores informais, dificuldades políticas atrasam o fechamento de um acordo para a liberação do socorro fundamental do Tesouro para estados e municípios. Sem ele não chegam os necessários recursos na ponta dos hospitais e de toda a estrutura de saúde pública, onde aumenta o risco de colapso à medida que cresce o número de infectados.

Disputa prejudicial

O Globo · 16 abril 2020 · oglobo.globo.com/opiniaao/ cartas@oglobo.com.br MERVAL PEREIRA oglobo.globo.com/blogs/merval-pereira editoria.artigos@oglobo.com.br

A decisão sobre a ajuda financeira da União a estados e municípios está sendo postergada devido a uma disputa política que de um lado opõe a Câmara ao Ministério da Economia, e de outro o governo federal aos estados que mais fazem oposição ao governo, como os do Sudeste, entre eles São Paulo e Rio de Janeiro.



A aprovação ampla da proposta da Câmara dificultará o trabalho do governo junto ao Senado para que a proposta seja modificada, mas uma negociação da equipe econômica com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pode resultar em ganho para o governo, já que os senadores se recusam a apenas carimbar a proposta vinda da Câmara.

O relator do projeto da Câmara, deputado Pedro Paulo, diz que o fundamental para ele é prevalecer o conceito do seguro-receita, e não o valor em si. Ele lembra que os estados e municípios têm um papel capital no combate ao coronavírus, porque comandam um sistema de postos de saúde, de UPAs 24 horas, de hospitais estaduais e municipais.

O Ministério da Economia quer colocar uma limitação de R\$ 40 bilhões nesse auxílio por três meses, mas a Câmara alega que esse dinheiro não será suficiente: “Eles vão ter que renovar esse investimento, é muito mais complicado do que se basear num conceito”, alega Pedro Paulo.

O governo federal editou uma medida provisória que garantiu aos estados e municípios a parcela do Fundo de Participação de Estados e Municípios, mas também colocou um teto para essa garantia. Pedro Paulo alega que estados e municípios do Norte e Nordeste são os mais beneficiados por esses fundos, enquanto os estados de outras regiões, como o Sudeste, o Sul, o Centro-Oeste, onde as receitas mais importantes são o ICMS e o ISS, terão mais dificuldades para recompô-las.

No Rio Grande do Sul, o FPE significa 6% das receitas, no Rio de Janeiro 4%, em São Paulo 0,5%, em Minas 5%. “É preciso garantir essa previsibilidade para que os estados possam comprar medicamentos, dar segurança aos médicos de que eles terão seus salários em dia, garantir que esses serviços vão funcionar”. Nesses centros urbanos no Sudeste e no Sul é onde há a maior aglomeração de pessoas e a maior incidência da Covid-19 e de mortes, lembra Pedro Paulo.

Ele argumenta que o congelamento de salários dos servidores, que o governo sugere como contrapartida, seria uma desnecessidade, mas lembra que o governo editou a medida provisória dos Fundos de Participação e não colocou nenhum tipo de vedação sobre o salário dos servidores. “Uma economia que pode ser gerada pela contenção do salário não faz nenhuma diferença”, afirma, e reforça que os estados terão dificuldade para expandir a despesa de pesso-

al por uma regra simples. “As receitas estão caindo, e as despesas têm um limite da receita corrente líquida dos estados (60%)”.

Além do mais, argumenta Pedro Paulo, o governo acaba de enviar para o Congresso a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sem incluir cortes nos salários dos servidores, apenas congelou o salário-mínimo.

Ele contesta também o critério proposto pela equipe de Paulo Guedes de distribuir o dinheiro pela renda per capita, pois estados como Goiás, em que o ICMS representa 80% da receita, tem apenas 7 milhões de habitantes, enquanto outros dependem menos do ICMS e receberiam mais do que o necessário.

Garantir o arrecadado no ano passado a cada estado e município seria um princípio mais coerente. O governo alega que seria desigual fazer a recomposição das receitas, pois os estados mais ricos seriam beneficiados. Pedro Paulo argumenta que “precisamos ajudar também os estados que dependem mais dos impostos”, lembrando que muitos municípios vivem do que arrecadam dos Fundos de Participação, enquanto outros arrecadam impostos para a economia andar.

Pedro Paulo garante que não haverá a “farra do ICMS”, como teme a equipe econômica, pois os benefícios do ICMS são os mais regulados. Dependem de aprovação do Confaz e todos os convênios são divulgados em um portal a que todos têm acesso. Sem contar que o Ministério da Economia que preside o Confaz. “Não há benefício de ICMS que passe despercebido. Os estados se fiscalizam mutuamente”.

Garantir o arrecadado no ano passado a cada estado e município seria um princípio mais coerente

AJUDA EMPERRADA

Disputas no Congresso e com governo atrasam medidas

O Globo · 16 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA marcello.correa@oglobo.com.br

As disputas entre governo, Câmara e Senado atrasaram o andamento de medidas inicialmente apresentadas como urgentes para o combate à crise do coronavírus. Aguardado com ansiedade por governadores e prefeitos, o plano de socorro a estados e municípios enfrenta dificuldades para sair do papel pela falta de apoio da equipe econômica e por uma batalha por protagonismo entre as Casas do Congresso. Em outra frente, a proposta aprovada por deputados para criar um Orçamento de guerra e flexibilizar gastos emergenciais esbarra em contestações por parte dos senadores a respeito do impacto da medida sobre a atuação do Banco Central (BC). As demandas para combater a pandemia, por sua vez, se multiplicam, à espera da concretização dos projetos.

A necessidade de ajuda extra a estados e municípios foi apresentada por gestores locais sem meados de março, logo após a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar a pandemia. Alguns pedidos chegaram a ser atendidos, como a recomposição das perdas dos Fundos de Participação de Estados e Municípios (FPE e FPM). Também foram liberados recursos para a Saúde e para a Assistência Social.

O repasse de recursos livres, no entanto, está emperrado. Depois de três tentativas, a Câmara aprovou um projeto para que a União compense perdas na arrecadação de governos locais. A ideia foi rechaçada pela equipe econômica, que passou a negociar com o Senado uma alternativa. Até ontem, se analisava se o impasse seria destravado por medida provisória (MP) ou projeto de lei.

Enquanto isso, o Orçamento

de guerra —necessário para viabilizar as despesas extras da União — está demorando a sair. A proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do assunto foi aprovada pela Câmara há duas semanas. Quando chegou ao Senado, no entanto, empacou por ter aberto a possibilidade de que o BC compre títulos. O ajuste de technicalidades vai obrigar que o texto, aprovado em primeiro turno no Senado, volte a ser analisado pelos deputados.

A PEC é fundamental para dar munição ao governo para expandir gastos públicos, pois suspende algumas regras fiscais, como a que impede a União de se endividar para abancar despesas correntes. Ao anunciar o auxílio emergencial a trabalhadores informais, em março, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a fazer um apelo para que deputados e senadores votassem o texto “em 48 horas” para que o benefício fosse pago.

Senado assume dianteira de plano de socorro a estados

Guedes negocia para emplacar projeto elaborado por equipe econômica. Proposta reforça concorrência entre as duas Casas do Congresso

O Globo · 16 abril 2020 · BRASÍLIA (Marcello Corrêa e Amanda Almeida)

Os senadores aprovaram em primeiro turno texto que permite aumento de despesas públicas para combater o vírus. Segundo turno será amanhã. Devido às alterações feitas, projeto terá que voltar aos deputados. Disputa entre governo federal, Senado e Câmara vem adiando medidas urgentes.



Em franca disputa com a Câmara, o Senado decidiu assumir a dianteira do plano de socorro a estados e municípios e negocia com o governo uma solução conjunta para destravar a medida. Em uma frente, definiu que o projeto sobre o assunto aprovado na segunda-feira pelos deputados e criticado pela equipe econômica será anexado a um texto apresentado em março pelo senador Antônio Anastasia (PSD-MG). Em outra, negocia diretamente com a equipe econômica a edição de uma medida provisória para tratar do assunto. As ações dão mais protagonismo à chamada Casa da Federação no debate sobre o pacote.

Na prática, a proposta que sair da nova rodada de negociações terá a assinatura dos senadores e esvazia o papel do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na condução das discussões. Segundo fontes, a equipe econômica participa da construção do projeto. Após se desentender com Maia, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem negociado com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que prefere a edição de uma MP, que tem força de lei imediatamente.

O pedido para anexar o texto da Câmara foi feito pelo senador Esperidião Amin (PPSC). Na avaliação do parlamentar, o Senado deve ter o “tempo necessário” para analisar a medida. Ele

destacou que a proposta aprovada pela Câmara teve como base um texto enviado pelo governo em junho do ano passado e agradeceu a Alcolumbre por aceitara sugestão.

—Os deputados Pedro Paulo (relator do texto da Câmara) e Rodrigo Maia são muito talentosos, mas o Senado tem que cumprir sua primeira obrigação constitucional, que és era Casada Federação— afirmou Amin.

Guedes vê na negociação pelo Senado uma oportunidade de aprovara proposta alternativa de auxílio aos estados elaborada por sua equipe. O texto da Câmara desagrada ao ministro por prever que a União compense por seis meses a perda de arrecadação de ICMS (nos estados) e ISS (nos municípios). A ideia é considerada um “cheque em branco” para governadores e prefeitos.

Nas contas da Câmara, o projeto teria impacto de R\$ 89,6 bilhões, caso as perdas de receita sejam de 30%.

Em vez disso, o ministro defende a transferência de valores fixos aos governos locais, divididos de acordo com o tamanho da população. O pacote de Guedes seria de R\$ 77,4 bilhões, sendo R\$ 40 bilhões em repasses diretos e R \$37,4 bilhões resultado da suspensão da dívida de estados e municípios coma União e com bancos públicos federais.

A preferência de governadores, no entanto, é pelo texto da Câmara. Ontem, os chefes de Executivo locais enviaram carta a senadores pedindo “aprovação imediata” do projeto dos deputados.

Os técnicos da equipe econômica estão preocupados como pacote aprovadona Câmarapor causados eu impacto fiscal. Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, admitiu pela primeira vez que o governo pode ter dificuldades para financiara dívida. Esse ponto é importante porque, como o país está com déficit nas contas públicas, todos os gastos extras são bancados com empréstimos.

IMPACTO DE ATÉ R\$ 140 BI

Para obter esses recursos, no entanto, o Tesouro precisa oferecера investidores títulos públicos. Op roble maé que, no cenário atual, esse tipo de operação tem sido mais difícil.

Segundo os cálculos da pasta, o impacto total do texto aprovado pela Câmara chegaria aR \$93 bilhões, caso a perda de arrecadação dos estados e municípios se jade 30%. Mas pode passar de R\$ 140 bilhões, se aqueda forde 50%. Acada 10% de queda nas receitas dos entes, a conta para a União aumentaria em R\$ 28 bilhões.

O peso dessa conta já começa a ser considerado por senadores. Um dos representantes do Rio na Casa, Arolde de Oliveira (PSDRJ), já se posicionou contra o texto da Câmara:

—A União vai ser uma espécie de seguradora da farra que eles (estados) vão fazer.

Já Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) acredita que a medida até seria possível, mas defende a necessidade de firmar alguma contrapartida dos governos locais.

—Não é possível que estados e municípios passem por isso como se nada tivesse acontecido — diz o parlamentar, relator de uma das propostas de ajuste fiscal apresentadas em 2019 pelo governo.

O caso gaúcho e a proposta oficial

O Globo · 16 abril 2020 · MÍRIAM LEITÃO oglobo.com.br/economia/miriamleitao miriamleitao@oglobo.com.br Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

O Rio Grande do Sul deve perder este mês de abril R\$ 850 milhões de arrecadação. Pela proposta do governo, ele receberia de compensação de ICMS R\$ 300 milhões e pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) ele recebe R\$ 30 milhões. O caso gaúcho põe em xeque a proposta do Ministério da Economia. É um estado que tem feito ajuste fiscal e aprovou mais reformas do que o governo federal. No FPE, ele recebe apenas 1,6% do rateio, por ser um dos estados mais ricos, na divisão pela população ele fica com um valor pequeno porque tem apenas 5% da população.



– O valor é extremamente insuficiente, não vai chegar nem a um terço da perda que agente terá. Mas independentemente do valor, eu acho que o rateio pela população não faz sentido – diz o secretário de Fazenda, Marco Aurélio Cardoso.

O debate agora será travado no Senado entre a proposta da Câmara, de compensação da perda de ICMS por seis meses, e a ideia do Ministério da Economia, de R\$ 40 bilhões (R\$ 19 bilhões para os estados e R\$ 21 bilhões para os municípios) ao longo de três meses. A Câmara aprovou a distribuição pelo critério de arrecadação, o governo quer que a divisão seja pelo tamanho da população.

O secretário Bruno Funchal, do Ministério da Economia, diz que o maior problema do projeto da Câmara é o artigo segundo, que estabelece esse “seguro total”. Ou seja, o Tesouro cobriria tudo o que o estado e a cidade perdessem nesses dois impostos, ICMS e ISS.

– Ele abre um espaço grande de incerteza e de incentivo à má gestão tributária quando faz um seguro total – diz Funchal.

O secretário gaúcho discorda e acha que não se respeitou a lógica.

– Cada imposto de origem tem sua lógica de distribuição. O Fundo de Participação dos Estados não foi feito pela população, mas pelo rateio que tem como objetivo a redistribuição de renda.

Pegam-se os impostos de renda e da indústria, pagos no Sul e no

Sudeste, para transferir para os estados de menor renda e população. Ele vai 80% para o Norte e o Nordeste. Não me parece fazer sentido recompor assim o FPE, e quando o ICMS usar-se o critério de população – diz Marco Aurélio.

O Rio Grande do Sul tem sido apontado pelos economistas fiscalistas como um exemplo de ajuste. Fez uma reforma da previdência com mais potência fiscal que a federal, fez a reforma administrativa, enquanto o governo federal sequer apresentou a sua. E estava se preparando para o regime de recuperação fiscal quando veio a pandemia. A Secretaria de Fazenda montou um sistema de monitoramento diário de imposto por imposto. E tem tornado público por boletins semanais. Registra quedas expressivas, de 25% a 30% na indústria e no varejo. Com-

bustível está caindo o preço e ade manda. Só cresceram vendas de farmácias e supermercados, 10%. IPVA caiu 18%, Imposto de Transmissão, 69%, mas esses são menos importantes. O ICM Sé queé fundamental.

Bruno Funchal foi secretário de Fazenda do Espírito Santo, sucedendo Ana Paula Vesco vi,u mesta do queé único nota A em qualidade do crédito. Hoje está no Ministério da Economia. Ele defende a proposta do governo como sendo a que evitaria o risco de uma farra fiscal:

– A regra de transferência com o critério per capita está associada à maior chance de contágio e de problemas de saúde e econômicos, m ases senãoéo ponto principal. O principal é que ao se dar o seguro há risco de diferimento (adiamento da cobrança) de imposto para maximizara transferência.

Marco Aurélio argumenta que isso não é possível:

– A preocupação é legítima, mas já está no projeto. OPL aprovadona Câmara proíbe diferimentos anão ser nos casos sugeridos pelo próprio governo, como o Simples Nacional e para produtos ligados à área da saúde. O ICM Sé o imposto mais regula dodo Brasil, porque tudo passa pelo Confaz e tem que ter unanimidade. Se eu quiser dar um incentivo te nhoque ter a aprovação da Bahia. E o ministro da E cono miaéop residente do Confaz. O ICMS é 68,8% da receita corrente líquida do Rio Grande do Sul. Não tem sentido brincar com um imposto que representa essa arrecadação.

A discussão técnicaéesta.M aso que quer almen te envenenou o debate foi abrig apolítica. E ela ainda não cessou.

Caso do Rio Grande do Sul é exemplar: fez forte ajuste fiscal, mas receberá fração do que precisa pela ideia do governo de compensação

Senado aprova 'Orçamento de Guerra' em 1º turno

Segunda etapa de votação será na sexta-feira. Texto ainda terá de voltar para a Câmara dos Deputados por causa da inclusão de restrições para a compra de títulos de empresas por parte do Banco Central

O Globo · 16 abril 2020 · GABRIEL SHINOHARA, AMANDA ALMEIDA E ISABELLA MACEDO economia@oglobo.com.br BRASÍLIA rating.

Quase duas semanas depois de a Câmara dos Deputados ter aprovado em dois turnos a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o chamado “Orçamento de guerra”, o Senado Federal aprovou ontem, em primeiro turno, o texto que permite a ampliação das despesas públicas para combater o coronavírus, sem as amarras que hoje restringem os gastos federais. O projeto, que na sexta-feira será votado em segundo turno, é aguardado pela equipe econômica como um respaldo às ações que estão sendo adotadas para mitigar os efeitos sociais e econômicos da pandemia do coronavírus.



O projeto foi aprovado com 58 votos a favor e 21 contra, com uma abstenção. O relator Antônio Anastasia (PSDMG) fez várias modificações no texto aprovado pela Câmara, que, por isso, terá de retornar para análise dos deputados. Uma das principais alterações diz respeito à autorização para que o Banco Central (BC) compre títulos públicos e privados diretamente no chamado mercado secundário, como fazem os principais BCs do mundo. O tema causou polêmica entre os parlamentares, o que levou o relator a colocar algumas amarras às operações. Esse aumento do poder de fogo do BC havia sido pedido pela própria autoridade monetária, afim de possibilitar ações mais eficazes no combate aos efeitos econômicos da crise do coronavírus. Com um resultado positivo de R\$ 85,5 bilhões em 2019 —fruto de operações como compra e venda de dólares—, o BC quer poder comprar papéis de instituições financeiras, de modo a injetar recursos diretamente no mercado e, em última instância, estimular a concessão de crédito.

'RATING' MÍNIMO

O projeto aprovado pela Câmara já estabelecia que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, prestasse contas ao Congresso e que os instrumentos só pudessem ser usados durante a pandemia. Boa parte dos senadores, porém, temia que essa nova prerrogativa do BC levasse a gastos desenfreados e sem garantias seguras, colocando em risco o dinheiro público. Anastasia adicionou amarras mais duras a essas operações.

Ficou estabelecido que os títulos comprados pelo BC deverão ter uma qualidade mínima, aferida por agências de classificação de risco. Só poderão ser comprados títulos de empresas classificadas como, no mínimo, "BB-" por umas das três maiores agências internacionais (Fitch, Moody e Standard & Poor's). Essa anotação, já de nível especial, é a que o Brasil tem em duas das três agências. Na prática, o volume de empresas elegíveis poderá diminuir, já que a crise causada pela pandemia pode levar ao rebaixamento da nota de várias companhias brasileiras.

Além disso, o texto prevê que o BC deverá, diariamente, tornar públicas as operações que fizer e prestar conta delas aos parlamentares a cada 30 dias. O Congresso também poderá sustar qualquer decisão "em caso de irregularidade ou extrapolação dos limites desta Emenda Constitucional". Para evitar a votação de dois estuques, Anastasia acrescentou à PEC a determinação de que as empresas que forem beneficiadas por programas do governo destinados a combater os efeitos da crise deverão ter "compromisso de manutenção dos empregos".

No início da sessão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), respondeu a uma questão de ordem do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Ele argumentava que não se pode votar uma PEC por meio remoto. Nas últimas semanas, outros senadores também se mostraram incomodados com isso. Alcolumbre decidiu que, pela excepcionalidade do momento, em função da pandemia, esse tipo de votação deve ser aceito:

—A ideia de mudar a Constituição durante a calamidade pública não é algo que se possa fazer em momentos excepcionais exigem medidas excepcionais, e essa nova forma de deliberação à distância é a prova de tudo isso.

SEM GABINETE DE CRISE

Para destravar a votação, o governo também editou ontem uma medida provisória (MP) que suprime um dispositivo da MP 930, de 30 de março, que dava imunidade aos gestores do BC para tocar suas atividades, salvo em caso de dolo ou fraude. Lideranças partidárias haviam colocado essa condição para votar a PEC.

Na parte do Orçamento, a proposta dará segurança jurídica ao governo para gastar o que for necessário nas medidas de combate ao coronavírus. O relator prevê que os gastos devem constar na prestação de contas anual da Presidência da República na programação orçamentária da União. Anastasia também eliminou a criação do gabinete de crise, proposta pelos deputados. Para o senador, o presidente já tem a competência constitucional de coordenar as ações do Poder Executivo.

Justiça proíbe banco de aumentar juro e alterar condição de crédito

Ministro do STF suspende em liminar cobrança de tarifa do cheque especial

O Globo · 16 abril 2020 · GABRIEL SHINOHARA gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA E SÃO PAULO (Colaborou João Sorima Neto)

Duas decisões tomadas ontem pelo Poder Judiciário reduzirão custos bancários dos consumidores brasileiros. Sentença do juiz Renato Coelho Borelli, da 9ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, proibiu que os bancos aumentem suas taxas de juros e alterem as exigências para conceder empréstimos e financiamentos. Em outra frente, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes suspendeu a cobrança da tarifa do cheque especial praticada por instituições financeiras mesmo que o serviço não seja utilizado. Essa taxação foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em novembro do ano passado na mesma resolução que limitou as taxas de juros do cheque especial a 8% ao mês.

A decisão de Gilmar foi por meio de liminar e ainda deve ser votada pelo plenário da Corte, mas o julgamento ainda não está marcado. Já a sentença da 9ª Vara Cível de Brasília, em primeira instância, acolhe pedido do PDT contra medidas do Banco Central (BC) que diminuíram o valor que os bancos são obrigados a manter em reservas, os chamados depósitos compulsórios.

Como medida para mitigar os efeitos da crise do coronavírus na economia, o BC tem diminuído a porcentagem dos depósitos compulsórios. A intenção é disponibilizar mais recursos para que os bancos façam suas operações e também possam conceder mais empréstimos, por exemplo. No pedido, o PDT alega que esses recursos não foram utilizados pelas instituições financeiras para esse propósito, e sim acabaram retidos no caixa dos bancos.

FEBRABAN CRITICA DECISÃO

A decisão do juiz determina que o BC adote medidas para condicionara liberação de recursos à “efetiva apresentação de novas linhas e carteiras de crédito a favor do mercado produtivo interno por parte dos bancos a serem beneficiados”. Ao encerrar sua decisão, o juiz citou que os bancos não poderão aumentar os juros cobrados dos consumidores:

“Defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar que todas as instituições do Sistema Financeiro Nacional se abstenham de aumentara taxa de juros ou intensificaras exigências para a concessão de crédito”, escreveu.

Já em sua decisão liminar contra a cobrança do cheque especial, o ministro Gilmar Mendes avalia que o CMN poderia ter escolhido soluções que trariam menos custos ao consumidor do que a nova tarifa. Gilmar considerou que o cheque especial é mais utilizado por clientes de poder aquisitivo menor, o que representaria potenciais perdas para a vida financeira dessas pessoas.

Em nota, a Febraban, entidade que representa os bancos, considerou que a judicialização generalizada das relações entre consumidores e bancos não é o melhor caminho.

“No geral, as taxas de juros têm se mantido estáveis nas principais linhas do varejo para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, com alguma oscilação no atacado em razão do forte impacto da crise no preço dos ativos”, afirmou a entidade em nota.

A Advocacia-Geral da União não quis adiantar se irá recorrer das duas medidas, limitando-se a dizer que se posicionará “somente em juízo”, e o BC não quis comentar.

BNDES quer dividir risco de socorro a grandes empresas

Banco público busca outras instituições para financiar setores em dificuldades, como o de aviação, e minimizar críticas

O Globo · 16 abril 2020 · RENNAN SETTI E GLAUCE CAVALCANTI economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA out, live. Geralda Doca) earn (Colaborou

Incumbido da tarefa de socorrer empresas em dificuldades com a crise do coronavírus, o BNDES concluiu que não fará isso sozinho. O banco de fomento decidiu dividir o risco das operações com outras instituições, credores e acionistas da companhia. A estratégia, revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pelo GLOBO, aumenta a abrangência da ajuda e reduz o espaço para questionamentos sobre uma eventual mudança de rumo na instituição, que buscava reduzir sua participação no financiamento de grandes empresas. Mas há o temor de que esse modelo crie entraves ao processo, inclusive no de socorro às companhias aéreas, que negociam com o banco de fomento há semanas.



O BNDES prefere a participação de outros agentes financeiros porque, assim, consegue diluir seu risco. De acordo com uma fonte do banco, a ideia é ajudar mais companhias sem elevar o volume de recursos públicos na ação. Os executivos do BNDES acreditam ainda que um consórcio de instituições, muitas delas credoras das empresas em dificuldade, referendaria a estratégia, diminuindo críticas. O banco não quer escolher sozinho quem será salvo, o que poderia levar à acusação de repetir a política de “campeões nacionais” dos governos Lula e Dilma, criticada por economistas liberais como os da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo fontes, bancos como Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil poderiam participar das operações.

AÉREAS TÊM PRESSA

Além disso, como alguns mecanismos estudados resultarão em participação acionária no futuro, o BNDES quer evitar que o socorro leve a uma concentração de ações no seu balanço justa-

mente quando tenta se desfazer de uma carteira bilionária de papéis. No caso da aviação, por exemplo, o BNDES se tornaria acionista relevante em todas as companhias se entrasse sozinho. Mas o BNDES não abre mão de instrumentos que se desdobrem em participação acionária. Segundo uma fonte, é essencial que o acionista da empresa socorrida também dê sua contribuição, sendo diluído. Procurado, o BNDES não quis se pronunciar.

Uma fonte do setor aéreo teme que a exigência de que outros agentes participem das operações atrase ainda mais o plano. Após queda de 90% na oferta de voos e o fim de praticamente todas as rotas internacionais, as aéreas vivem sua crise mais aguda. Têm pressa.

Gol e Latam reduziram salário e jornada dos tripulantes, com cortes que, na prática, encolhem em até 80% a remuneração, segundo o Sindicato

Nacional dos Aeronautas. A Azul suspendeu o pagamento de aluguel de aviões e tem 10,5 mil dos 14 mil funcionários em licença não remunerada.

Ontem, o conselho da Latam recomendou adiar o pagamento de dividendos. Já a Gol fez acordo com a Boeing em razão do aterramento dos 737Max, com uma compensação em valor não divulgado, e cancelou 34 de 129 encomendas de aviões da fabricante.

— O indicativo que há hoje sobre quanto tempo poderiam operar sem ajuda é o caixa. Pelo nosso cálculo, seriam seis meses para a Azul e quatro para a Latam — avalia Thaís Cascello, analista do Itaú BBA.

Apesar da situação dramática, as negociações com o BNDES estão travadas, segundo um executivo do setor aéreo.

O principal entrave é a definição do preço de referência para as ações das companhias. O BNDES exige que o parâmetro seja o valor atual, depreciado pela crise, enquanto empresários pressionam pelo patamar pré-crise. Isso vai definir a fatia que o banco terá na companhia no futuro.

— O BNDES quer ter uma dívida de mercado. Mas isso não é possível se não existe mercado neste momento — disse outro executivo.

Segundo as fontes, a intransigência do BNDES se deve ao temor de processo no Tribunal de Contas da União (TCU), que, no passado, já questionou transações semelhantes. Uma saída seria trazer o TCU para a mesa de negociações, disse um dos envolvidos nas conversas. Além disso, pode-se instituir uma cláusula do tipo comum em fusões, que posterga a fixação de preço a um momento que reflita melhor o valor da companhia.

Segundo John Rodgerson, presidente da Azul, não há proposta formal do BNDES.

— O entendimento é ter um acordo que vai ser justo, que remunera o dinheiro que nos vai ser dado — disse o executivo ontem, em uma

As aéreas, contudo, precisam urgentemente fortalecer o caixa para a retomada, diz Daniela Bretthauer, analista da Eleven Financial:

— A despesa delas é hoje uma folha reduzida. O empréstimo emergencial vai ser mais importante daqui a seis meses, porque será preciso ter caixa para a retomada.

Governo prevê rombo de R\$ 150 bi nas contas de 2021

Para ministério, déficit será ainda maior que estimativa enviada ao Congresso. Sem ganho real, salário mínimo será de R\$ 1.079

O Globo · 16 abril 2020 · MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O impacto da crise provocada pela pandemia de coronavírus nas contas públicas vai se estender pelos próximos anos. O governo estimou ontem um déficit de R\$ 150 bilhões em 2021, o equivalente a 1,84% do PIB e o dobro do que estava previsto. Ainda assim, a equipe do Ministério da Economia já admite que o resultado no ano que vem deve ser ainda pior, a depender da evolução da crise e das medidas que serão adotadas.

SEM CONTINGENCIAMENTO

A meta fiscal consta do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2021, enviado ao Congresso ontem, último dia do prazo legal. O governo já colocou no projeto que a previsão poderá ser alterada a partir de novas estimativas de receita e de despesas.

No projeto, o governo propôs um salário mínimo de R\$ 1.079 em 2021. O número foi fechado tomando como base um reajuste sem ganho real para os trabalhadores. A opção foi estabelecer apenas a inflação medida pelo INPC. Hoje, o salário mínimo está em R\$ 1.045. Pelas previsões do governo, o INPC neste ano será de 3,19%. A tendência, por outro lado, é que a inflação fique mais baixa, o que também pode reduzir esse valor para o mínimo.

O projeto da LDO apresentado ontem também não vai permitir o bloqueio de gastos, conhecido como contingenciamento. Isso é decorrente de uma mudança na metodologia de apuração da meta fiscal. O resultado previsto está ancorado apenas na despesa, o que o governo consegue controlar. Serão feitos relatórios bimestrais. Se a receita cair, o resultado também piora, mas sem necessidade de contingenciamento, como ocorreu nos últimos anos.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse que, como o ritmo de recuperação da economia é “muito incerto” nos próximos anos, o governo vai acelerar a busca de receitas extraordinárias com privatizações e concessões. O objetivo é evitar uma alta maior da dívida pública. A previsão oficial do governo para este ano é de um déficit de R\$ 501,7 bilhões, mas Mansueto já admite que pode superar R\$ 600 bilhões.

Até ontem a estimativa era de um rombo de R\$ 68,5 bilhões em 2021 e de R\$ 31,4 bilhões em 2022. Agora, o governo prevê uma piora generalizada no quadro das contas públicas. Além da atualização da meta para 2021, a previsão para 2022 agora é de um déficit de R\$ 127 bilhões. Em 2023, o rombo cairia para R\$ 83 bilhões. Com isso, o país completará dez anos seguidos de déficit nas contas públicas.

‘Invisíveis’ são 40% da população em idade ativa

Grupo de informais fora de cadastros do governo aponta necessidade de melhorar políticas sociais, diz especialista. Caixa começa a pagar amanhã auxílio emergencial ao primeiro lote de inscritos. Liminar derruba exigência de CPF

O Globo · 16 abril 2020 · KAREN GARCIA, GERALDA DOCA E AGUIRRE TALENTO economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA

Informais que buscam ajuda de R\$ 600 podem chegar a 70 milhões de pessoas, seis vezes os habitantes de Portugal.



O governo já reconhece que o número de trabalhadores informais que buscam receber o auxílio emergencial de R\$ 600 deve chegar a 70 milhões —isso representa cerca de 40% da população em idade ativa (com 14 anos ou mais, incluindo quem está ou não disponível para trabalhar) no país, de 172 milhões, segundo dados do IBGE. E amanhã a Caixa Econômica Federal começa a pagar o benefício para cerca de nove milhões de informais que não estão inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) e fizeram a autodeclaração no aplicativo do banco.

Uma das maiores queixas de quem tentava fazer o cadastro no aplicativo era a exigência do CPF. Muitos informais não têm o documento ou estão em situação irregular. Ontem à noite, o juiz federal Ilan Presser, relator convocado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinou a suspensão da exigência de CPF regular para receber o auxílio, em decisão liminar. Ele deu prazo de 48 horas para que a Caixa e a Receita Federal implantem a medida.

A ação cautelar foi ajuizada pelo governo do Pará. Em sua decisão, o juiz aponta que o auxílio foi criado para proteger pessoas vulneráveis e, por isso, não se justifica a exigência. E diz que essa exigência não poderia constar em um decreto do governo federal, somente em uma lei aprovada no Congresso.

Para o professor do Instituto de Economia da UFRJ João Saboia, a crise provocada pela pandemia do coronavírus jogou luz sobre um grupo fora dos dados oficiais do governo:

— Essa experiência que estamos vivendo deu margem para fazer um mapeamento de um grupo que já vivia um contexto crítico, mas estava escondido, seja porque não estava contempla-

do no Cadastro Único, por dificuldade de acesso ou falta de interesse. Essa população não está brincando. Se essas pessoas estão indo para a fila, correndo atrás, é porque precisam. Esse contingente de “invisíveis” equivale a seis vezes o número de habitantes de Portugal e a 20 vezes o do Uruguai. O número representa cerca de um terço da população brasileira. Saiba que há uma oportunidade para um melhor dimensionamento de políticas públicas como o Bolsa Família.

—Grande parte dessas pessoas tinha uma renda boa, mas, com a situação da economia, ficou sem recursos. O informal não é obrigatoriamente sinônimo de precariedade. Por outro lado, pode ser que grande parte desse grupo se incorpore a programas sociais como o Bolsa Família.

O pagamento ao primeiro grupo de informais que se inscreveu no aplicativo da Caixa será feito de forma escalonada e deverá se estender até o início da semana que vem. Os recursos serão creditados em uma conta poupança digital. Esse grupo de nove milhões foi homologado pela Dataprev, que enviou a listagem à Caixa. O cronograma detalhado ainda será divulgado. Hoje começa a ser pago o benefício para quem está cadastrado no Bolsa Família.

O que o benefício para combate à pandemia revelou

O Globo · 16 abril 2020 · CÁSSIA ALMEIDA cassia@oglobo.com.br

Tentar distribuir renda a quem precisa de forma emergencial expôs o tamanho da nossa carência e os efeitos da pandemia no mercado de trabalho. O governo estimava que a demanda seria de 54 milhões de pessoas, agora já fala em 70 milhões, o que alcançaria 66% da força de trabalho, o conjunto de empregados e desempregados disponíveis para trabalhar. Surgiram novos pobres com a quarentena, que tinham renda, mas pouca proteção social ou reservas. Não sabemos onde essas pessoas estão para levar recursos até elas.

A questão é que não avançamos nas políticas sociais para identificar as fraquezas da população. O economista Ricardo Henriques, especialista em políticas públicas voltadas para combate à pobreza e de melhoria da educação, diz que o Cadastro Único deveria ser uma ferramenta muito mais eficiente neste momento, se fosse possível mapear as diferentes vulnerabilidades das famílias. A injeção de recursos seria mais certa. Para ele, “o cadastro deveria ser o pivô de uma composição de ofertas de políticas sociais de um tipo para a família A, outro para a família B. Avançamos relativamente pouco nessa ousadia de ter uma infraestrutura social de articular as múltiplas vulnerabilidades.”

O auxílio emergencial de R\$ 600 que o governo está distribuindo para trabalhadores informais expôs o quanto ainda são precários os registros no Brasil, até mesmo o que parecia mais abrangente, o cadastro de pessoa física, o CPF. A recomendação dos especialistas para que o dinheiro chegasse rápido era usar o CPF. Mas não foi o que se viu. Uma multidão se aglomerou em agências da Receita Federal espalhadas pelo país para regularizar o CPF, por inúmeras razões. Tudo o que não poderia acontecer. Expôs os que precisam mais à doença, em um país onde acesso à saúde é desigual.

Precisamos olhar e pensar em políticas para incluir essa população em um sistema de proteção social mais eficiente.

‘CORTE NA CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA S É MEDIDA PÍFIA’

O Globo · 16 abril 2020

A decisão do governo, via medida provisória (MP) 932/2020, de reduzir à metade a alíquota de contribuição das empresas ao Sistema S até 30 de junho é “míope, pífia no efeito que terá”, avalia Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio RJ. Ele sustenta que não vai garantir ou gerar emprego porque beneficia apenas 2% das companhias, sem alcançar as micro e pequenas. O corte nas contribuições busca reduzir as despesas das empresas e faz parte de um conjunto de medidas para atenuar os impactos da Covid-19 na economia do país. Antes disso, o Sistema S já vinha sendo alvo de críticas do governo, que cobrava transparência na prestação de contas. No ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a defender que se passasse “a faca no Sistema S”.



O Comércio, diz Queiroz Junior, já havia oferecido o equivalente a R\$1 bilhão em serviços ao governo como ajuda durante a pandemia, mas não obteve resposta.

O Sistema S é composto por entidades empresariais privadas e é gerido por federações e confederações patronais, mantidas por contribuição obrigatória por lei.

Como avalia a MP que corta à metade a receita do sistema S?

Fomos pegos de surpresa. É uma medida míope, pífia no efeito que terá. Não vai estimular emprego. Não chega aonde precisa, nas micro e pequenas empresas. O corte beneficia 2% das empresas. As do Simples, onde estão os grandes usuários do Sistema S, não vão ser beneficiadas. Houve diálogo? O governo fala em falta de transparência do Sistema S sobre gastos. Paulo Guedes defende cortes...

Não houve diálogo. Há questionamentos sobre transparência (do Sistema), mas nós já somos auditados. A prestação de contas já existe. O ministro fez uma coletiva antes da publicação da medida, quando já estávamos em negociação com o governo. O Comércio enviou um ofício oferecendo o equivalente a R\$1 bilhão em serviços para o período da pandemia, incluindo respiradores, unidades inteiras e equipes da área de saúde. Não tivemos resposta. São me-

didadas que iriam diretamente para a população. O problema das ações anunciadas pelo governo é que o dinheiro está empoçado. Não chega na ponta.

A medida poderia ser vista como uma forma de forçar um ajuste do Sistema S na crise?

Minha leitura é que o ministro (Paulo Guedes) vem se colocando no sentido de tomar medidas para ajustar o Sistema S, mas as declarações dele não refletem a realidade. Acredito que, neste momento, ele tenha enxergado a possibilidade de contribuir para as empresas, desonerando a folha, com a melhor das intenções.

Qual o impacto no Sistema?

Regionais menores, sobretudo em Norte e Nordeste, vão enfrentar extremas dificuldades. A estimativa é que 10 mil dos 90 mil empregos diretos do Sistema S em todo o país sejam cortados. E que perto de 40% de suas unidades sejam fechadas. Nas regionais maiores, estamos dando cambalhotas para, com ajustes, superarmos os 90 dias. Outras menores têm caixa para apenas 15 dias. Estamos trabalhando para minimizar o problema.

A Fecomércio vai à Justiça contra a medida?

Não. Nossa estimativa é que o Congresso reveja a posição do governo. Temos de dar a nossa cota, mas podemos dar mais de forma direta. Prestamos serviços em saúde, lazer e educação que, infelizmente, o poder público não pode oferecer. Quando o Sistema S encolhe, quem vai ter de fazer é o governo. Na Cultura, estamos pagando todos os artistas contratados para eventos cancelados no Rio. Eles realizarão os shows e eventos quando o isolamento terminar. E vamos contratar eventos para o segundo semestre via edital. Cobramos medidas e apoiamos o microempreendedor.

O presidente da Azul Linhas Aéreas, John Rodgerson, cobrou do governo brasileiro a concessão de benefícios a exemplo daqueles concedidos pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“Não podemos ter desvantagem mundialmente só porque estamos no Brasil”, disse ele durante conversa com investidores pela internet.

As empresas esperam que, com a entrada dos bancos privados nesse jogo —Bradesco, Itaú Unibanco e Santander—, seja possível destravar os empréstimos. Isso porque o BNDES insiste em uma política que penaliza as companhias, na visão delas.

No setor aéreo, por exemplo, os financiamentos seriam válidos por cinco anos, com juros de 6% ao ano, e um ano de carência. A taxa básica de juros está em 3,75% ao ano.

Se as empresas não conseguirem quitar a dívida até o término do contrato, o valor remanescente será convertido em ações e transferidas ao BNDES em pagamento.

O problema maior, no entanto, é o cálculo do valor das ações. O banco quer que o preço seja o atual.

Desde que a crise começou, há cerca de um mês, as ações das empresas brasileiras que são listadas em Bolsa (Gol e Azul) sofreram acentuada desvalorização. Os papéis das aéreas perderam praticamente 75% de seu valor.

Por isso, as empresas querem que seja usado o valor de antes da crise ou outro método de avaliação. É isso o que emperra as operações.

Nas conversas com bancos, elas afirmam que, nos EUA, onde operação similar foi realizada, o governo poderá ficar com 3% das empresas. Aqui, esse patamar poderia ser superior a 30%, o que consideram injusto porque o valor de mercado reflete a atual paralisação do setor.

Ministros analisarão guerra fiscal e multa de compensação

Processos serão julgados virtualmente

Por **Joice Bacelo e Beatriz Olivon** — De Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



Três importantes processos tributários começam a ser julgados virtualmente amanhã pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Eles já estavam em pauta antes da pandemia da covid-19. Dois deles, com repercussão geral.

O primeiro discute a aplicação de multa de 50% sobre o valor referente a restituição, ressarcimento ou compensações considerados indevidos pela Receita Federal (RE 796939). O outro trata da guerra fiscal entre Estados (RE 628075).

O terceiro processo é a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1.945, por meio da qual se questiona a cobrança de ICMS sobre software disponibilizado via transferência eletrônica, como download, streaming e nuvem.

O julgamento virtual de casos mais relevantes, com repercussão geral reconhecida, por exemplo, passou a ser possível a partir de uma mudança no regimento do STF, em março. A alteração foi feita para que as atividades no tribunal não fossem paralisadas.

Há polêmica, porém, e muita crítica por parte de advogados. Especialmente porque, nessa modalidade, a publicidade dos votos dos ministros é menor e a participação desses profissionais também. As defesas orais são enviadas por e-mail e os advogados não podem fazer interferências durante o julgamento, como pode ocorrer no Plenário (veja acima)

O julgamento do recurso sobre a multa de 50% estava previsto para 21 de novembro do ano passado, mas um dia antes foi retirado da pauta e não havia previsão de uma nova data. “Esse julgamento é importantíssimo. A multa é pesada e fere o direito que o contribuinte tem de pedir algo para a administração pública”, diz a advogada Luiza Lacerda, sócia do BMA.

Ela ressalta que quando o contribuinte faz uma compensação (pagamento com crédito fiscal) e a Receita não homologa a operação - por entender que havia inconsistência em relação ao crédito utilizado - o tributo que deveria ter sido pago fica descoberto e já são aplicados juros e multa de até 20%. □

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou pedido para a retirada do caso da pauta virtual, o que foi negado. A solicitação era para que o caso fosse julgado no plenário físico e em conjunto com a ADI 4.905, que tem a relatoria do ministro Gilmar Mendes e trata do mesmo tema.

“A PGFN não desconhece a recente previsão de sustentação oral no ambiente virtual, introduzida pela Resolução nº 669/20, mas reputa indispensável o exercício da prerrogativa no Plenário presencial, em atenção à relevância do tema, à atuação dos amici curiae e à ausência de jurisprudência da Corte a balizar o julgamento”, afirmava na petição a procuradora Luciana Moreira.

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI), autora da ADI citada pela PGFN, também apresentou pedido para o relator do RE, ministro Edson Fachin, retirar o processo da pauta. Para a entidade, a ADI e o RE deveriam ser julgados em conjunto.

Foi feito pedido de retirada de pauta também da ação sobre cobrança de ICMS de software disponibilizado por meio de transferência eletrônica. Essa ADI foi ajuizada há mais de duas décadas, em 1999. Além do julgamento virtual, o setor não quer que o precedente seja firmado por um processo tão antigo.

“Tramitam no STF outras ações mais recentes. Essa tem 21 anos, é muito tempo no setor de tecnologia”, afirma o advogado Saul Tourinho Leal, advogado na Ayres Britto consultoria jurídica e advocacia, que atua no caso.

Das três ações mais relevantes com julgamento previsto para amanhã, só não foi feito pedido de retirada de pauta no RE 628075, que discute guerra fiscal. Os ministros decidirão se o Estado de destino das mercadorias pode estornar créditos de contribuintes que adquirem produtos em operações interestaduais proveniente de Estado que concede benefício fiscal sem a aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Advogados que acompanham o tema criticam a inclusão do recurso no julgamento virtual, pois a decisão afetará um número grande empresas.

“Há expectativa dos contribuintes em relação a esse julgamento principalmente para

Ronaldo Redenschi, sócio do Vinhas e Redenschi. Esse convênio, de 2017, permitiu aos Estados convalidarem os benefícios fiscais concedidos às empresas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Lauro De Freitas estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

São 3 pares por apenas R\$149,90 corra e compre agora antes que acabe!
CALÇADOS GB

LINK PATROCINADO

Empréstimo pessoal Nubank. Conheça todas as condições
NOVOS BENEFÍCIOS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que se resolveu com Mandetta e fala em 'fantasma da curva'

VALOR INVESTE

Mandetta defende discurso unificado do governo sobre o coronavírus

VALOR INVESTE



Por 9 a 0, Supremo garante quarentenas estaduais

Decisão que foi em sessão remota, impõe derrota para Bolsonaro

Por Isadora Peron e Luísa Martins — De Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 50 minutos



Em uma derrota para o presidente Jair Bolsonaro, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que prefeitos e governadores podem determinar medidas como isolamento, quarentena e até mesmo o que é ou não serviço essencial em meio à pandemia de coronavírus. Por conta do avanço da nova doença, o julgamento foi realizado por videoconferência.

Na sessão, os ministros referendaram a decisão liminar concedida por Marco Aurélio Mello, em uma ação apresentada pelo PDT contra a Medida Provisória (MP) 926. Editada por Bolsonaro, a norma concentrava nas mãos do governo federal as determinações em meio à crise.

- **Câmara aposta que Senado se dobrará a pressões estaduais**

O entendimento do plenário, no entanto, foi o de que a Constituição estabelece competência comum e cooperativa entre todos os entes federativos. Ou seja, a União determina as regras de interesse nacional; os Estados, as de interesse regional; e os municípios, as de interesse local.

A decisão foi unânime. Ao todo, nove ministros votaram. Não participaram do julgamento o decano Celso de Mello, que ainda se recupera de uma cirurgia no quadril, e Luís Roberto Barroso, que se declarou suspeito por motivo de “foro íntimo”.

Sem citar a possível demissão do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o ministro Gilmar Mendes afirmou que Bolsonaro “dispõe de poderes para exonerar o seu ministro da Saúde, mas não para eventualmente exercer política pública de caráter genocida”.

Ele defendeu que seja estabelecido um modelo de cooperação, por meio de um comitê instituído pelo governo, que conte com a participação de representantes de Estados e municípios. “Do contrário, vai acontecer de o presidente decretar, com seu poder discricionário, que essas ou aquelas atividades são ou não essenciais, eventualmente desrespeitando as peculiaridades dos Estados ou municípios”, disse.

Em seu voto, o ministro Alexandre de Moraes também enviou uma série de recados a Bolsonaro, que tem criticado as medidas tomadas por governadores e defendido

concentração de poder, principalmente nos períodos de ditadura, foram nocivos ao desenvolvimento do Brasil. O tamanho continental do Brasil não permite que um ente central decida sobre todas as matérias, sem observar a peculiaridade de cada local.”

O ministro continuou: “Não é possível que, ao mesmo tempo, a União queira ter o monopólio da condução administrativa da pandemia em mais de 5 mil municípios, o que é absolutamente irrazoável. Assim como não é possível que municípios se tornem repúblicas autônomas dentro do Brasil, fechando seus limites geográficos e impedindo a entrada de serviços essenciais”.

Moraes criticou ainda os confrontos judiciais entre governos federal, estaduais e municipais e o que chamou de “personalismo”. Segundo ele, se houve excessos nas medidas tomadas pelos Estados e municípios, “isso ocorreu porque, até agora, não há uma regulamentação geral da União sobre a questão do isolamento ou o necessário tratamento técnico-científico desta pandemia gravíssima”.

O ministro Edson Fachin, por sua vez, também afirmou que “o pior erro na formulação das políticas públicas é a omissão”. “É grave que, sob o manto da competência exclusiva ou privativa, premiem-se as inações do governo federal, impedindo que Estados e Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, implementem as políticas públicas essenciais.”

Ao se pronunciar em plenário, o procurador-geral da República, Augusto Aras, que costuma se manter alinhado ao presidente, mas vem sendo pressionado por integrantes da categoria a se posicionar em meio à pandemia, defendeu que a MP não afasta a competência dos Estados e municípios de atuarem.

Já o advogado-geral da União, André Mendonça, argumentou que poderia haver “caos social” se o governo federal não centralizasse as decisões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.

Câmara aposta que Senado se dobrará a pressões estaduais

Equipe econômica amplia a ofensiva por alterações no texto

Por Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Renan Truffi, Lu Aiko Otta e Mariana Ribeiro — De Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 52 minutos

Integrantes da cúpula da Câmara apostam que a atuação dos governadores e a necessidade de liberação rápida dos recursos serão suficientes para convencer os senadores a votarem pela manutenção do projeto de socorro emergencial a Estados e municípios. A equipe econômica, por sua vez, amplia a ofensiva por alterações no texto, que deve ser votado no Senado apenas na próxima semana.

Segundo fontes, uma articulação de governadores e prefeitos estaria enfraquecendo as investidas do ministro da Economia, Paulo Guedes, e de seus auxiliares para tentar emplacar uma proposta paralela entre os senadores, o que submeteria o texto a uma nova análise pelos deputados. A necessidade de que o dinheiro chegue logo deve, na avaliação de parlamentares, ampliar a pressão dos chefes de Executivos estaduais e contribuir para que o Senado apenas valide o texto aprovado na Câmara.

- **Por 9 a 0, Supremo garante quarentenas estaduais**

Aprovado na segunda-feira pela Câmara, o novo Plano Mansueto deve ser colocado em votação no Senado apenas na semana que vem. O calendário desagrada ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que teria pedido celeridade ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O objetivo seria blindar os senadores do assédio da equipe econômica por mudanças

Na Câmara, o texto teve apoio de 431 deputados, enquanto 70 parlamentares foram contrários. O placar expressivo seria componente adicional, segundo interlocutores de Maia, para desencorajar os senadores a fazerem alterações. Isso porque o texto original seria aprovado novamente pelos deputados e as mudanças feitas pelos senadores serviriam apenas para atrasar a chegada do socorro aos governadores e prefeitos.

As estimativas do relator da proposta na Câmara, Pedro Paulo (DEM-RJ), indicam que o texto teria impacto de R\$ 89,6 bilhões, o que foi confrontado ontem pelo Ministério da Economia. Eles avaliam que a proposta, da maneira como foi aprovada pelos deputados, custará pelo menos R\$ 93 bilhões neste ano. Esse impacto, porém, ainda é incerto e pode ser maior.

Ontem, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que a proposta paralela defendida pelo governo fará aportes a Estados e municípios de forma a preservar suas arrecadações nos níveis de 2019.

Maia tem afirmado que as contas da equipe econômica estão infladas, já que a proposta de Guedes só tem R\$ 22 bilhões de “dinheiro novo”. A maior parte, segundo ele, é dinheiro que já estava “na conta”. De acordo com Maia, a ideia deve ser manter o funcionamento da máquina pública quando há forte retração na receita. A tese de Maia estaria ganhando adeptos no Senado, onde cresce a avaliação de que o socorro oferecido pelo governo “é tímido demais” em um momento de agravamento da pandemia.

Em meio à disputa entre Maia e o governo, o presidente do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, Rafael Fonteles, disse ontem que nenhuma das duas propostas será suficiente para lidar com a crise do coronavírus nos Estados e municípios. **(Colaboraram Edna Simão e Fabio Graner)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Super oferta para você, somente mais esta semana.

EU AMO CALÇADOS



Com incertezas, governo aposta em meta variável

Previsão de rombo de R\$ 150 bi para 2021 já é vista como subestimada

Por Fabio Graner, Mariana Ribeiro, Lu Aiko Otta e Edna Simão — De Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há uma hora



O secretário Waldery Rodrigues (à dir.): esforço fiscal do governo federal será retomado tão logo passe a crise — Foto: Divulgação



Diante da crise do coronavírus, o governo enviou ontem ao Congresso o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 que inova na regra de resultado primário e prevê uma sequência histórica de dez anos de déficits.

A proposta é que a meta de primário do ano que vem seja o saldo entre a despesa do teto de gastos e a receita projetada para o período. Assim, o governo não precisará perseguir um número específico, como sempre fez, apenas terá que garantir as despesas dentro do limite constitucional. “A meta definida na LDO é na verdade uma conta, uma regra”, disse o secretário de Orçamento do ministério da Economia, George Soares.

- **Mudança acaba na prática com o atual modelo**
- **Queda de 5% na economia levaria rombo a R\$ 515 bi**

Pela proposta, a meta nasce sendo de R\$ 149,6 bilhões de déficit primário para o governo central. O próprio secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, porém, disse que esse número já nasceu subestimado, pois considera um cenário de PIB zero em 2020, quando todos sabem que será negativo. A “meta” será constantemente alterada, seguindo o calendário fiscal. A primeira mudança deverá ocorrer em agosto, com o envio da peça orçamentária. Depois, no fim do ano, perto da votação do Orçamento. E ao longo de 2021, a cada relatório bimestral.

Com isso, conforme explicou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, não haverá contingenciamento de gastos em caso de frustração de receitas, como ocorreu no início de 2019. Também não será necessário buscar aumento de carga tributária para compensar perdas de arrecadação.

George Soares acrescentou que só haverá necessidade de bloqueio caso as despesas obrigatórias projetadas cresçam acima do necessário para cumprir o teto de gastos. Isso poderia ocorrer, por exemplo, se a inflação medida pelo INPC, projetada em 3,19% para este ano e em 3,75% para 2021, ficar acima disso, puxando o gasto previdenciário. Nesse caso, explicou, o ajuste “marginal” teria que ser feito nas despesas discricionárias, aquelas que se pode alocar livremente.

Soares afirmou que é “virtualmente impossível” neste momento estimar a receita. Segundo ele, há uma quebra da série da arrecadação, que inviabiliza projeções. Nos próximos meses também não haverá projeção segura, pois vários impostos por exemplo estão sendo diferidos (adiados).

Segundo ele, qualquer variação de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões para baixo na receita pode inviabilizar o governo se a meta fosse colocada da forma antiga. Isso porque as despesas discricionárias sofreram forte redução nos últimos anos

Ele garantiu que, se a receita for melhor, será utilizado para melhorar o resultado primário. “Isso evitará uso populista dos gastos de receita”, destacou Soares.

Todos os técnicos envolvidos no anúncio destacaram a forte incerteza econômica nesse momento e a grande dispersão nas estimativas de crescimento. Para 2021, o número previsto pelo secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, é de 3,3% de expansão do PIB.

Ele ressaltou que prefere esperar maio para rever as estimativas de PIB deste ano, embora tenha dito que certamente será um número negativo. Sachsida aponta que é preciso mais informações, pois hoje não se sabe por exemplo quanto tempo vai durar a quarentena nos Estados nem o tamanho do choque vindo do exterior.

Sachsida enfatizou que, passada a fase aguda da crise de saúde, será necessário voltar à agenda de reformas estruturais. “As contas públicas voltarão a registrar resultado primário positivo mais rapidamente se as reformas avançarem.”

Waldery, por sua vez, reforçou o discurso de que a piora fiscal é decorrente de uma questão conjuntural e que o esforço do governo será retomado tão logo passe a crise. “Nossa diretriz é clara: a piora agora é conjuntural, e buscaremos após a crise melhorar resultados fiscais. A melhora será buscada com reformas e venda de ativos”.

Mansueto deu maior ênfase à agenda de privatizações como forma de melhorar o resultado fiscal nos próximos anos e controlar a dívida pública, que no pior cenário para este já chegaria a 90% do PIB.

Defensor de uma meta fiscal variável há tempos, o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa disse que o mecanismo “chega com pelo menos oito anos de atraso”. “O Brasil finalmente adota uma meta de gasto com resultado primário variável, a depender da receita, pois o governo não controla o quanto recebe. A mudança está na direção certa, mas ainda falta adotar uma meta de gasto adequada à realidade brasileira, pois o teto Temer já era inadequado antes da covid-19 e agora se tornou ainda mais anacrônico”, afirmou Barbosa.

O especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro disse que a proposta do governo faz sentido. “A suposta meta fiscal, na prática, vai flutuar conforme a receita... Ou seja, não há meta. O efeito prático dessa metodologia é dar flexibilidade para o executivo na gestão fiscal. Para o governo, é uma alternativa interessante tendo em vista as incertezas que cercam os efeitos econômicos e sociais da pandemia”, comentou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Lauro De Freitas estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Esse tênis é apropriado para caminhadas e exercícios.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Esse pequeno dispositivo para ronco está salvando casamentos
SLEEPQUIET

LINK PATROCINADO

Empréstimo pessoal Nubank. Conheça todas as condições



Mudança acaba na prática com o atual modelo

Governo apresenta uma regra de mensuração de resultado, mas não um alvo a ser perseguido

Por **Fabio Graner** — Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A sistemática fiscal anunciada ontem com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) na prática acaba com o conceito de meta de resultado primário, que por décadas foi a principal âncora fiscal do país. Pelo menos para 2021. Ao definir que ela é um simples resultado da projeção de receitas menos o teto de gastos, efetivamente o governo apresenta uma regra de mensuração, não um alvo a ser efetivamente perseguido.

Os técnicos da área econômica disseram que não haverá bloqueio de despesas por frustração de receita. Se houvesse meta de fato a ser cumprida, o governo teria que ao menos buscar recompor a arrecadação, por exemplo com alta de tributos. Não há um incentivo formal a isso. E essa alternativa também foi descartada, com ênfase, por dois dos secretários: Mansueto Almeida, do Tesouro, e Adolfo Sachsida, de Política Econômica.

O desenho apresentado tem alguma polêmica, dentro e fora do governo. Reconhecendo a limitação imposta pela grave crise, uma fonte chegou a classificar de “banda diagonal endógena” fiscal, lembrando a frustrada proposta de flutuação do câmbio em 1999 do ex-presidente do BC, Francisco Lopes.

A justificativa da alta incerteza econômica é razoável. De fato, qualquer estimativa hoje é mero chute. Uma alternativa seria usar a estratégia de superestimar o déficit,

Demanda por petróleo tem queda histórica, diz a AIE

A demanda global por petróleo neste mês pode cair em 29 milhões de barris por dia, e nenhum corte na oferta por parte dos produtores será capaz de compensar completamente a retração que o mercado enfrenta no curto prazo, alerta a Agência Internacional de Energia

Por Noah Browning — Reuters, de Londres

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Agência Internacional de Energia (AIE) disse ontem que prevê uma forte redução na demanda de petróleo neste mês, de 29 milhões de barris por dia, para níveis não vistos em 25 anos. Também alertou que nenhum corte na oferta por parte dos produtores será capaz de compensar completamente a retração que o mercado enfrenta no curto prazo.

A queda na demanda estimada em abril pela AIE é equivalente a quase 29% do consumo global de 2019, de 100 milhões de b/d.

O relatório renovou a pressão de queda dos preços da commodity. O petróleo Brent, que é a referência internacional, caiu 6,45% e fechou a US\$ 27,69 por barril.

A AIE prevê uma queda na demanda em 2020 de 9,3 milhões de b/d, como resultado de uma contração de 4,8% no crescimento econômico global. A agência elogiou o esforço coordenado dos países produtores para cortar o excesso de produção, cujo acordo foi anunciado no fim de semana. Mas observou que “não existe um acordo praticável que possa reduzir a oferta o suficiente para compensar a perda de demanda no curto prazo”.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e países aliados, como a Rússia, acertaram no domingo um corte recorde na produção a partir de maio, de 9,7 milhões barris por dia, ou quase 10% da oferta mundial, para ajudar a sustentar os preços e conter o excesso de oferta.

Mas antes disso, abril pode se mostrar o pior mês na história, já que a produção continua alta enquanto a demanda cai rápido em meio as medidas de confinamento em todo o mundo, disse o diretor executivo da AIE, Fatih Birol.

“É bem possível que no futuro, quando olharmos para 2020, percebamos que este foi o pior ano... Abril, o pior mês - pode entrar para a história como ‘Abril Negro’”, disse Birol.

Ele observou que os produtores de petróleo “perderam dois meses muito importantes” no primeiro trimestre, quando não conseguiram chegar a um acordo para reduzir a oferta. Em vez disso, Arábia Saudita e Rússia iniciaram uma guerra de preços, buscando recuperar participação no mercado.

Agora, além dos cortes na oferta, espera-se que alguns países aumentem suas compras para compor reservas estratégicas. A AIE disse que “ainda está à espera de mais detalhes sobre alguns cortes de produção planejados e sobre propostas para usar o armazenamento estratégico”. E observou que EUA, Índia, China e Coreia do Sul já se ofereceram para fazer tais compras ou estudam fazê-las.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população





Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Em meio à pandemia, Rio aumenta salários

Estimativas são de que Estados e municípios perderam 30% de receita com seus principais tributos, o ICMS e o ISS

16/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na terça-feira, o “Diário Oficial do Estado Rio de Janeiro” publicou a lei 8.793, sancionada pelo governador Wilson Witzel, que autoriza o governo a promover alterações no Orçamento de 2020 para permitir a revisão das remunerações dos servidores estaduais. Ainda não há informações sobre quanto vai custar o aumento salarial dos servidores do Rio. Mas ele introduz, sem dúvida, um ingrediente explosivo na discussão sobre a compensação de receitas de Estados e municípios, que está sendo pedida à União.

Se o Rio de Janeiro está em situação falimentar, como vai pagar o aumento? Se o governo federal aceitar compensar a queda da receita do ICMS dos Estados nos próximos seis meses, com um custo de R\$ 80 bilhões, como está previsto no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, não será o Tesouro que vai pagar o aumento salarial dos servidores do Rio, justamente neste momento de crise econômica em que milhões de trabalhadores do setor privado estão sendo demitidos ou com contratos suspensos?

Ação dificulta acordo sobre compensação de receita de Estados



É bom lembrar que outros Estados concederam, recentemente, reajuste salarial a seus servidores, como foi o caso de Minas Gerais, que também está em situação falimentar, em busca de ajuda federal para pagar suas contas e ajustar suas dívidas. Outros Estados concederam também redução de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para alguns setores. Este é o pano de fundo que permeia e dificulta a discussão sobre o plano de compensação de receitas de Estados e municípios.

Já ficou claro para todos que a ajuda financeira às famílias e às empresas, bem como as ações na área de saúde, indispensáveis neste momento, terão um custo muito alto para os cofres públicos. A União é a única em condições de se endividar para bancar os gastos inevitáveis no enfrentamento desta calamidade que se abateu sobre o Brasil e o mundo. Ela é única também que pode emitir moeda. Não há saída: é o Tesouro Nacional que terá que arcar com as despesas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que a economia mundial vai encolher 3% neste ano, e o Brasil, 5,3%. Outras instituições de pesquisa econômica fazem estimativas parecidas. Se as previsões se confirmarem, a perda de arrecadação, não apenas pela redução do nível de atividade, mas também pelo aumento da inadimplência, será muito significativa.

Quanto a União perderá de receita neste ano por causa da recessão? Nesta semana, a Instituição Fiscal Independente (IFI), uma entidade do Senado, estimou que a receita líquida da União (ou seja, após as transferências constitucionais e legais para Estados e municípios) ficará em R\$ 1,184 trilhão. Isto significa queda de R\$ 171 bilhões, na comparação com o que está previsto no Orçamento de 2020.

O cenário-base da IFI pressupõe uma contração da economia de 2,2%. Neste caso, a receita primária total da União ficaria em R\$ 1,423 trilhão, o que representaria uma redução de R\$ 221 bilhões na comparação com o que está programado no Orçamento deste ano. No cenário pessimista da IFI, elaborado com uma queda de 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB), a receita líquida da União ficaria em R\$ 1,123 trilhão, o que representaria uma queda de R\$ 232 bilhões em relação ao programado no Orçamento. A receita bruta ficaria em R\$ 1,355 trilhão, ou seja, R\$ 289 bilhões abaixo do que está previsto no Orçamento. □

Como as despesas federais neste ano não foram reduzidas, o governo terá que se endividar, ou seja, lançar títulos no mercado, para compensar a queda brutal de suas receitas. Exatamente o que querem Estados e municípios. Esses entes da federação não podem se endividar, pois eles têm limites muito rígidos de endividamento. O que vão fazer, então, quando a receita do ICMS, principal tributo estadual, e do ISS, tributo municipal, começar a cair fortemente? Eles dependem da União para ter os recursos necessários para manter os serviços públicos em funcionamento.

Ainda não se tem uma estimativa consistente para as perdas de receitas dos Estados e municípios. O governo do Rio Grande do Sul divulgou ontem o seu boletim semanal sobre a receita do Estado, em que procura dimensionar o impacto da covid-19 na arrecadação. Os números são impressionantes. A emissão de Notas Eletrônicas (NF-e + NFC-e) registrou crescimento de 15,1% na primeira semana após as medidas de quarentena adotadas pelo governo, de 16 a 20 de março.

O governo gaúcho acha que a elevação da emissão de notas refletiu a preocupação dos consumidores em estocar produtos essenciais, como alimentos e medicamentos. Nas semanas seguintes, no entanto, foi verificada uma queda brusca nas emissões, com ápice de queda de 31,5% na semana de 28 de março a 3 de abril e redução de 25,2% na semana de 4 a 10 de abril, comparando a períodos equivalentes do ano anterior, reflexo da diminuição do consumo em razão do isolamento social e das restrições de circulação.

As estimativas que estão sendo feitas são de que os Estados perderão cerca de 30% do ICMS, e os municípios, 30% da receita com o ISS. Se a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impede que os Estados e municípios emitam títulos para levantar recursos no mercado e se eles estão submetidos a rígidos controles de endividamento, como é que os governadores e prefeitos vão fazer para compensar a perda de receita? “É importante que a compensação da perda de receita seja feita”, entende o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto. “E só quem pode fazer isso é a União.”

Salto sugere também que alguns dispositivos do projeto aprovado pela Câmara sejam retirados, como aquele que permite a governadores e prefeitos prorrogarem

o prazo de recolhimento de impostos por micro e pequenas empresas. Isto abre brecha para a redução da receita estadual, elevando a compensação da União.

Salto defende também que seja incluído no projeto um plano geral de contenção salarial do funcionalismo, aplicável à esferas federal, estadual e municipal. O ideal seria que sejam revogadas mudanças que ocorreram após a decretação da calamidade pública e que implicaram elevação de despesas.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.

DBT PRO

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Esse tênis é apropriado para caminhadas e exercícios.

DONABELLE

LINK PATROCINADO

Homem descobre dispositivo anti ronco simples e vira febre em Brasília

SLEEPQUIET

LINK PATROCINADO

Empréstimo pessoal Nubank. Conheça todas as condições

NOVOS BENEFÍCIOS

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Lauro De Freitas

SUPER CÂMERA WIFI

por **taboola**

Leia em Valor Investe

Empréstimo a distribuidora será pago em até 60 meses

Socorro a elétricas é diferente de 2014, afirma secretário

Por Daniel Rittner — De Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Rodrigo Limp: MME estuda ações para reduzir o valor da operação e não vai ignorar “horizonte de médio-longo prazo para resolver um problema de curto prazo” — Foto: Geraldo Magela/Agência Senado



O empréstimo bancário coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para socorrer distribuidoras de energia deverá ser pago pelos consumidores em 54 a 60 meses nas contas de luz e terá mecanismos para evitar que clientes empresariais escapem do adicional tarifário simplesmente migrando para o mercado livre.

O secretário de Energia Elétrica, Rodrigo Limp, diz que o Ministério de Minas e Energia (MME) estuda um “cardápio de ações” para reduzir o valor total da operação e não vai ignorar o “horizonte de médio-longo prazo do setor para resolver um problema de curto prazo”. Ele enfatiza que a situação é “complemente diferente” da de 2014 e 2015, quando a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff tomou R\$ 21 bilhões junto a instituições financeiras para resgatar as distribuidoras.

Segundo fontes ligadas à equipe econômica, o valor do novo empréstimo deve girar em torno de R\$ 17 bilhões e levar mais algumas semanas para chegar ao caixa das empresas, devido à complexidade da operação. Ela envolve um “sindicato” de bancos comerciais.

Interlocutores do ministro Paulo Guedes trabalham com um cenário de 20% de queda do consumo e 20% de inadimplência no pagamento das faturas, o que reduziria a receita das distribuidoras - média de R\$ 22 bilhões por mês em tempos normais - em cerca de 40% durante pelo menos 90 dias. Nos próximos três meses, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os atrasos no pagamento de boletos não podem incorrer em corte de fornecimento.

Limp não confirma valores, evita falar em números e garante que o MME está empenhado em encontrar outras alternativas para diminuir a conta do empréstimo. Tudo dependerá do que exatamente vai ser coberto pela operação. “Não há uma única bala de prata”, disse o secretário ao **Valor**.

Ele explica que as tarifas de 2020 já estavam pressionadas por outros dois fatores sem relação com a pandemia de coronavírus no país. Um é o aumento de R\$ 4 bilhões nas despesas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - o fundo setorial para bancar subsídios - que são rateadas pelos consumidores do sistema interligado. Outro é um acréscimo de R\$ 3 bilhões, a partir de julho, na remuneração das transmissoras por causa de novos “linhões” de energia que foram licitados nos

Para complicar, existe ainda um terceiro elemento de pressão: a desvalorização cambial, que afeta diretamente o valor da energia proveniente da usina binacional de Itaipu, cotada em dólar. Uma distribuidora com atuação no Centro-Sul, segundo Limp, tinha toda a sua cobertura tarifária da eletricidade de Itaipu com base em R\$ 3,94 por dólar - ontem a cotação era de R\$ 5,24.

Se tudo isso ou apenas parte será contemplado no empréstimo - além do problema imediato de fluxo de caixa das distribuidoras - é o que vai definir o tamanho da operação, explica o secretário. Para ele, na atual conjuntura de crise e perda de renda por causa dos efeitos econômicos da pandemia, a lógica de diferir essas pressões faz sentido.

Outras ações, como eventual redução dos contratos de compra e venda entre geradoras e distribuidoras, estão sendo analisadas pelo ministério a fim de atenuar a necessidade de recursos por empréstimo bancário. Outra possibilidade é a utilização de R\$ 2,5 bilhões acumulados em um fundo de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que é alimentado por uma taxa sobre a receita das concessionárias do setor elétrico.

“O setor é reconhecido pelos investidores como atrativo, saudável, bem regulado. Não podemos ignorar o horizonte de médio-longo prazo para resolver apenas o problema de curto prazo”, afirma Limp, que coordena o comitê setorial do MME para lidar com os efeitos da pandemia.

O secretário lembra as operações feitas em 2014 e em 2015 para ressaltar que agora é uma situação diferente. Primeiro, afirma, porque as taxas de juros são outras. Na época, o CDI era de aproximadamente 11%. Agora, está inferior a 4% ao ano. Isso deixa bem menos pesado, para os consumidores, o custo diluído do empréstimo. Segundo, naquela época os reservatórios estavam esvaziados e as distribuidoras precisaram do auxílio para comprar energia cara (mais de R\$ 800 por megawatt-hora) das usinas térmicas. Hoje, o preço do MWh encontra-se no piso do mercado “spot” (R\$ 39,68).

“Em 2014, o governo precisava custear uma energia mais cara. Havia tirado o sinal econômico do preço, era para pagar térmica de R\$ 600, R\$ 800 [por MWh]. Segurou

compara Limp, que era consultor legislativo da Câmara dos Deputados e exercia o cargo de diretor da Aneel até assumir o novo cargo, em março.

Segundo ele, um mecanismo evitará que grandes clientes das distribuidoras - indústrias, hipermercados, shopping centers - migrem para o mercado de livre de energia para escapar do encargo de reembolso do empréstimo ao longo dos próximos quatro ou cinco anos. Esse comportamento foi verificado depois dos empréstimos feitos no governo Dilma. O mercado regulado ficou menor e quem continuou teve que pagar mais. "É uma lição que aprendemos do passado."

Apesar dos avanços na operação, a diretoria da Aneel faz algumas ressalvas. Uma ala da agência não se opõe ao empréstimo, mas acredita que outras alternativas de financiamento merecem ser exploradas com ênfase. Uma possibilidade levantada pelo órgão regulador é securitizar os recursos das taxas de P&D e de eficiência energética nos próximos cinco anos, tendo como recebíveis as contribuições financeiras das concessionárias. As divergências foram expostas, na terça-feira, durante manifestação do diretor Efrain Pereira da Cruz em reunião do colegiado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO

LINK PATROCINADO

Bahia: 24 cursos sem mensalidades para a população
CAPACITANDO O BRASIL

LINK PATROCINADO

São 3 pares por apenas R\$149,90 corra e compre agora antes que acabe!
CALÇADOS GB

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Lauro De Freitas
SUPER CÂMERA WIFI



Pelo critério do FMI, dívida chega perto de 100% do PIB em 2020

Para a instituição, a dívida bruta do Brasil vai subir de 89,5% do PIB em 2019 para 98,2% do PIB em 2020

Por Sergio Lamucci e Hugo Passarelli — De São Paulo

16/04/2020 05h01 · Atualizado há uma hora

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta um forte aumento do déficit e da dívida pública do Brasil neste ano, a exemplo do que espera para países avançados e emergentes. Para a instituição, a dívida bruta do Brasil vai subir de 89,5% do PIB em 2019 para 98,2% do PIB em 2020, enquanto o déficit nominal (que inclui gastos com juros) vai crescer de 6% para 9,3% do PIB. Já o déficit primário (que desconsidera despesas financeiras) deverá passar de 1% do PIB no ano passado para 5,2% do PIB neste ano, estima o FMI no Monitor Fiscal, divulgado ontem. O impacto da disseminação global do coronavírus sobre a atividade e a resposta dos governos vai provocar uma forte piora dos indicadores das contas públicas de países desenvolvidos e emergentes.

Diretor do departamento de Assuntos Fiscais do Fundo, Vitor Gaspar afirmou que o aumento da dívida pública brasileira deverá ser temporário e, passada a crise, o país deve retomar seus esforços de consolidação fiscal para entrar numa trajetória saudável de crescimento. “A dívida pública em relação ao PIB no Brasil sobe cerca de dez pontos em 2020, para quase 100% em 2020, mas em 2021 se estabiliza nesse nível. É um salto, mas não é uma tendência”, disse ele, em entrevista coletiva.

- **Déficit pode ir a R\$ 600 bilhões neste ano, aponta BTG**

Ele elogiou a aprovação da reforma da Previdência no ano passado, mas indicou que a consolidação fiscal deve continuar. “O cumprimento do teto de gastos no nível federal exige mais ação no futuro”, disse Gaspar. “Uma vez que a epidemia seja uma questão do passado, o Brasil terá que retomar seus esforços em favor de um crescimento sustentável e inclusivo e recuperar a tração em termos de sua consolidação fiscal.”

Gaspar também destacou como positiva a declaração de estado de calamidade pública, “o que permitiu ao governo brasileiro suspender as metas fiscais”. “Nesse contexto, criou um espaço que permite apoiar o sistema de saúde e apoiar famílias e empresas. Houve uma expansão das transferências para famílias de baixa renda e também foi concedido um alívio temporário dos impostos.”

Pelo critério do Fundo, os títulos do Tesouro na carteira do Banco Central (BC) brasileiro fazem parte da dívida bruta. Nas contas do BC, esses papéis não são considerados, o que explica por que o endividamento bruto do país na classificação brasileira é mais baixo, tendo encerrado 2019 em 75,8% do PIB. Pelo critério do FMI, a dívida pública brasileira ficou em 89,5% do PIB no ano passado.

A deterioração fiscal também vai ocorrer nas principais economias do mundo. O FMI espera que a dívida bruta dos países desenvolvidos suba de 105,2% do PIB em 2019 para 122,4% do PIB em 2020. O salto da dívida americana deve ser muito expressivo, de 109% para 131,1% do PIB. O déficit nominal dos EUA, por sua vez, vai saltar de 5,8% do PIB no ano passado para 15,4% do PIB, segundo o FMI. É um rombo gigantesco. No Japão, a dívida bruta deve alcançar 251,9% do PIB em 2020, bem acima dos já elevadíssimos 237,4% do PIB de 2019.

A China também vai experimentar uma piora fiscal expressiva, na visão do FMI. A dívida bruta do país asiático deve aumentar de 54,4% do PIB no ano passado para 64,9% do PIB neste ano. O mais impressionante é a alta esperada para o déficit nominal da China, de 6,4% para 11,2% do PIB.



Plano de retomada com obra pública ainda depende de aval da Economia

Equipe indicou 70 empreendimentos, na área de transportes, com projetos de engenharia e licenciamento ambiental em fase adiantada

Por Daniel Rittner — De Brasília

16/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Está nas mãos da Casa Civil e aguarda sinal verde da equipe econômica um plano elaborado pelo Ministério da Infraestrutura para a retomada da atividade com investimentos públicos após a pandemia de coronavírus.

A equipe do ministro Tarcísio Freitas indicou 70 empreendimentos, na área de transportes, com projetos de engenharia e licenciamento ambiental em fase adiantada. O plano prevê aportes estatais de R\$ 30 bilhões até 2022 e, segundo estimativas da pasta, poderia gerar de 500 mil a 1 milhão de empregos nesse período.

Houve boa acolhida da proposta no Palácio do Planalto e o chefe da Casa Civil, general Braga Netto, chegou a mencioná-la rapidamente durante entrevista coletiva na terça-feira, sem dar detalhes sobre os empreendimentos.

A questão, agora, é ver se seria possível viabilizar o plano dentro do atual contexto orçamentário e do arcabouço legal em vigência. O Ministério da Economia terá que avaliar se um aporte médio anual de R\$ 10 bilhões, nos três anos restantes de mandato do presidente Jair Bolsonaro, demandariam uma revisão do Teto de Gastos ou poderiam se encaixar no “orçamento de guerra”.

O plano desenhado por Freitas e seus auxiliares - batizado de Pró-Brasil - foi detalhado pelo **Valor** na edição do dia 7. Ele já estava sendo gestado desde meados do ano passado, mas ganhou uma repaginação para dar mais foco em obras públicas e que possam ser destravadas imediatamente.

A duplicação da BR-381 em Minas Gerais, a adequação da BR-101 em Alagoas e a repavimentação da BR-319 no Amazonas integram a lista de potenciais obras na área rodoviária. O avanço na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), no trecho entre Caetité e Ilhéus (BA), é apontado como outra possibilidade. Há intervenções ainda como dragagens e a implementação da Avenida Perimetral no Porto de Santos (SP).



O dinheiro seria liberado para autarquias e estatais como o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a Valec, as Companhias Docas e a Infraero. Como muitos projetos devem ser concedidos à iniciativa privada mais adiante, haveria condições de recuperar boa parte do investimento feito. Além disso, algumas concessões têm menos viabilidade econômica.

Para o ministério, caso haja aportes públicos em projetos bem selecionados, viabiliza-se também a privatização desses ativos no futuro, como é o caso de algumas rodovias e da Fiol.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Isso aqui lava sua corrente sanguínea e retira o colesterol e triglicerídeos em excesso.

DBT COLESTEROL

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.

DBT PRO

LINK PATROCINADO

Esse tênis é indicado para quem sofre com joanete, fascite e esporão.

DONABELLE

LINK PATROCINADO

Empréstimo pessoal Nubank. Conheça todas as condições

NOVOS BENEFÍCIOS

LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Lauro De Freitas

SUPER CÂMERA WIFI

por taboola

Leia em Valor Investe



Queda de 5% na economia levaria rombo a R\$ 515 bi

Devido a incertezas econômicas, governo traça diferentes cenários para contas públicas

Por Mariana Ribeiro, Lu Aiko Otta, Fabio Graner e Edna Simão — De Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Uma queda de 5% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2020 levaria o déficit primário do governo central a R\$ 515,5 bilhões e a dívida pública a 90,8% do PIB, estimou ontem o Ministério da Economia. Frente ao elevado grau de incerteza na economia devido à pandemia, a equipe econômica traçou cenários para as contas públicas considerando diferentes níveis de retração da economia.

Hoje, o cenário oficial do governo considera estabilidade do PIB neste ano. Membros do ministério, no entanto, já admitem que a estimativa, apresentada no mês passado, está defasada e precisará ser revisada para um número negativo. Recentemente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial projetaram queda na casa dos 5% para o país. No cenário de crescimento zero, o déficit primário estimado pelo governo é de R\$ 467,1 bilhões, e a dívida bruta, de 85,4% do PIB.

Se a economia recuar 1%, o déficit iria a R\$ 476,8 bilhões, e a dívida, a 86,4% do PIB. Numa queda de 2%, as contas públicas registrariam déficit de R\$ 486,4 bilhões e a dívida pularia para 87,5% do PIB. Caindo 3%, o déficit iria a R\$ 496,1 bilhões, e a dívida, a 88,6%. Uma retração de 4%, por sua vez, implicaria rombo de R\$ 505,8 bilhões e dívida de 89,7% do PIB.



O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, destacou que as medidas adotadas pelo governo até agora para combater os efeitos do coronavírus geram impacto primário de 3,76% do PIB (R\$ 284 bilhões). Considerando demais medidas regulatórias e não regulatórias, o peso sobe para 46,03%.

Waldery enfatizou que o Brasil está colado com os países desenvolvidos em termos de ações de apoio à população e bem acima de outros emergentes. De acordo com apresentação do ministério, a média de gastos dos países desenvolvidos está em 3,82% do PIB. No caso dos emergentes, é de 1,71% do PIB.

Na entrevista coletiva, os secretários reforçaram que é preciso ter cuidado com a expansão dos gastos e restringir as despesas a 2020. O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, negou, em tom enfático, a possibilidade de a secretaria dar crédito direto ao varejo.

“Há alguma possibilidade de ter algum programa do Tesouro de relacionamento direto com banco ou varejo? A possibilidade disso é absolutamente zero”, disse ao ser questionado. Ele afirmou que a decisão de como usar recursos é política e que a secretaria não executa políticas públicas. Waldery completou a fala dizendo que “essa veemência do secretário Mansueto tem razão”. Segundo ele, diversas “soluções mágicas” são propostas para fazer frente à crise.

O **Valor** informou na edição de ontem que o ministério discute um modelo para socorrer pequenos varejistas. A proposta, que estaria sendo estruturada em parceria com o setor privado, contemplaria empréstimos com recursos do Tesouro Nacional a lojistas que faturam até R\$ 30 mil por mês, segundo fontes.


Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Lauro De Freitas estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO

Agora sim pessoas com glicose elevados pode ter uma vida melhor por causa desse tratamento natural.
DBT PRO 

Relator altera MP do Orçamento de guerra para viabilizar aprovação

Uma das principais novidades é a decisão de estabelecer um rating mínimo para os ativos a serem adquiridos pelo Banco Central

Por Renan Truffi — De Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 49 minutos



Anastasia: “Colocar uma nota mínima para permitir que o título seja comprado é uma garantia de evitar a aquisição de um título podre. É uma cautela que colocamos” — Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

O Senado aprovou ontem por 58 a 21, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) do Orçamento de guerra, que cria um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações. Para vencer a resistência de algumas bancadas

o relator da proposta, senador Antonio Anastasia (PSD-MG), teve de fazer novas modificações no texto. Agora, o Senado precisa aprovar o mesmo conteúdo, em segundo turno, na sexta-feira. Somente após esta etapa a proposta volta para a Câmara.

Uma das principais novidades é a decisão de estabelecer um rating mínimo para os ativos a serem adquiridos pelo Banco Central. Desta forma, será necessário que os ativos tenham classificação em categoria de risco de crédito, no mercado local, equivalente a BB- ou superior.

- **Governo tenta evitar ampliação de auxílio**

A alteração é uma forma de estabelecer regras mais claras para a atuação do BC em mercados secundários, no âmbito de mercados financeiros, de capitais e de pagamentos.

“Colocar uma nota mínima para permitir que o título seja comprado é uma garantia de evitar a aquisição de um título podre. Então, a agência de rating diz se aquele é um título que tem certa viabilidade. Claro, também não há bola de cristal, mas é um dado positivo e é uma cautela que colocamos”, argumentou Anastasia.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também teve de entrar no circuito e negociar com as bancadas. Durante a sessão, o emedebista anunciou que o Planalto editou uma medida provisória (MP) para suprimir a proteção legal que havia sido concedida a dirigentes e servidores do Banco Central em outra MP, a 930.

A concessão dessa imunidade vinha causando reação de algumas bancadas, que chegaram a articular a revogação dessa proteção legal na própria PEC do Orçamento de guerra.

O anúncio foi bem recebido, por exemplo, pela bancada do PSD, que, por conta disso, decidiu votar de forma conjunta em favor da proposta. A imunidade para os servidores e diretores do BC havia sido pedida pelo próprio presidente do órgão, Roberto Campos Neto.

Outra modificação feita por Anastasia é a que proíbe instituições financeiras, que venderem ativos para o Banco Central, de utilizarem esses recursos para distribuição de lucros e dividendos. A vedação consta de um artigo que trata da obrigatoriedade do banco de editar uma regulamentação sobre exigências de contrapartidas para essas instituições, durante a vigência da PEC.

O dispositivo diz que fica interditado o pagamento de juros “sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei” e impedido o “aumento na remuneração, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas e limitadas”.

Além disso, Anastasia decidiu aceitar uma sugestão do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) para que a PEC regule a alienação dos ativos adquiridos pelo órgão após o encerramento do estado de calamidade pública. Com isso, fica prevista a possibilidade de a venda desses ativos se dar em data posterior à crise do coronavírus, “nas situações em que isso for mais vantajoso sob o ponto de vista do interesse público”.

Ainda foi atendida uma demanda para que haja preferência na aquisição de títulos emitidos por micro, pequenas e médias empresas no mercado.

A redação final da PEC também leva uma emenda para que todos os programas e ações do governo, implementados durante a calamidade pública, exijam a manutenção de empregos como contrapartida. Com essa modificação, todos os benefícios concedidos pelo Executivo ficam condicionados à exigência. “O recebimento de benefícios creditícios, financeiros e tributários no âmbito de programas da União com o objetivo de combater os impactos sociais e econômicos da pandemia, está condicionado ao compromisso das empresas de manutenção de empregos”, diz o artigo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Substituto do fio dental chega para acabar com mau hálito!

DENTENOL



STF nega adiamento de julgamentos virtuais de processos tributários

Modelo adotado pelos ministros será revisto, segundo o presidente Dias Toffoli

Por **Beatriz Olivon e Joice Bacelo** — De Brasília

16/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Casos tributários relevantes, que estavam previstos para serem julgados no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), foram redirecionados para o meio virtual por causa da pandemia da covid-19. Nesse formato, há previsão de envio de defesas orais e memoriais apenas por e-mail. A situação tem desagradado advogados e vem gerando pedidos de adiamento dos processos até a volta da normalidade. Até agora, no entanto, estão sendo negados.

O Supremo adotou duas modalidades para os julgamentos. Processos com repercussão geral, agora, podem ser levados ao que os advogados chamam de “virtual série B”. Por esse modelo, os ministros têm prazo de uma semana para depositar seus votos. Um dos processos incluídos, por exemplo, discute a constitucionalidade da multa de 50% para pedidos de restituição, ressarcimento ou compensações de tributos considerados indevidos.

Advogados reclamam da baixa publicidade dos julgamentos. Os votos dos ministros aparecem como “acompanho o relator” ou “divirjo do relator”. O conteúdo, com a linha de argumentação adotada, só é divulgado com a publicação do acórdão, que não tem uma data definida para ocorrer.

Antes da pandemia, havia casos, afirmam os profissionais, em que a publicação ocorreu mais de um ano depois do julgamento. As sessões virtuais eram direcionadas a embargos ou recursos em que se considerava não haver prejuízo com decisão à distância - aqueles com tema já definido pelos ministros, por exemplo.

Há polêmica também com relação às sustentações orais. Advogados dizem que existe a opção de enviar por e-mail, mas não está claro se os ministros são obrigados a assistir. “É um desafio para os advogados atuar nesse período”, afirma Daniel Correa Szelbrackowski, sócio do escritório Dias de Souza.

Um segundo formato para os julgamentos, batizado de “virtual série A”, começou a ser adotado nesta semana. Terça-feira nas turmas e ontem no Plenário. Os



juízos ocorrem por meio de videoconferência, no mesmo horário das antigas sessões presenciais, e os advogados podem fazer as defesas orais.

O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, afirmou ontem na sessão que a Corte vai atender pedidos que foram feitos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para melhorar o “virtual série B” e que tais melhorias ocorrerão já no mês de maio.

Segundo Toffoli, os relatórios e os votos serão liberados na internet após a assinatura do ministro. As sustentações orais em vídeo passarão a ser enviadas via petição eletrônica e ficarão disponíveis na internet e, além disso, procuradores, advogados e defensores poderão, durante a sessão virtual, encaminhar memoriais.

“Viabilizará a apresentação de esclarecimento de fatos necessários durante a sessão”, disse Toffoli. “Lembro que até o fim da sessão virtual os ministros podem alterar os votos já proferidos e um único ministro poderá destacar o processo para julgamento presencial”.

A mudança no formato de juízos do STF foi definida em reunião administrativa no dia 18 de março. O ministro Marco Aurélio foi o único, naquela ocasião, a se posicionar contra. Ontem, em entrevista ao **Valor**, reafirmou o posicionamento: “O colegiado pressupõe troca de ideias, que não há no virtual”.

Marco Aurélio afirmou não ter gostado da primeira sessão por videoconferência, realizada terça-feira, no julgamento de turmas. “Na presencial você tem o contato físico, olho no olho, a discussão mais solta”, frisou. Segundo o ministro, no entanto, as partes, se quiserem, podem pedir a suspensão do julgamento para aguardar o retorno das sessões presenciais - reforçando a ressalva feita pelo presidente da Corte.

Mas, na prática, não é sempre que funciona. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou no dia 7 pedido para retirar da pauta a discussão sobre a multa de 50% (RE 796939). Mas o relator, ministro Edson Fachin, negou o adiamento, como já fez em outros casos.

Um deles, o ARE 884325, que discute a responsabilidade da União no caso de controle de preços do setor sucroalcooleiro - em que estão em jogo cerca de R\$ 70 bilhões -, Fachin disse que “plenário virtual não traz prejuízo para os debates que os ministros poderão fazer” e frisou que “as partes podem apresentar memoriais a fim de esclarecer os julgadores de pontos que merecem atenção.”

“É absurdo casos que deveriam ter máxima publicidade serem julgados assim”, diz um advogado que atua no Supremo.

E não foi só a forma de julgar que mudou. A rotina de ir aos gabinetes e entregar os memoriais, em mãos, aos ministros e seus assessores está, temporariamente, suspensa. Os advogados, agora, enviam e-mails. O mesmo ocorre com as audiências. Quando realizadas, são por videoconferência ou telefone - e nem sempre com o próprio ministro.

Há 25 anos atuando na Corte, a advogada Cristiane Romano, sócia do escritório Machado Meyer, enviou uma sustentação on-line, mas enfrentou problemas de tecnologia até o arquivo chegar por inteiro aos ministros. “É muito diferente de ir até lá. Nada substitui o contato humano”, ela diz.

Entre os prejuízos, está o de não perceber a reação dos ministros perante os argumentos. “O receio da advocacia é algum desses comportamentos se tornarem definitivos, porque afastam o advogado do tribunal”, acrescenta.

Priscila Faricelli, sócia do escritório Demarest, tem essa mesma percepção. Ela pondera que os vídeos com a defesa oral ou despachos permitem recursos que não existem na sustentação oral do Plenário, como gráficos e estatísticas. Em contrapartida, afirma, impedem leituras que só são possíveis quando há contato pessoal.

“Às vezes você leva cinco argumentos e percebe qual sensibilizou mais o julgador no caso”, diz. “A sustentação oral pode mudar depois de fazer um despacho pessoal com o relator.”